

CARLOS ALBERTO RUFATTO

CIÊNCIA E POLITICA EM KARL POPPER: De acordo com a concepção popperiana, qual seria a possibilidade de haver, no âmbito da política, um processo de discussão e escolha teórica semelhante ao que ele afirma existir na Ciência?

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Lógica e Filosofia da Ciência na área de Filosofia Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 29/11/1991.

Orientador: LUIS ALBERTO PELUSO

Novembro/1991

11004502-42

R838c
16047/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Aos meus pais: Antonio V. Rufatto

Concheta F. Rufatto

Agradeço às instituições financiadoras, CAPES e CNPq, das quais fui bolsista no curso de pós-graduação, bem como à UNICAMP, da qual recebi uma bolsa de incentivo acadêmico durante um ano.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Luis Alberto Peluso, pelo acompanhamento constante, seguro e rigoroso, que muito contribuiu para o desenvolvimento desta tese.

Agradeço também ao meu co-orientador, Elias Humberto Alves, pelo incentivo, atenção e apoio dedicados a este trabalho.

I N D I C E

R E S U M O	p.3
I N T R O D U Ç Ã O	p.4
C A P I T U L O 1	
- A CONCEPÇÃO POPPERIANA DE CIENCIA.....	p.12
C A P I T U L O 2	
- CONDIÇÕES PARA A SOBREVIVENCIA E DESENVOLVIMENTO DA CIENCIA.....	p.38
C A P I T U L O 3	
- A POSSIBILIDADE DA DISCUSSÃO E ESCOLHA RACIONAL DE TEORIAS NA ESFERA POLITICA.....	p.70
C A P I T U L O 4	
- A POSSIBILIDADE DE UM "ALVO GERAL" NA POLITICA.....	p.104
C O N C L U S Ã O	p.126
N O T A S	p.134
B I B L I O G R A F I A	p.155

R E S U M O

De acordo com Popper, no âmbito da Ciência haveria a possibilidade para uma discussão e escolha racional entre teorias concorrentes. Esta tese procura investigar se um processo semelhante seria possível no âmbito da concepção popperiana de política.

A partir de uma análise da concepção de Popper sobre a Ciência se procurará determinar quais as condições que tornariam possível a discussão e a escolha racional de teorias nesta esfera. De posse desses dados se investigará quais as condições que possibilitariam um processo semelhante a este no âmbito da concepção popperiana de política.

Um dos resultados da investigação é a constatação de que Popper, apesar da importância que confere para a racionalidade na política, não se aprofundou na análise das condições que poderiam viabilizar tal projeto.

O objetivo principal da tese é fazer avançar o debate a respeito desta questão. Se argumentará no sentido de mostrar que as condições que garantem a discussão e a escolha racional de teorias, tanto na Ciência como na política, são bastante semelhantes; e que algumas condições, que não foram abordadas em profundidade por Popper, podem ser elaboradas segundo uma interpretação que estabelece relações com sua concepção de Ciência e que se mostram em sintonia com a tradição liberal da qual ele é tributário.

I N T R O D U Ç Ã O

I N T R O D U Ç Ã O

De acordo com a concepção de Popper, haveria, no âmbito da Ciência, a possibilidade para um tipo de discussão teórica que se caracterizaria por ser racional, e que se daria em condições que proporcionariam a oportunidade de uma escolha racional entre teorias concorrentes (1). O problema central desta tese questiona a possibilidade de haver um processo semelhante a este no âmbito da concepção popperiana de política. Haveria, de acordo com o que Popper entende ser a esfera da política, a possibilidade de um debate e de uma escolha racional entre propostas concorrentes de soluções para problemas sociais? Quais as condições para que isso possa ocorrer?

A preocupação central da tese diz respeito, antes de tudo, à própria possibilidade teórica de haver um processo de discussão e escolha racional de teorias no âmbito da concepção popperiana de política. Portanto, não se terá como preocupação central, a análise das possíveis dificuldades práticas para o funcionamento racional da esfera política como um todo (no sentido de uma racionalidade que abrangesse todos os atores políticos e suas relações, até o cidadão comum no exercício de seus direitos). O problema que aqui se propõe receberá, na esfera da política, o mesmo enfoque a ele dado por Popper no âmbito da Ciência, onde a preocupação esteve voltada, antes de tudo, para a possibilidade de haver discussão e escolha racional de teorias, e não para a possibilidade da racionalidade estar presente em todos os âmbitos da atividade científica.

O motivo de se discutir este problema no âmbito da concepção popperiana de política se deve ao fato de Popper apresentar um grande interesse em relação às possibilidades da racionalidade na esfera dos problemas sociais. O interesse de Popper em relação a essa questão está ligado à sua convicção de que somente uma abordagem racional dos problemas sociais pode evitar o uso da violência. Pode-se afirmar que a maior parte da contribuição de Popper para a Filosofia Política está relacionada com sua preocupação em evitar a irracionalidade e a violência na esfera da política; grande parte de seus escritos nesta área se concentra em abordagens críticas àqueles que apresentam soluções para as questões sociais que acabam por levar à violência.

Se, por um lado, a abordagem escolhida pode ser justificada pelos motivos acima, por outro, cabe lembrar também que ela pode ser encarada como uma primeira aproximação de uma questão que pode, posteriormente, ser discutida a nível mais amplo. Ou seja, a escolha em limitar a discussão ao âmbito da concepção popperiana de política pode ser vista como uma opção que visa um enfoque adequado para um trabalho a nível de mestrado.

Há vários textos em que Popper aponta para a possibilidade da discussão racional no âmbito social (2). No entanto, não há uma abordagem mais detalhada desta questão, e apesar do seu desejo em ver cada vez mais presente a racionalidade na política, não há uma análise mais acurada a respeito das condições que permitiriam a discussão e escolha racional entre propostas concorrentes para a solução de problemas sociais. Às considerações de Popper a respeito da racionalidade

na política estão centradas na constatação dos resultados positivos que daí poderiam advir; não havendo, contudo, um questionamento mais profundo a respeito das condições para a viabilidade de tal projeto.

Um dos objetivos da tese é fazer avançar o debate em relação a esta questão. Parece que este é um ponto que não recebeu a devida atenção na obra de Popper. Para um autor que está preocupado com as possibilidades da racionalidade na política, o tratamento dedicado às condições que viabilizariam tal projeto parece não ser satisfatório. O resultado principal das observações feitas a respeito do tema da tese foi a constatação desta insuficiência na obra de Popper, e a principal contribuição pretende ser um aprofundamento no sentido de uma melhor definição deste tema.

Em vista disto, uma das preocupações principais da tese será a de especificar as condições que tornariam possível a racionalidade crítica na política. A tese estará dividida em cinco partes: quatro capítulos mais a conclusão.

O primeiro capítulo será uma reconstrução da concepção popperiana de Ciência, que será considerada na extensão suficiente para se discutir o problema em pauta. Serão abordados alguns aspectos principais que dizem respeito mais diretamente à possibilidade da discussão e escolha racional entre as teorias científicas. Se o tema da tese é a possibilidade de ocorrer, na política, um debate teórico semelhante ao que, segundo Popper, ocorre na Ciência, então se faz necessário uma descrição resumida da concepção popperiana de Ciência. E somente a

partir da compreensão de tal concepção que se poderá avaliar se um processo semelhante seria possível no âmbito político. Esta reconstrução não pretende ser completa e exaustiva, sua principal função será dar uma idéia da concepção popperiana sobre o funcionamento da Ciência, e de como tal estrutura possibilita o debate e a escolha racional das teorias científicas.

O segundo capítulo será uma descrição das condições que Popper considera importantes para o desenvolvimento e a sobrevivência da Ciência. A Ciência sobrevive e se desenvolve, e segundo Popper, isso ocorre num contexto de debate e escolha racional das teorias científicas (3). Se há, no âmbito da política, o interesse pela possibilidade de um contexto de debate semelhante, nada mais natural do que um questionamento a respeito das condições que garantem tal processo de discussão e escolha racional no contexto da Ciência. Neste capítulo se chamará a atenção para alguns aspectos, como por exemplo, a necessidade de certas condições institucionais (liberdade de expressão, veículos para a divulgação das teorias, instituições de pesquisa e ensino, instituições políticas que garantam a liberdade de pensamento), a importância de se criar uma tradição de pensamento racional, e a necessidade de uma atitude de razoabilidade por parte dos interlocutores do debate. Será enfatizada, sobretudo, a importância de uma condição que parece essencial para a possibilidade de uma escolha racional entre teorias científicas: a necessidade de um "alvo geral", de uma "meta geral" para as teorias. Se argumentará no sentido de mostrar que sem um critério balizador, a partir do qual as teorias possam ser julgadas, não haveria a possibilidade de se escolher racionalmente entre várias

teorias concorrentes. A importância desta condição se deve ao fato de-la ser a principal responsável pela possibilidade da escolha racional entre teorias.

No terceiro capítulo se analisará, de acordo com a concepção popperiana, a possibilidade da discussão e escolha racional de teorias na esfera política. Se indagará sobre as condições que possibilitariam a realização de um debate teórico, na política, de forma semelhante àquele que Popper afirma existir na Ciência. Será questionada a existência, no plano político, de algo que pudesse exercer a função de "meta geral" ou "alvo geral" que Popper afirma haver na Ciência. Se analisará a possibilidade da discussão e escolha racional de teorias, na esfera política, sem uma "meta geral" desta espécie. Se mostrará que Popper, apesar de ser um defensor da racionalidade na política, deu pouca atenção ao tema da "meta geral"; e que a definição de tal meta é fundamental para determinar a possibilidade de uma escolha racional entre as teorias políticas.

O quarto capítulo abordará com mais detalhe o tema da "meta geral" na política. Partindo da constatação de que há uma lacuna na obra de Popper em relação a este tema, se procurará mostrar que há um autor, que recebeu influências de Popper, no qual se podem encontrar algumas respostas às questões que tal tema sugere. Nos textos de Ralf Dahrendorf o tema da "meta geral" da política está implícito na discussão a respeito do papel de alguns valores (como a liberdade e a igualdade por exemplo) na sociedade. Se chamará a atenção para o fato de que as idéias de Dahrendorf podem ser encaradas como uma tentativa

de solução para o problema da "meta geral" da política. E esta solução mantém um interessante paralelo com o que seria a "meta geral" da Ciência na concepção de Popper, pois ambas procuram definir o "alvo geral" em termos de uma meta ideal a ser sempre perseguida; como um objetivo, talvez inalcançável, que apenas orienta a busca.

Na conclusão se chamará a atenção, primeiro, para o fato de que se forem atendidas uma série de condições (aquelas especificadas no terceiro capítulo), não haveria por que se duvidar da possibilidade de haver, no âmbito da política, um processo de discussão e escolha racional das teorias, tal qual Popper afirma existir na Ciência. Em segundo lugar, se enfatizará que Popper, apesar de ser um defensor da presença da racionalidade na política, não realizou uma abordagem satisfatória a respeito das condições que garantiriam um debate e uma escolha racional entre as teorias. É possível se esboçar tal abordagem a partir de uma análise de várias passagens da obra de Popper, mas, se observará que, em relação a uma condição fundamental para a escolha racional entre teorias, que estabelece a necessidade de uma "meta geral", de um "objetivo geral" para a discussão racional, não há um tratamento satisfatório na teoria popperiana. Se observará que um tratamento adequado desta questão pode ser extraído das considerações de Ralf Dahrendorf sobre os valores na política. E destas considerações de Dahrendorf se pode definir uma "meta geral" da política que, à parte da total identificação com o que seria a "meta geral" da Ciência segundo Popper, tem consequências políticas que se afinam inteiramente com o pensamento popperiano. A definição da "meta geral" da política, que pode ser extraída de textos de Dahrendorf, preenche uma lacuna im-

portante da obra de Popper, e faz isso em perfeita sintonia com as idéias popperianas.

C A P I T U L O 1

A CONCEPÇÃO POPPERIANA DE CIENCIA

A CONCEPÇÃO POPPERIANA DE CIÊNCIA

Este capítulo é uma exposição de alguns aspectos da concepção popperiana de Ciência. Abordaremos temas tais como a crítica ao otimismo epistemológico, a idéia das teorias científicas como conjecturas, a falseabilidade como critério de demarcação entre o que é Ciência e o que não é, a questão da objetividade, e o papel da racionalidade na Ciência. A concepção popperiana será considerada na extensão suficiente para se esclarecer o problema central da tese.

O objetivo principal deste capítulo será apresentar uma síntese das idéias de Popper a respeito do funcionamento da prática científica. Isto se faz necessário porque as idéias de Popper a respeito do debate teórico na Ciência, que constitui um dos "polos" de nosso problema central, está relacionado à sua concepção de prática científica. Sendo assim, a exposição da concepção popperiana de Ciência estará direcionada no sentido de enfatizar aqueles aspectos que melhor ilustrem o processo de discussão teórica que Popper afirma haver no âmbito científico.

Somente a partir de uma clara compreensão do que seria, segundo Popper, a discussão teórica na Ciência é que se terá condições para avaliar, dentro da perspectiva popperiana, a possibilidade de um processo semelhante de debate teórico no âmbito político.

Há uma forma de se iniciar a apresentação das idéias de Popper sobre o método científico que aparece com maior frequência em seus comentaristas. O próprio autor tem certa preferência por ela; o que nos leva a crer que tal forma de exposição deve ter seus méritos. Isto é, tanto em "A Lógica da Pesquisa Científica" como em "Conhecimento Objetivo" (e de uma maneira um pouco modificada em "Conjecturas e Refutações") a apresentação das idéias de Popper sobre Ciência inicia-se pela abordagem do Problema da Indução de David Hume.

Talvez o maior mérito de tal apresentação se deva ao fato de colocar logo de início um problema que é central na epistemologia popperiana. E a partir da solução de Popper para o Problema da Indução que derivam outras idéias que vão compor sua concepção de Ciência.

Nas três obras de Popper a que nos referimos o problema da indução é apresentado como um problema central da epistemologia. E a resposta a esse problema será a própria estruturação da concepção popperiana de Ciência.

Iniciaremos a nossa análise tendo como roteiro o primeiro texto de "Conjecturas e Refutações", que se chama "As Origens do Conhecimento e da Ignorância" (4). Neste texto Popper define seu posicionamento com uma postura crítica em relação ao que define como o racionalismo e empirismo clássicos; o problema da indução também está presente, e não deixa de ocupar um lugar importante para a definição das idéias de Popper. No entanto, ele aparece em um segundo momento; ele surge como um problema a ser enfrentado por Popper no campo de uma

epistemologia de tradição empirista.

1- EMPIRISMO E RACIONALISMO CLASSICOS

Popper se considera um empirista e racionalista, embora não se classifique nem como um empirista clássico nem como um racionalista clássico (5). Neste sentido, a apresentação de suas idéias parece ser mais completa e interessante quando se contrapõe não só aos autores ligados ao que ele denomina de empirismo clássico (como naqueles textos em que aborda o problema da indução de Hume), mas também àqueles ligados ao que denomina de escola racionalista clássica. É de dessa forma que suas idéias são apresentadas em "As Origens do Conhecimento e da Ignorância"; como uma alternativa à escola empirista de Bacon, Locke, Berkeley, Hume e Mill e ao racionalismo clássico de Descartes, Spinoza e Leibniz. É a partir do confronto com essas duas escolas tradicionais da filosofia que se estruturam as idéias de Popper sobre a Ciência. Este foi um dos motivos que levou à escolha deste texto como roteiro para a reflexão; o outro se deve ao fato de que ele ilustra adequadamente alguns aspectos do processo de discussão teórica que Popper afirma existir na Ciência.

Neste texto-conferência Popper procura mostrar que as diferenças entre as escolas empirista e racionalista são menos expressivas que as semelhanças. O autor discorda de ambas escolas, no que diz respeito a suas doutrinas tradicionais, embora se considere um empirista e um racionalista (6).

A principal discordância diz respeito ao que ele considera como o "otimismo epistemológico" dessas duas tradições, que atribuem à observação (empirismo) e à razão (racionalismo) o papel de fontes últimas e legítimas do conhecimento. A esse respeito afirma:

"No centro desta nova visão otimista da possibilidade do conhecimento está a doutrina de que a verdade é evidente. A verdade pode encontrar-se velada, mas pode revelar-se. Se não se revelar por si só, poderemos revelá-la, embora isto nem sempre seja fácil. Mas, quando a verdade nua se apresenta diante de nós, podemos vê-la, distingui-la da falsidade e saber que é a verdade. O nascimento da Ciência e da tecnologia modernas inspirou-se nesta epistemologia otimista, cujas figuras mais proeminentes foram Bacon e Descartes. Esses filósofos ensinavam que não havia necessidade de apelar para a autoridade em assuntos relacionados com a busca da verdade porque cada homem traz consigo as fontes do conhecimento: seja na sua capacidade de percepção pelos sentidos, que pode utilizar ao observar cuidadosamente a natureza, seja no poder de intuição intelectual que empregará para distinguir a verdade da falsidade, recusando-se a aceitar qualquer idéia que não seja clara e distintamente percebida pelo intelecto." (Conjecturas e Refutações, p.33)

Antes de se abordar as duas principais tradições do "otimismo epistemológico" urge dizer algo a respeito de uma outra vertente, oposta a ela. Trata-se do que Popper denomina de "pessimismo epistemológico", caracterizado pela descrença na razão humana e na possibilidade do homem discernir a verdade. Segundo ele, este posicionamento "...está historicamente ligado à doutrina da depravação do homem; tende a gerar a necessidade de tradições fortes e de uma autoridade poderosa que poderia salvar o homem da sua loucura e maldade." (7).

Popper considera que a oposição que existe entre pessimismo e otimismo epistemológico é a mesma que existe entre tradicionalismo e racionalismo epistemológico. Este é entendido como o oposto do irracionalismo, e englobando tanto o intelectualismo cartesiano como o empirismo. A esse respeito afirma:

"De fato, podemos interpretar o tradicionalismo como a crença de que, na ausência de uma verdade objetiva e discernível, temos a escolher entre a autoridade da tradição e o caos; enquanto o racionalismo, obviamente, sempre reivindicou o direito da razão e do empirismo de criticar e rejeitar qualquer tradição e qualquer autoridade, considerando-as baseadas na irracionalidade mais completa, no preconceito ou em circunstâncias acidentais." (Conjecturas e Refutações p.34)

Popper também se opõe ao "pessimismo epistemológico"; como um racionalista, ele afirma a possibilidade do ser humano conhecer, não só detalhes, mas aspectos relevantes do mundo em que vive. E este conhecimento, segundo Popper, deveria se caracterizar pela ousadia, pelo caráter conjectural das teorias científicas, pela busca constante do aperfeiçoamento e pelo estímulo ao questionamento das teorias tradicionais e estabelecidas.

Em relação ao "otimismo epistemológico" Popper considera como um de seus pontos principais a "doutrina da verdade evidente". Esta doutrina defende a visão otimista de que a verdade sempre pode ser alcançada, de que a percebemos sem dificuldade quando nos deparamos com ela. Seria necessário apenas utilizarmos corretamente os nossos sentidos e a razão. A esse respeito Popper afirma:

"Essa doutrina constitui o âmago dos ensinamentos de Descartes e Bacon. Descartes baseou sua epistemologia otimista na

importante teoria da *veracitas Dei*: aquilo que distinguimos claramente como sendo a verdade será de fato verdadeiro; do contrário, Deus nos estaria enganando. Logo, a autenticidade de Deus forçosamente torna a verdade *evidente*.

Em Bacon encontramos uma doutrina semelhante, que pode ser descrita como a doutrina da *veracitas naturae*: a autenticidade da natureza. A natureza é um livro aberto, e quem o ler com a mente pura, não o interpretará erradamente. Só incorrerá em erro quem tiver a mente deturpada." (Conjecturas e Refutações p.35).

Mas, como Popper observa, a "doutrina da verdade evidente" leva à necessidade de se explicar a falsidade. Se a verdade é evidente como poderíamos errar? O principal argumento afirma que erramos porque sofremos influência de preconceitos impostos pela educação e pela tradição (8). Tais influências perverteriam nossas mentes, originalmente puras e aptas para captar a verdade, levando-nos a cometer erros. Essas influências deturpariam nossa capacidade original de chegarmos à verdade através dos sentidos e da razão (9).

2- AS "DOCTRINAS DA VERDADE EVIDENTE"

Segundo Popper, podemos encontrar os germes das idéias de Descartes e Bacon na epistemologia de Platão, ou mesmo em alguns de seus predecessores.

No item VII de "As Origens do Conhecimento e da Ignorância" Popper faz algumas considerações históricas a respeito da doutrina da *Veracitas Dei* de Descartes. Segundo o autor, Platão tem um papel decisivo na pré-história desta doutrina, que poderia ser rastreada "pelo menos" a partir de Homero e Hesíodo (a fonte de seus conhecimentos te-

riam origem divina, seriam as musas). A mesma característica seria encontrada também nos filósofos Heráclito e Parmênides. Este último teria em comum com Descartes não somente a doutrina da veracidade divina, mas também a teoria de que se deve recorrer somente ao intelecto (excluindo os sentidos) para se atingir a verdade.

Segundo Popper (10), Platão afirma (*Meno*) que nossa alma, que é imortal, conhece todas as coisas; antes de nascermos nossa alma teria um conhecimento completo da essência de todas as coisas (mas não um conhecimento prévio dos fatos históricos particulares). Ao nascer, esquecemos, mas ao ver de novo a verdade nós imediatamente a reconhecemos. Seria como recobrar a memória, seria mais um re-conhecimento de algo que já conhecíamos do que o conhecimento de algo inédito. É esta a teoria da *Anamnesis* de Platão; descrita no *Meno* através da passagem em que Sócrates ajuda um escravo inculto a "recordar" a prova de um caso do teorema de Pitágoras.

Segundo Popper é evidente a relação entre a teoria da *Anamnesis* e a doutrina da verdade evidente. A esse respeito afirma:

"É óbvio que há um vínculo estreito entre a teoria da *anamnesis* e a doutrina da verdade evidente; mesmo no nosso estado de privação e esquecimento, se virmos a verdade não poderemos deixar de reconhecê-la como tal. Portanto, o resultado da *anamnesis* é a restauração da verdade ao estado do que não é esquecido nem oculto (*alethes*): a verdade como algo manifesto." (Conjecturas e Refutações p.38)

De acordo com Popper a epistemologia otimista de Platão (a teoria da *anamnesis*) contém os germes tanto do intelectualismo de Descartes como da teoria da indução de Bacon.

Em relação a Sócrates Popper afirma que a *maieutica* consistiria fundamentalmente na apresentação de perguntas para destruir os preconceitos e as falsas crenças. A esse respeito diz:

"Portanto, a *maieutica* socrática não é uma arte que ensine alguma crença, mas busca apenas purgar ou limpar a alma das falsas crenças... do conhecimento aparente, dos preconceitos. Faz isso ensinando-nos a pôr em dúvida nossas próprias convicções." (Conjecturas e Refutações, p.40).

Segundo Popper este procedimento da *maieutica* socrática seria fundamentalmente o mesmo método utilizado na indução Baconiana: "...o preparo da mente pela "limpeza" dos preconceitos, a fim de permitir o reconhecimento da verdade evidente - a leitura do livro aberto da natureza." (11).

E esta seria também, uma característica do método cartesiano, que pela destruição de todos os falsos preconceitos, através do processo da dúvida sistemática, procura chegar à base sólida e segura: a verdade evidente; que reconhecemos como tal pois dela temos uma "idéia clara e distinta" (12).

As epistemologias de Bacon e Descartes, reconhece Popper, se caracterizam por um nítido traço antiautoritário e antitradicionalista (13). Como se viu acima, elas exigem a "purificação" dos nossos sentidos e da nossa mente através do abandono de todo preconceito e de todas as crenças que não forem estabelecidas pela autoridade da razão e dos sentidos purificados.

Essas epistemologias se colocaram em confronto contra a autoridade e a tradição; contra a autoridade da igreja, de Aristóteles, das demais escolas da Idade Média, e contra a tradição de séculos de cultura. No entanto, no entender de Popper, Bacon e Descartes não conseguiram libertar da autoridade suas epistemologias. Sobre isto afirma:

"A despeito das suas tendências individualistas, aqueles filósofos não ousaram fazer apelo a nosso julgamento crítico; possivelmente porque pensavam que isso levaria ao subjetivismo e à arbitrariedade. Com efeito, quaisquer que tenham sido as razões disso, não foram capazes de deixar de pensar em termos de autoridade, por mais que pretendessem fazê-lo. A única coisa que conseguiram foi substituir uma autoridade - Aristóteles, ou a Bíblia - por outra. Um apelou para a *autoridade dos sentidos*; o outro para a *autoridade do intelecto*." (Conjecturas e Refutações p.43)

De acordo com a concepção de Popper, o problema das epistemologias de Descartes e Bacon (e, por extensão, das tradicionais escolas racionalistas e empiristas) consiste na insistência com que buscam uma base sólida e segura para o conhecimento. O problema está em que essas epistemologias julgam o caráter científico das teorias, e a validade do conhecimento nelas expresso, a partir da avaliação de seu ponto de partida, ou seja, existiria a necessidade de uma base sólida, segura, um inquestionável ponto de partida a partir do qual se poderia erigir o edifício da Ciência. Um edifício que, se for construído sobre bases bem sólidas, e se obedecer uma construção lógica e metodológica rigorosa, poderia se mostrar inabalável.

No entender de Popper essas tentativas em erigir a Ciência como um edifício de idéias inatacáveis e solidamente estruturado constituem um problema; porque o conhecimento humano, limitado e falível,

não se coaduna com a pretensão de tal objetivo. Sobre isto Popper afirma:

"A solução consiste em perceber que todos podemos errar, individualmente ou coletivamente, e que erramos com frequência, mas que a própria idéia do erro e da falibilidade humana implica uma outra idéia - a da *verdade objetiva*, padrão que utilizamos para avaliar as afirmativas que fazemos. Por isso a doutrina da falibilidade não deve ser considerada como parte da epistemologia pessimista: ela implica que podemos buscar a verdade, a verdade objetiva, embora muitas vezes dela nos afastemos amplamente; implica também que, se é verdade que respeitamos a verdade, precisamos procurá-la com persistência, identificando nossos erros com a aplicação de uma crítica racional incansável, e de perene autocrítica." (Conjecturas e Refutações, pp. 43 ,44)

Estas idéias de Popper podem ser melhor esclarecidas quando confrontadas com as de dois importantes representantes das escolas empirista e racionalista: Hume e Kant.

3- O PROBLEMA DA INDUÇÃO DE DAVID HUME

A abordagem de Popper a respeito do problema da indução de David Hume é um dos pontos principais para o desenvolvimento de sua filosofia. E no confronto com as idéias de Hume que se esclarecem as principais diferenças entre Popper e a escola empirista. No entender de Popper a sua abordagem do problema da indução representa a solução de um importante problema filosófico (14).

De acordo com Popper, Hume estaria interessado no conhecimento humano, em desvendar seus limites e capacidades, em saber se alguma de nossas crenças "...poderia ser justificada por razões suficientes..." (15). Ou seja, Hume estava também preocupado com a questão

das bases a partir das quais se ergue o conhecimento humano. Segundo Popper, Hume teria levantado dois problemas. Um problema lógico (H_1) e um problema psicológico (H_{ps}). A formulação do problema lógico seria a seguinte:

" H_1 : Somos justificados em raciocinar partindo de exemplos (repetidos), dos quais temos experiência, para outros exemplos (conclusões), dos quais não temos experiência?
A resposta de Hume a H_1 é: Não, por maior que seja o número de repetições." (Conhecimento Objetivo, p.15)

A formulação do problema psicológico seria a seguinte:

" H_{ps} : Por que, não obstante, todas as pessoas sensatas esperam, e *creem* que exemplos de que não têm experiências conformar-se-ão com aqueles de que têm experiência? Isto é: Por que temos expectativas em que depositamos grande confiança?
A resposta de Hume a H_{ps} é: Por causa do "costume ou hábito"; isto é porque somos condicionados pelas *repetições* e pelo mecanismo da associação de idéias, mecanismo sem o qual, diz Hume, dificilmente poderíamos sobreviver." (Conhecimento Objetivo, pp.15,16)

Segundo Popper, tais resultados levaram Hume, "...umas das mentes mais racionais que já houve...", a transformar-se num cético e, ao mesmo tempo, num crente em uma epistemologia irracionalista (16).

O resultado das conclusões de Hume é de que a repetição não pode servir de argumento para as generalizações. E o fato de que isso ocorra com frequência, ou seja, que acreditemos que exemplos de que não temos experiência conformar-se-ão com aqueles de que temos experiência, apenas comprova que nosso conhecimento é da natureza de uma crença, "...mas de crença racionalmente indefensável - de *uma fé irracional*" (17).

As consequências das idéias de Hume foram encaradas com preocupação por cientistas, filósofos e intelectuais que julgavam que, no conhecimento humano, a razão desempenhava um papel fundamental. Esta preocupação pode ser traduzida pelas palavras de Bertrand Russel, que são citadas por Popper em *Conhecimento Objetivo*:

"Assim, é importante descobrir se há alguma resposta a Hume dentro de uma filosofia que seja inteira ou principalmente *empírica*. Se não houver, *não há diferença intelectual entre a sensatez e a demência*. O lunático que acredita ser um ovo escaldado só será condenado com base em que pertence a uma minoria" (*Conhecimento Objetivo*, p.16).

Segundo Popper, Russel observa ainda que, se a indução for rejeitada, toda tentativa para se estabelecer leis científicas gerais a partir de observações particulares será inválida. Portanto, de acordo com Russel, a resposta de Hume ao problema da indução estaria em choque com a racionalidade, o empirismo e os procedimentos científicos.

Essas conclusões são igualmente preocupantes para Popper, que apesar de não se filiar às escolas do empirismo e do racionalismo tradicionais é, a seu modo, um racionalista e um filósofo que absorveu muitas contribuições do empirismo. As semelhanças e diferenças das idéias de Popper em relação ao racionalismo e ao empirismo tradicionais aparecem com mais clareza quando o autor apresenta sua solução para o problema da indução de Hume. A solução de Popper para este problema inclui uma reformulação do mesmo. Esta reformulação teria em vista uma expressão objetiva e lógica do problema. Popper afirma:

"Formulei o problema lógico de indução de Hume do seguinte modo:

L₁: Pode a alegação de que uma teoria explanativa universal é verdadeira ser justificada por "razões empíricas"; isto admitindo a verdade de certas asserções de teste ou asserções de observação (que, pode-se dizer, são "baseadas em experiência")?

Minha resposta ao problema é a mesma de Hume: Não, não pode. Nenhuma quantidade de asserções de teste verdadeiras justificaria a alegação de que uma teoria explanativa universal é verdadeira.

Mas há um segundo problema lógico, L₂, que é generalização de L₁. Obtém-se de L₁ simplesmente substituindo as palavras "é verdadeira" por "é verdadeira, ou é falsa":

L₂: Pode a alegação de que uma teoria explanativa universal é verdadeira, ou é falsa, ser justificada por "razões empíricas"; isto é, pode a admissão da verdade de asserções de teste justificar a alegação de que uma teoria universal é verdadeira, ou a alegação de que é falsa?

A este problema, minha resposta é positiva: Sim, a *admissão da verdade de asserções de teste às vezes nos permite justificar a alegação de que uma teoria explanativa universal é falsa.*" (Conhecimento Objetivo, p.18)

A importância da resposta afirmativa de Popper a L₂ pode ser entendida se imaginarmos uma situação em que várias teorias explanativas concorrem para a solução de um problema, sendo que precisamos, ou ao menos desejamos, fazer uma escolha entre elas. Nestes casos, muito frequentes na Ciência, poderíamos manifestar a preferência por alguma das teorias concorrentes. Como estamos procurando uma teoria verdadeira, escolheremos, evidentemente, aquela cuja falsidade não foi estabelecida. Deste modo, estaríamos dando preferência a uma teoria por razões empíricas, mas num sentido que poderíamos denominar de negativo, ou seja, não escolhemos uma teoria por ela estar empiricamente comprovada (o que Hume demonstrou ser impossível), mas pelo fato dela ainda não ter sido refutada.

Deste modo, Popper ainda conserva um dos traços do empirismo: a importância dada aos experimentos e aos testes. Só que estes, agora, funcionariam como um expediente que poderia ajudar na escolha das teorias a partir da identificação daquelas que foram refutadas.

Mas a importância que Popper dá aos experimentos e testes e à questão da refutação vai além da preocupação de escolher entre teorias concorrentes. Popper estabelece que a falseabilidade é o principal critério de demarcação entre o que é Ciência e o que não é. Isto equivale a dizer que um dos principais requisitos para a qualificação de uma teoria como científica é de que ela seja empiricamente testável, e que estabeleça as experiências ou testes que poderiam potencialmente refutá-la (18).

Ou seja, a exigência principal para toda teoria que se pretenda científica seria a falseabilidade, ou, em outros termos, ser constituída de forma tal que seja susceptível de teste no sentido de falseá-la.

Esta concepção de Popper de falseabilidade das teorias por testes empíricos é um dos pontos polêmicos de sua obra. O próprio autor apresenta algumas objeções a esta idéia em *A Lógica da Pesquisa Científica* (19); nesta obra há um capítulo inteiro no qual Popper analisa a idéia de falseabilidade (20), procurando apresentar algumas das objeções dos convencionalistas (escola cujos principais representantes seriam Poincaré e Duhem) a esta concepção. Reconhecendo a pertinência das objeções dos convencionalistas, Popper procurará, através do esta-

belecimento de regras metodológicas, responder às dificuldades colocadas pelos representantes daquela escola.

Em relação ao debate posterior à publicação de *A Lógica da Pesquisa Científica*, há, por um lado, a crítica de autores que questionam a própria possibilidade do procedimento de falseabilidade sugerido por Popper, como Thomas Kuhn, por exemplo (21). Por outro lado existem as críticas de autores que sugerem formas modificadas, ou "mais sofisticadas" e "menos ingênuas" de falseacionismo, como Imre Lakatos (22) e Paul Feyerabend (23). O debate a respeito desta questão é bastante extenso, e foge ao objetivo principal desta tese analisá-lo com detalhe; o que se procura aqui é apenas chamar a atenção para certos pontos polêmicos e ainda abertos à discussão na obra de Popper.

Um outro aspecto importante da epistemologia de Popper emerge de sua análise do problema da indução de Hume. Sua resposta negativa a L_1 (concordando com Hume), significa a impossibilidade de se estabelecer, a partir da observação "imparcial" dos dados empíricos, a base sólida e segura para o conhecimento científico, tão procurada pela escola empirista.

Essa resposta negativa representa a não aceitação do pilar central do empirismo. E como Popper observa, muitos empiristas se sentem compelidos para o ceticismo em vista desses resultados (24).

No entanto, a solução de Popper ao problema da indução de Hume (sua resposta positiva a L_2), mostra que há uma alternativa. Em-

bora tenhamos que admitir que o campo da Ciência não é o solo seguro das certezas inabaláveis, mas uma área também sujeita a incertezas e reformulações.

A solução de Popper implica no reconhecimento do caráter não definitivo das teorias, mesmo daquelas que sobreviveram aos testes seletivos. Este fato é uma das consequências principais da resposta negativa a L_1 , pois por mais que uma teoria seja confirmada por "asserções de teste" ou "asserções de observação" (25), ainda assim ela não poderia ser considerada verdadeira. Haveria sempre a possibilidade de-la vir a ser refutada por alguma experiência.

Mas a solução de Popper ao problema da indução de Hume só se completa, no sentido de apresentar uma concepção do que é uma teoria científica, quando confrontamos suas idéias com as de Kant.

4- O CONFRONTO COM KANT E A IDEIA DAS TEORIAS CIENTÍFICAS COMO CONJECTURAS

Segundo Popper, Kant compreendeu que a solução negativa dada por Hume ao problema da indução entrava em choque com a racionalidade e com o que, à época, se entendia por procedimento científico. Compreendeu também que a solução de Hume destruía a racionalidade dos fundamentos da dinâmica de Newton. Mas Kant não duvidava da veracidade da teoria de Newton; e como bom racionalista procurou uma resposta ao problema da indução de Hume que se harmonizasse com suas convicções

(26).

Para Kant, Hume não havia considerado a possibilidade de haver um princípio de causalidade que fosse válido *à priori*. Se isto fosse possível, se alguém conseguisse mostrar a existência de um elo necessário entre causa e efeito, e que isso fosse válido *à priori*, então o problema lógico da indução de Hume estaria resolvido positivamente. Neste caso então, estaríamos justificados em raciocinar partindo de exemplos repetidos, dos quais temos experiência; porque nós saberíamos que o princípio de causalidade, que opera entre os termos dos eventos de que temos experiência, é válido *à priori* (27).

A busca de Kant se concentrou então em encontrar sentenças sintéticas que fossem válidas *à priori*. De acordo com Kant poderíamos colocar sob essa qualificação a aritmética, a geometria e o princípio de causalidade (28). Para Kant isto solucionava o problema de Hume. Mas poderia a verdade do princípio de causalidade ser estabelecida *à priori*? A esse respeito Popper afirma:

"Aqui Kant entrou com sua "Revolução de Copérnico": *foi o intelecto humano que inventou, e impôs, suas leis sobre o pantano dos sentidos, criando assim a ordem da natureza.* Era uma teoria ousada. Mas ruiu logo que se verificou que a dinâmica de Newton não era válida *à priori*, mas uma hipótese maravilhosa, uma conjectura. Do ponto de vista do realismo de senso comum, um bom pedaço da idéia de Kant poderia reter-se. As leis da natureza são invenção nossa, são de feitura animal e de feitura humana, geneticamente *à priori* embora não válidas *à priori*" (Conhecimento Objetivo, p.95)

Não poderíamos, portanto, considerar teoria alguma como definitiva, como a teoria "verdadeira". De acordo com Popper deveríamos encarar "todas as leis ou teorias como hipotéticas ou conjecturais; isto é, como suposições" (29)

Segundo esta perspectiva a idéia de verdade desempenharia a função de uma "meta ideal" a ser atingida; um ponto que fixamos como um objetivo ideal a ser perseguido. Como não sabemos quando atingimos esta "meta ideal", ou mesmo se ela pode ser atingida, nós a tomamos como um parâmetro do qual devemos nos aproximar ao máximo. Na concepção de Popper todo nosso esforço deve se concentrar na busca de uma aproximação cada vez maior dessa "meta ideal" que é a verdade (30).

Esta concepção de uma aproximação cada vez maior da verdade sugere a idéia de que haveriam vários níveis ou "degraus" no caminho da busca da teoria verdadeira. E esta imagem realmente capta um aspecto da concepção de Popper a respeito do método científico. A teoria da "aproximação cada vez maior da verdade" contempla a idéia de que nossas teorias científicas estão sujeitas à refutação; ou seja, elas não são encaradas como definitivas, e podem ser falseadas e superadas por teorias melhores (31).

Mas como, afinal, poderíamos julgar qual a melhor teoria? Este julgamento depende diretamente da concepção de Ciência que se tem em mente, ou, mais particularmente, das regras metodológicas que definem o que seria o método científico.

Em Popper o critério que define o campo da Ciência é a falsabilidade (32). E é em função desse critério que são elaboradas as demais regras. Essas regras metodológicas seriam convenções que teriam como objetivo garantir a aplicabilidade do critério de demarcação.

De acordo com sua concepção de Ciência Popper oferece dois exemplos de regras metodológicas:

"(1) O jogo da Ciência é, em princípio, interminável. Quem decida, um dia, que os enunciados científicos não mais exigem prova, e podem ser vistos como definitivamente verificados, retira-se do jogo.

(2) Uma vez proposta e submetida a prova a hipótese e tendo ela comprovado suas qualidades, não se pode permitir seu afastamento sem uma "boa razão". Uma "boa razão" será, por exemplo, sua substituição por outra hipótese, que resista melhor às provas, ou o falseamento de uma consequência da primeira hipótese" (Conhecimento Objetivo, p.56)

Esta idéia de "maior resistência às provas" deve ser examinada com mais detalhe para que se entenda de forma mais clara a questão da escolha entre teorias concorrentes.

De acordo com Popper as teorias racionais não podem ser verificadas, no sentido de se estabelecer qualquer teoria como definitivamente verdadeira, mas podem ser "corroboradas". Segundo o autor a corroboração de uma teoria está ligada aos testes a que foi submetida. Se uma teoria resiste bem aos vários testes a que é submetida pode-se dizer que até aquele momento ela está corroborada (33).

A idéia de um "grau de corroboração" maior ou menor está relacionada tanto à quantidade de testes pelo qual a teoria passou como

por sua severidade. Em relação à quantidade de testes, estará melhor corroborada aquela teoria da qual se pode derivar uma maior quantidade de experimentos que coloquem em questão a veracidade de seu conteúdo e de suas previsões. Em relação à severidade Popper afirma:

"A severidade dos testes, por seu turno, depende do *grau de testabilidade* e, conseqüentemente, da simplicidade da hipótese: a hipótese falseável em maior grau ou a hipótese mais simples é, também, suscetível de corroboração em maior grau. O grau de corroboração efetivamente alcançado não depende, como é claro, apenas do grau de falseabilidade: um enunciado pode ser falseável em alto grau e, ainda assim, estar corroborado de maneira apenas superficial, ou estar falseado". (A Lógica da Pesquisa Científica p.293)

Desta forma, o grau de corroboração fornece as informações necessárias para se optar pela melhor teoria. E isto se daria não só no caso em que só reste uma como não refutada, mas também nos casos em que várias teorias, ainda não falseadas, são apresentadas como concorrentes.

Ao longo de toda a análise aqui desenvolvida sobre a concepção popperiana de Ciência, uma característica esteve presente desde o início. Esta característica permeou todos os aspectos das considerações que se fez às teses de Popper, e revelou sua importância na estruturação das idéias do autor a respeito do funcionamento da Ciência. Trata-se do seu anti-dogmatismo.

De início foi apresentada uma análise do confronto das idéias de Popper com o "otimismo epistemológico" das tradicionais escolas empirista e racionalista. Já a partir deste ponto se evidenciava um dos principais traços da concepção popperiana: a não aceitação do

dogmatismo, a recusa em estabelecer uma autoridade incontestável, quer fossem os sentidos ou o intelecto, como fonte última do conhecimento. Este não-dogmatismo de Popper pode ser captado em qualquer das suas obras onde ele procura criticar a busca, por parte de empiristas e racionalistas clássicos, de uma base sólida e segura para o conhecimento.

As críticas de Popper às "sentenças sintéticas válidas à priori" de Kant, e sua solução do problema da indução de Hume, acabaram por levá-lo a uma abordagem da qual decorrem uma postura não-dogmática e não-autoritária sobre a origem e a veracidade das teorias científicas.

Na concepção de Popper a questão da origem das teorias não representa um problema fundamental. Segundo Popper não existe a tão procurada "base sólida e segura" do conhecimento, não existe um "porto seguro" do tipo "verdade clara e distinta", a partir do qual poderíamos construir, verdade após verdade, o edifício sólido e inabalável da Ciência.

Segundo Popper não é a origem da teoria que garante a sua validade ou seu carácter científico. A esse respeito afirma:

"Por isso minha resposta às perguntas "Como sabes? Qual é a fonte ou a base da tua afirmativa? Que observações te levaram a ela?" seria: "Não sei; minha afirmativa é simplesmente uma opinião. Não importa sua fonte - ou fontes; há muitas fontes possíveis e posso não ter consciência de uma boa parte delas; de qualquer modo, as origens e os *pedigrees* têm pouco a ver com a verdade. Mas, se estás de fato interessado no problema que procurei resolver com a afirmativa que fiz,

podes ajudar-me criticando-a com toda severidade de que fores capaz. Se puderes conceber um teste experimental para refutar o que disse, terei satisfação em te ajudar a refutá-lo, o melhor que possa" (Conjecturas e Refutações p.55)

Para Popper são estas atitudes de crítica severa, buscas de testes experimentais, tentativas de refutação e espírito de aprimoramento que caracterizam a Ciência.

Com esta postura Popper procura se colocar em oposição aos autores que ele qualifica como racionalistas e empiristas clássicos (34). Autores que, segundo ele, procuram definir a validade e o caráter científico das teorias a partir de seu ponto de partida; e que buscam a tão sonhada "base sólida, segura e inquestionável" a partir da qual as certezas definitivas da Ciência pudessem ser estabelecidas.

E devido a esta concepção de Ciência que Popper julga pouco importante a questão da origem das teorias. Para ele, deve-se avaliar uma teoria não pela sua origem, mas pelo exame crítico de seu conteúdo. E esta atitude crítica é, para Popper, uma das principais características da Ciência. A esse respeito o autor afirma:

"A Ciência começa, portanto, com os mitos e a crítica dos mitos; não se origina numa coleção de observações ou na invenção de experimentos, mas sim na discussão crítica dos mitos, das técnicas e práticas mágicas. A tradição científica se distingue da tradição pré-científica por apresentar dois estratos; como esta última, ela lega suas teorias, mas lega também com elas, uma atitude crítica com relação e essas teorias. As teorias são transferidas não como dogmas mas acompanhadas por um desafio para que sejam discutidas e se possível aperfeiçoadas" (Conjecturas e Refutações, p.80).

Para Popper a objetividade da Ciência é fruto deste ambiente de crítica aberta, sincera e severa. A objetividade da Ciência não dependeria da objetividade do cientista. Não seria o procedimento individual do cientista que garantiria tal objetividade; por mais que ele, individualmente, se esforçasse em ser crítico, isento de preconceitos e preferências, imparcial e objetivo.

Para Popper não são esses esforços individuais que garantem a objetividade da Ciência, embora o empenho individual pelo rigor lógico, pelo cuidado na formulação das teorias e pelo espírito crítico sejam importantes no processo de elaboração teórica. Mesmo porque, para o autor, seria impossível isolarmos a teoria de qualquer tipo de influência pessoal. A própria escolha de um tema de pesquisa ou de um problema já supõe preferências e interesses de ordem pessoal (35).

A objetividade na Ciência seria fruto de um esforço coletivo. Ela seria o resultado da discussão inter-subjetiva das teorias, seria fruto do debate crítico, aberto e rigoroso. A objetividade das teorias científicas seria garantida pelo processo de debate durante o qual elas se estabelecem como teorias merecedoras de atenção. E neste processo de debate que é forjado o caráter objetivo das teorias, através da discussão crítica, da apreciação objetiva dos resultados frente aos testes empíricos, e da avaliação criteriosa dos inúmeros especialistas da área em questão.

A atitude crítica está, em Popper, bastante relacionada com a idéia de racionalidade. Uma das características da atitude racional

residiria na disposição de se chegar a decisões através da reflexão sistemática e da argumentação consistente. O racionalista se caracterizaria pela disposição em ouvir os argumentos do adversário; e com sinceridade suficiente para aceitar a hipótese de se deixar convencer (36).

A atitude racional se caracterizaria pela ausência de dogmatismo, pelo respeito ao diálogo, pela disposição em ouvir e se deixar convencer, pelo exercício da rigorosa análise crítica dos argumentos.

A respeito da relação entre racionalidade e atitude crítica Popper afirma:

"A tradição racionalista ocidental, que se origina na Grécia antiga, é uma tradição de discussão crítica - o exame e o teste de proposições ou teorias, na tentativa de refutá-las. Esse processo de crítica racional não deve ser entendido como um método destinado a provar - quer dizer, dirigido à demonstração da verdade definitiva. Também não é um método que leve necessariamente a um acordo. Seu valor está no fato de que os que participam de uma discussão em certa medida mudam suas opiniões, tornando-se mais sábios" (Conjecturas e Refutações, p.384)

Em função do tema da tese, o interesse na exposição das idéias de Popper esteve concentrado, sobretudo, no caráter da discussão teórica que ele afirma ocorrer na Ciência. Procurou-se enfatizar, em particular, aquelas características que levaram Popper a afirmar a possibilidade da discussão e escolha racional das teorias no âmbito da Ciência.

E a partir da compreensão desta sua concepção de Ciência que se procurará investigar se um processo semelhante seria possível no âmbito da política.

C A P I T U L O 2

CONDIÇÕES PARA A SOBREVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA

CONDIÇÕES PARA A SOBREVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA

Este capítulo pretende dar uma idéia geral a respeito das condições que Popper considera importantes para a sobrevivência e desenvolvimento da Ciência. Aqui se procurará, particularmente, a identificação daquelas condições que estabelecem a possibilidade da discussão e escolha racional das teorias científicas. Identificar tais condições constitui-se um dos requisitos principais para saber se um processo de discussão e escolha racional de teorias é também possível no âmbito da política.

1- A CIÊNCIA EM CONSTANTE CRESCIMENTO

Em um texto denominado "Verdade, Racionalidade e a Expansão do Conhecimento Científico" (1), Karl Popper procurou enfatizar a importância de um aspecto particular da Ciência: a sua necessidade de crescer, ou, em suas palavras, "sua sede de progresso"(2).

De acordo com Popper o progresso constante (no sentido de um contínuo aperfeiçoamento teórico) seria um aspecto essencial do caráter racional e empírico da Ciência. Segundo ele, se a Ciência deixa de progredir ela perde este seu caráter.

Seria esse progresso contínuo que possibilitaria uma Ciência racional e empírica. Poder-se-ia dizer que esses dois aspectos são interdependentes. O fato de haver um progresso contínuo realmente possi-

bilita uma Ciência racional e empírica (no sentido que Popper dá a estes termos), pois é a garantia de que constantes modificações são possíveis que dá sentido ao processo de discussão e escolha racional das teorias e à realização de testes empíricos. Se a Ciência se mostra refratária a modificações não há sentido nos esforços de debate e escolha racional das teorias. Tais esforços se mostram inúteis se há a entronização de uma teoria como a verdade definitiva da Ciência.

Por outro lado, só se pode afirmar que houve realmente progresso desde que tenha havido discussão e escolha racional de teorias, baseadas em testes empíricos e norteadas por algo como um "alvo geral" da atividade científica. E no decorrer do debate, na luta constante por um lugar ao sol, que as teorias científicas são postas à prova; são meticulosamente criticadas em seus aspectos teóricos e rigidamente observadas nos testes empíricos. É a partir desses testes que se estabelecem alguns dos critérios para a escolha entre teorias concorrentes. O fato de existirem esses critérios, e das teorias poderem ser objetivamente analisadas e comparadas, permite que se fale em um processo de escolha racional entre teorias científicas.

Na concepção de Popper a expansão do conhecimento científico, no sentido de um constante progresso obtido pela substituição das antigas teorias científicas por outras melhores, está intimamente ligada aos resultados dos testes empíricos e às críticas racionais. No entender de Popper essas duas atividades são partes essenciais do caráter científico, assim como o é, também, o constante progresso teórico da Ciência.

O fato de Popper considerar o progresso constante um aspecto essencial para sua concepção de Ciência não significa, no entanto, que ele acredite em uma lei histórica de progresso, no sentido de uma "... tendência incondicional ou absoluta, reduzível às leis da natureza humana...", tal qual concebidas por Comte e Mill (3).

O método científico, no entender de Popper, tem aspectos sociais, ou seja, depende de várias instituições sociais, como a linguagem, os meios de comunicação e as instituições democráticas que garantem a livre divulgação e debate das idéias. Depende também do fator humano ou pessoal, ou seja, são necessárias pessoas para operar as instituições. O fato de depender de fatores instáveis como esses torna difícil que se fale em lei histórica de progresso. A esse respeito Popper afirma:

"Como usei a palavra "progresso" várias vezes, será melhor garantir-me de que não serei visto como um crente na lei histórica do progresso. Na verdade, já tive várias oportunidades de atacar essa crença, e sustento que mesmo a Ciência não está sujeita a qualquer coisa parecida. A história da Ciência, como a história de todas as idéias humanas, é feita de sonhos irresponsáveis, de erros e de obstinação. Mas a Ciência é uma das poucas atividades humanas - talvez a única - em que os erros são criticados sistematicamente (e com frequência corrigidos). Por isso podemos dizer que, no campo da Ciência, aprendemos muitas vezes com nossos erros; por isso podemos falar com clareza e sensatez sobre o *progresso científico*." (Conjecturas e Refutações, p.242).

Segundo Popper "...nem mesmo as instituições mais bem estruturadas mostram uma solidez a toda prova..." (4), elas seriam como fortalezas que devem ser bem projetadas e guarnecidas, mas que não podem ser consideradas inabaláveis e eternas, pois "...o fator humano ou

pessoal se mantém como o elemento irracional na maior parte das teorias sociais institucionais, ou em todas elas." (5).

2- A NECESSIDADE DE UM ALVO GERAL

Para que haja um contínuo avanço teórico é necessário a existência de um critério que defina se houve ou não progresso. É este critério, por sua vez, está ligado ao reconhecimento da existência de uma espécie de "objetivo comum" da atividade científica; algo como um "alvo geral", almejado por todas as teorias. E a partir do reconhecimento deste "alvo geral" que o critério de definição sobre o progresso científico ganha maior sentido.

Segundo Popper existe um *critério de progresso* na Ciência que nos permite dizer que uma teoria representa um avanço em relação a outras. Popper denomina esse critério de "adequação relativa potencial" ("*relative potential satisfactoriness*") (6). De acordo com este critério, devemos dar preferência às teorias que contém mais informação empírica e maior conteúdo. Se este aumento de conteúdo não acarretar a refutação da teoria, então ela se mostrará superior em relação à sua concorrente de menor conteúdo empírico. Isto porque, neste caso, um maior conteúdo significará uma maior capacidade explicatória e um maior poder de previsão. E significará também maior testabilidade, pois maior conteúdo implica em maior número de testes possíveis. Todas essas desejadas vantagens das teorias de maior conteúdo empírico indicam que a preferência deve recair sobre as teorias altamente informa-

tivas e ousadas, ao invés das que são triviais.

Para se saber qual é o "alvo geral" das teorias científicas deve-se analisar com detalhe o critério de adequação relativa potencial.

Inicialmente pode-se notar que a preferência por teorias com maior conteúdo informativo faz convergir o objetivo da pesquisa científica para algo diverso da simples procura pela teoria com alto grau de probabilidade.

A esse respeito Popper propõe a análise de três afirmativas. A afirmativa A seria "Na sexta-feira vai chover", a afirmativa B seria "No sábado fará bom tempo" e a AB seria então "Na sexta-feira vai chover e no sábado fará bom tempo" (7). Comparando o conteúdo informativo da conjunção AB com as proposições A e B separadamente Popper afirma:

"Escrevendo $Ct(a)$ em lugar de "conteúdo da afirmativa a" e $Ct(ab)$ em lugar de "conteúdo da conjunção ab", teremos:

$$(1) \quad Ct(a) < Ct(ab) > Ct(b)$$

O que contrasta com a correspondente lei, no cálculo de probabilidade:

(2) $p(a) > p(ab) < p(b)$ - onde os sinais de desigualdade estão invertidos. Em conjunto, as duas expressões (1) e (2) afirmam que com o incremento do conteúdo a probabilidade cai, e *vice-versa*; em outras palavras, o conteúdo aumenta com o aumento da *improbabilidade*" (Conjecturas e Refutações, pp.243 e 244)

Popper afirma que na Ciência se deve dar preferência às teorias interessantes e altamente informativas ao invés das que são triviais. E esta preferência define também a opção pelas teorias de baixa probabilidade. Na Ciência, visa-se teorias com conteúdo informativo cada vez mais elevado, busca-se o progresso do conhecimento, ou seja, sabermos cada vez mais. Se o que se deseja são teorias mais completas, que tenham maior conteúdo e expliquem mais, deve-se admitir que almejamos também a baixa probabilidade, pois quanto maior o conteúdo empírico de uma teoria maior a probabilidade de refutação.

Como se afirmou anteriormente, a questão do *critério de progresso* definido por Popper (a preferência pelas teorias de elevado conteúdo informativo) ganha maior sentido quando referida ao que seria o "objetivo comum" ou o "alvo geral" da atividade científica.

Mas qual seria, afinal, este "alvo geral"? Existiria algo que pudesse ser assim chamado na Ciência?

A resposta de Popper à última pergunta é afirmativa, e há várias passagens em que o autor define este "alvo geral" ou "meta final" utilizando os conceitos de "aproximação da verdade" e de "verossimilitude".

A importância da idéia de verdade, ou melhor, da idéia de aproximação da verdade, como o "alvo geral" das teorias científicas pode ser avaliada pela seguinte passagem:

"O fato é que também consideramos a Ciência uma busca da verdade e, pelo menos desde Tarski, não temos receio de afirmá-lo. E só em relação a esse objetivo - a descoberta da verdade - que afirmamos que, apesar da nossa falibilidade, esperamos aprender com os erros. Só a idéia da verdade nos permite falar de maneira sensata sobre os erros e a crítica racional, possibilitando a discussão racional - isto é, a que procura descobrir os erros com a intenção séria de eliminá-los ao máximo, para que nos possamos aproximar da verdade. Portanto, a própria idéia do erro - e da falibilidade - implica uma verdade objetiva, considerada como padrão que podemos não atingir (neste sentido, a idéia de verdade é *reguladora*)" (Conjecturas e Refutações, p.255)

Como podemos ver por essa citação, a busca da verdade, considerada como "alvo geral" da atividade científica, desempenha um papel central na garantia de um processo de discussão racional das teorias; condição fundamental para que possamos falar de progresso (avanço teórico, aprimoramento das teorias, escolha das melhores teorias) no campo da Ciência.

A importância da idéia de aproximação da verdade como o "objetivo comum" da Ciência transparece também na seguinte passagem:

"Gostaria de poder dizer que a Ciência visa à verdade no sentido de correspondência com os fatos ou com a realidade; e também gostaria de dizer (com Einstein e outros cientistas) que a teoria da relatividade é - ou assim conjecturamos - melhor aproximação da verdade do que a teoria de Newton, tal como esta última é melhor aproximação da verdade do que a teoria de Kepler. E gostaria de poder dizer estas coisas sem temer que o conceito da proximidade da verdade ou verossimilitude seja logicamente mal concebido, ou "sem significação". Em outras palavras, meu alvo é a reabilitação de uma idéia de senso comum da qual preciso para descrever as metas da Ciência e a qual, assevero, alicerça como princípio regulador (mesmo que apenas inconsciente e intuitivamente) a racionalidade de todas as discussões científicas críticas." (Conhecimento Objetivo, p.65)

É de grande importância, na concepção popperiana de Ciência a tese de que há um "alvo geral" para a discussão racional; que no caso se concretiza com o estabelecimento da verossimilitude como objetivo das teorias científicas (8). A existência deste "alvo geral" facilita a discussão racional e assegura o aperfeiçoamento das teorias. Se não houvesse algum objetivo determinado, como ocorre no caso da concepção popperiana de Ciência, a discussão racional seria mais difícil e não seria possível falar em escolha racional entre as teorias científicas.

Se não há um critério balizador a partir do qual as teorias são julgadas, então se instaura o caos da indistinção total, e não há como se escolher racionalmente entre várias teorias concorrentes. Mesmo que o objetivo geral não seja a idéia da verdade ou a de verossimilitude, para que haja a possibilidade de progresso, deve haver, necessariamente, algum tipo de critério balizador que fundamente a escolha feita.

Para a discussão da questão de ser o "alvo geral" das teorias científicas melhor representado pelo conceito de verdade ou de verossimilitude, considere-se o item 10 do segundo capítulo do livro *Conhecimento Objetivo*. Neste item, denominado "Verdade e Verossimilitude como alvos", Popper afirma que há uma considerável vantagem em dizer que o alvo da Ciência é a verossimilitude ao invés da verdade; pois esta última sugere que o alvo pode ser completa e definitivamente atingido; e na concepção popperiana de Ciência nenhuma teoria é encarada como definitiva, Popper considera as teorias científicas como

conjecturas, como hipóteses passíveis de refutação. No seu entender não seria possível a teoria alguma a demonstração incontestável de sua veracidade.

É no item "Verdade e Verossimilitude como alvos" (9) Popper lembra que Newton e Einstein nunca acreditaram que suas teorias fossem a última palavra ou "a teoria verdadeira". Segundo Popper "...Einstein nunca acreditou que sua teoria fosse mais do que uma boa aproximação da teoria verdadeira..." (10).

Popper conclui este item observando que a verossimilitude é um alvo mais nítido e realista do que a procura da verdade. Segundo ele, apesar de nas Ciências empíricas nunca podermos afirmar categoricamente que alcançamos de fato "a teoria verdadeira", há bons argumentos para alegarmos que é possível termos feito progresso no rumo da verdade. Ou seja, seria possível, mediante uma análise objetiva e racional do conteúdo das teorias e de seus resultados frente aos testes empíricos, afirmar que uma teoria A é preferível à sua predecessora B, pois a teoria A poderia, mediante uma comparação, se mostrar uma melhor aproximação da verdade.

Ainda em relação ao conceito de verossimilitude, Popper levanta a questão de se poder falar em uma *melhor* aproximação da verdade (11). Haveria de fato *graus* de verdade? Não seria enganosa a idéia de uma melhor ou pior aproximação da verdade, como se ela se situasse numa espécie de "espaço métrico"?

De acordo com Popper não há nada de enganoso nessa idéia. E segundo ele não poderíamos dispensar algo como a concepção de uma melhor ou pior aproximação da verdade (12).

No Item X do texto "Verdade, Racionalidade e a Expansão do Conhecimento Científico" (13) Popper sugere seis casos em que poderíamos afirmar que uma teoria T_2 corresponde melhor aos fatos, e portanto está mais próxima da verdade, que uma teoria T_1

- 1) quando T_2 faz assertivas mais precisas do que T_1 , as quais resistem a testes que são também mais precisos;
- 2) quando T_2 leva em consideração ou explica mais fatos do que T_1 (que inclui a hipótese acima de que, em igualdade de condições, as assertivas de T_2 são mais precisas);
- 3) quando T_2 descreve ou explica os fatos com maiores detalhes do que T_1 ;
- 4) se T_2 resistiu a testes que refutaram T_1 ;
- 5) se T_2 sugere novos testes experimentais, que não haviam sido considerados antes da sua formulação (testes não sugeridos por T_1 , talvez nem sequer aplicáveis a T_1), conseguindo resistir a eles;
- 6) se T_2 permitiu reunir ou relacionar entre si vários problemas que até então pareciam isolados." (Conjecturas e Refutações, p.258)

Como se pode observar a concepção de verossimilitude é usada na comparação entre teorias concorrentes. A esse respeito Popper afirma:

"Esse uso comparativo da idéia é seu ponto principal; a idéia de um grau de verossimilhança maior ou menor parece menos remota, mais aplicável, e portanto mais importante para a análise de métodos científicos do que a própria idéia da verdade absoluta". (Conjecturas e Refutações, p.260)

3- OUTRAS CONDIÇÕES DE CARÁTER INTERNO

Até aqui foram abordadas apenas duas condições relativas à questão da sobrevivência e desenvolvimento da Ciência. A primeira dizia respeito à necessidade da Ciência em sempre crescer, "sua sede de progresso", no sentido de um contínuo aperfeiçoamento teórico, cuja não realização descaracterizaria a Ciência como tal. A segunda se referia à importância de algo como um "alvo geral" ou "objetivo comum" das teorias científicas, que auxiliaria no processo de discussão e escolha racional das hipóteses científicas, ajudando a melhor definir se houve ou não progresso.

Esses dois aspectos podem ser encarados como condições de caráter interno para a sobrevivência e desenvolvimento da Ciência. No sentido de que são condições relativas apenas a aspectos teóricos que seriam intrínsecos à atividade científica. Nesse sentido seriam opostas às condições de caráter externo, como por exemplo, a garantia institucional para o livre debate de idéias e a necessidade da existência de publicações que divulguem as teorias.

Existem ainda outros aspectos que poderiam ser qualificados como "condições de caráter interno" para a sobrevivência e desenvolvimento da Ciência. Entre eles estariam a exigência de expressão numa linguagem inteligível e razoavelmente clara, e a ausência de contradições. Segundo Popper, a observância destas condições seriam importantes na elaboração das teorias e fundamentais para a sobrevivência da atividade científica. A Ciência não se desenvolveria em um contexto em

que as teorias científicas não fossem escritas em linguagem inteligível e clara, pois o intercâmbio de informações e o exercício constante da crítica, que caracterizam a atividade científica, só são possíveis se se compreende claramente o que dizem as teorias. Da mesma forma, o debate e a escolha racional entre as teorias científicas estariam prejudicados pela ausência de uma linguagem clara e inteligível.

No entanto, esta exigência em relação à linguagem não deve ser confundida com aquelas, aparentemente semelhantes, feitas pelos positivistas modernos (14). As exigências dos positivistas e neo-positivistas em relação à linguagem estão relacionadas com o critério de demarcação que procuram estabelecer entre a Ciência e a metafísica. Para eles a exigência não é somente de clareza, a linguagem científica seria aquela que possui sentido. A esse respeito Popper afirma:

"Se, com as palavras "vazia" ou "sem sentido", desejarmos, por definição, expressar não mais que "não pertencente à Ciência empírica", então se tornaria trivial a caracterização da Metafísica em termos de absurdo sem sentido; em verdade, a Metafísica tem sido repetidamente definida como não empírica. Contudo, os positivistas, naturalmente, acreditam ser possível dizer acerca da Metafísica muito mais do que serem não empíricos alguns de seus enunciados. As expressões "sem sentido" ou "absurdo" traduzem e pretendem traduzir uma posição depreciativa; e não há dúvida de que o que os positivistas realmente desejam não é tanto uma bem sucedida demarcação, mas a derrubada total e a aniquilação da Metafísica". (A Lógica da Pesquisa Científica, p.36).

A preocupação dos positivistas com a linguagem, como Popper sugeriu(15), está relacionada com a procura do que ele denominou de "fontes últimas do conhecimento", ou seja, a busca de uma base sólida, segura e inquestionável, a partir da qual pudesse ser erigido o edifício da Ciência. Popper parece considerar infrutífera esta busca de

uma base sólida e segura para a Ciência. Portanto, sua preocupação com a linguagem diferencia-se substancialmente daquela apresentada pelos positivistas, e diz respeito à necessidade de clareza e simplicidade:

"Mas a busca da verdade só é possível se falarmos clara e simplesmente e se evitarmos tecnicismos e complicações desnecessárias. À meu ver, visar à simplicidade e à lucidez é um dever moral de todos os intelectuais: a falta de clareza é um pecado e a presunção é um crime. (A concisão também é importante, em vista da explosão das publicações, mas é de menor importância e às vezes é incompatível com a clareza). Frequentemente somos incapazes de corresponder a esses requisitos e deixamos de dizer as coisas claras e compreensivelmente, mas isto apenas mostra que todos não somos suficientemente bons como filósofos." (Conhecimento Objetivo p.51).

Quanto à condição que estabelece a ausência de contradições (16), sua necessidade está ligada à concepção de Ciência de Popper, onde as teorias científicas buscam explicar de forma satisfatória e convincente os diversos aspectos da realidade; portanto, tal explicação não pode conter contradições, pois, segundo ele, um enunciado autocontraditório nada explica, já que qualquer enunciado pode ser dele deduzido:

"Enquanto as tautologias, os enunciados puramente existenciais e outros enunciados não falseáveis não afirmam quase nada (por assim dizer) a respeito da classe dos possíveis enunciados básicos, os enunciados autocontraditórios afirmam *demaix*. Qualquer enunciado pode ser legitimamente deduzido de um enunciado autocontraditório. Conseqüentemente, a classe de seus falseadores potenciais é idêntica à classe de todos os possíveis enunciados básicos: o enunciado autocontraditório é falseado por qualquer enunciado." (A Lógica da Pesquisa Científica pp.96 e 97).(17)

Popper também se refere a esta exigência como "a condição da compatibilidade" (no sentido de que os enunciados de um sistema teóri-

co devem ser compatíveis entre si, evitando a contradição), e na seção 24 da *Lógica da Pesquisa Científica* procura enfatizar a importância deste aspecto qualificando-o como condição primeira de qualquer sistema teórico, empírico ou não empírico.

Segundo Popper a procura das contradições e sua eliminação constitui-se na principal tarefa da crítica. A eliminação das contradições levaria ao crescimento objetivo do conhecimento e, conseqüentemente, a uma maior aproximação da verdade (18).

Um dos aspectos teóricos mais importantes da concepção popperiana de Ciência diz respeito ao requisito da falseabilidade. Segundo Popper este seria o principal aspecto para se caracterizar uma teoria como sendo científica. Ou seja, qualquer teoria, para ser considerada como científica, deve estabelecer, de antemão, os possíveis acontecimentos que, uma vez que ocorram, possam ser tomados como exemplos que a refutam. A preocupação de Popper não estará voltada para o estabelecimento de um sistema científico que seja considerado como irrefutável e definitivo. A abordagem de Popper ao problema da indução de David Hume o leva a descartar a hipótese de se considerar as teorias como científicas a partir da sua *verificabilidade*, ou seja, a partir dos casos que possam corroborá-la (19).

O caráter científico de uma teoria será dado, sobretudo, por sua forma lógica; ela deve estabelecer previamente a ocorrência de fatos empíricos que possam refutá-la. A esse respeito Popper afirma:

"Contudo, só reconhecerei um sistema como empírico ou científico se ele for passível de comprovação pela experiência. Essas considerações sugerem que deve ser tomado como critério de demarcação, não a *verificabilidade*, mas a *falseabilidade* de um sistema. Em outras palavras, não exigirei que um sistema científico seja suscetível de ser dado como válido, de uma vez por todas, em sentido positivo; exigirei, porém, que sua forma lógica seja tal que se torne possível validá-lo através de recurso a provas empíricas, em sentido negativo: *deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico.*

(Assim, o enunciado "Choverá ou não choverá aqui, amanhã", não será considerado empírico, simplesmente porque não admite refutação, ao passo que será considerado empírico o enunciado "Choverá aqui, amanhã".) (A Lógica da Pesquisa Científica, p.42).

O estabelecimento da falseabilidade como critério de demarcação da Ciência é um dos pontos mais polêmicos da obra de Popper. Trata-se de uma idéia que recebeu muitas críticas e que foi também, por vezes, mal interpretada (20). Este debate é bastante polêmico e extenso e foge ao objetivo desta tese uma análise detalhada desta questão. No entanto, a título de esclarecimento, pode-se dizer que algumas dessas críticas e objeções foram abordadas por Popper no capítulo IV da Lógica da Pesquisa Científica, denominado "Falseabilidade" (21). Entretanto, as duas principais linhas de ataque a esta idéia de Popper se baseiam, primeiro, na posição que sustenta a impossibilidade de acordo a respeito dos enunciados básicos que seriam os potenciais falseadores das teorias científicas; posicionamento identificado com as críticas de Thomas Kuhn (22). A segunda linha de ataque identifica-se com as críticas de Imre Lakatos e Paul Feyerabend (23), que defendem o que denominam de formas menos ingênuas e mais elaboradas de falseacionismo.

Ainda em relação a esses aspectos teóricos internos da concepção popperiana de Ciência, importa que se destaque que o autor enfatiza que não devemos procurar simplesmente as verdades tautológicas e os "enunciados puramente existenciais", no sentido de enunciados que apenas se referem a respeito da existência das coisas. Segundo Popper, a Ciência deve buscar a "verdade interessante". Isto significa que o objetivo da Ciência não deve ser apenas a busca da verdade simplesmente; deve-se buscar a verdade "difícil de ser descoberta", no sentido da verdade com alto grau de capacidade explicativa. Esta verdade não estaria nos simples enunciados tautológicos ou existenciais e sim nas teorias científicas ousadas e inovadoras, nas teorias que são soluções para problemas.

Ainda como exemplo de "condições de caráter interno" se poderia citar as três condições sugeridas no item 5 do texto "Verdade, Racionalidade e a Expansão do Conhecimento Científico" (24), que se denomina "Três condições para a expansão do conhecimento".

Neste item Popper analisa três requisitos cujo atendimento seria fundamental para se falar em progresso do conhecimento científico, ou mesmo para se falar em conhecimento científico, pois de acordo com a concepção de Popper o progresso é parte essencial do caráter da Ciência.

O primeiro requisito seria este: "...a nova teoria deve partir de uma idéia simples, nova, poderosa e unificadora acerca de alguma relação (tal como a atração da gravidade) entre coisas até então consideradas isoladamente (planetas, ou maçãs); ou então entre fatos (como a massa inerte e gravitacional) ou "entidades teóricas" (campos ou partículas, por

exemplo)" (Conjecturas e Refutações, p.267).

A exigência de clareza e simplicidade não estaria restrita à linguagem, mas se aplicaria também à própria idéia original da qual surge a teoria científica. A procura desta idéia original, simples, nova e unificadora seria uma característica importante pois, como Popper afirma, a teoria deveria buscar relações entre coisas, fatos ou "entidades teóricas" até então consideradas isoladamente.

O segundo requisito afirma: "Exigimos que a nova teoria possa ser *testada independentemente*. Isto é, que além de explicar todos os *explicanda* que a nova teoria se destina a explicar, tenha consequências novas e testáveis (de preferência consequências de *um novo tipo*); deve levar à previsão de fenômenos que até então não foram observados" (Conjecturas e Refutações, p.267).

Segundo Popper esta exigência seria indispensável pois sem ela a teoria poderia ser *ad hoc*, já que seria possível elaborar uma explicação teórica ajustável aos explicanda em questão, sem que esta explicação apresente consequências novas e testáveis (25).

De acordo com Popper esses dois primeiros requisitos visam restringir a gama de escolha possível. E se a segunda exigência for cumprida a nova teoria representará um avanço, pois explicará tudo que a anterior explicava e, além disso, proporcionará novos experimentos que, mesmo que refutados, acarretarão novos conhecimentos e problemas.

Popper afirma que esses dois requisitos são "requisitos formais", no sentido que se vinha caracterizando neste capítulo como "condições de caráter interno", ou seja, condições que dizem respeito

apenas à parte teórica das hipóteses científicas.

O terceiro requisito, por sua vez, seria de caráter diverso; não diria respeito apenas a aspectos (semânticos, lógicos, etc) internos à própria teoria. Segundo Popper, seria um "requisito material", seria a exigência de um sucesso empírico. As teorias submetidas a testes, para serem consideradas melhores que as teorias concorrentes, deveriam obter resultados positivos nas experiências empíricas. A importância deste requisito para Popper pode ser medida pela seguinte afirmação:

"Em primeiro lugar, sustento que o progresso científico não poderia continuar se não se conseguisse satisfazer razoavelmente o terceiro requisito. Para a continuidade do progresso da Ciência, e para que sua racionalidade não decline, precisamos não só de refutações bem sucedidas mas também de êxitos positivos" (Conjecturas e Refutações, p.269)

Pode-se citar também os dois exemplos de regras metodológicas apresentadas por Popper no item 11 do capítulo 2 de A Lógica da Pesquisa Científica. Seriam exemplos de regras metodológicas apresentadas como convenções, com o objetivo de funcionarem como "regras do jogo da Ciência", e cuja observância seria fundamental para a sobrevivência e desenvolvimento da Ciência tal qual Popper a entende. A regra número 1 afirma:

"O jogo da Ciência é, em princípio, interminável. Quem decide, um dia, que os enunciados científicos não mais exigem prova, e podem ser vistos como definitivamente verificados, retira-se do jogo." (A Lógica da Pesquisa Científica, p.56).

A segunda regra diz:

"Uma vez proposta e submetida a prova a hipótese e tendo ela comprovado suas qualidades, não se pode permitir seu afastamento sem uma "boa razão". Uma "boa razão" será, por exemplo, sua substituição por outra hipótese, que resista melhor às provas, ou o falseamento de uma consequência da primeira hipótese..." (A Lógica da Pesquisa Científica, p.56).

Se poderia ainda fazer alusão a outros requisitos referentes aos aspectos teóricos intrínsecos da Ciência, como por exemplo, aqueles sugeridos por Popper ao abordar os ramos da Ciência onde é possível a elaboração de sistemas teóricos axiomatizados (26). São citados como exemplos a forma que Hilbert conseguiu dar a certos setores da Física teórica, onde todos os pressupostos necessários (e não mais) são reunidos para formar o ápice do sistema. Esses pressupostos são selecionados e organizados de maneira a que todos os enunciados que pertencem ao sistema teórico possam ser dele derivados. Segundo Popper, para um sistema teórico ser considerado axiomatizado ele deveria satisfazer quatro requisitos fundamentais:

"...(a) o sistema de axiomas deve estar *livre de contradição* (seja a auto-contradição, seja a mútua contradição). Isso equivale a exigir que não seja possível deduzir, dos axiomas, todos os enunciados arbitrariamente escolhidos; (b) o sistema deve ser *independente*, isto é, não conter qualquer axioma deduzível dos demais axiomas. (Em outras palavras, um enunciado só será denominado axioma se não for deduzível, junto com o resto do sistema). Essas duas condições dizem respeito ao sistema axiomático como tais; no que concerne à relação do sistema axiomático para com o todo da teoria, os axiomas devem ser (c) *suficientes para a dedução de todos os enunciados pertencentes à teoria a ser axiomatizada* e (d) *necessários, para o mesmo propósito; o que significa que eles não devem incluir pressupostos supérfluos.*" (A Lógica da Pesquisa Científica, p.75).

Mas as condições até aqui analisadas são apenas algumas entre as várias exigidas para o bom funcionamento do "jogo da Ciência". Dentre outras, há que se destacar ainda a disposição dos interlocutores em assumir uma atitude de razoabilidade no debate.

A concepção de Popper sobre o que seria esta atitude de razoabilidade pode ser captada quando ele procura estabelecer a diferença entre tentar convencer por meio de argumentos ou procurar fazê-lo por meio da propaganda. A esse respeito afirma:

"A diferença não está apenas no emprego de argumentos: a propaganda muitas vezes também os emprega. Também não reside na convicção de que nossos argumentos são conclusivos e devem ser acatados por qualquer pessoa razoável. Ela se situa na atitude que favorece o intercâmbio, na disposição não só de convencer o adversário mas também na aceitação da hipótese de sermos convencidos por ele. A atitude razoável poderia ser caracterizada por uma observação como a seguinte: "Acho que tenho razão, mas pode ser que esteja errado, e que você tenha razão; de qualquer forma, vamos discutir o assunto, pois assim provavelmente chegaremos mais perto de um entendimento genuíno do que se os dois insistirmos simplesmente em que cada um de nós tem toda a razão" (Conjecturas e Refutações, p.388)

De acordo com Popper a atitude de razoabilidade pressupõe a humildade intelectual e a consciência de que não somos oniscientes. Pressupõe a lembrança de que frequentemente cometemos erros e de que quase tudo que sabemos se deve à contribuição de outros.

A importância da atitude de razoabilidade para o bom funcionamento da Ciência pode ser percebida pelo fato de que a ausência desta atitude impediria a discussão racional. Não haveria possibilidade de debate racional onde uma pessoa não está disposta a ouvir a outra.

Uma discussão racional pressupõe uma análise rigorosa e imparcial dos argumentos em questão. Os debatedores devem estar dispostos a analisar criticamente não só as idéias do interlocutor como também as suas.

Deve haver um mútuo esforço para a compreensão dos pontos fortes e fracos dos argumentos analisados. E esta atitude pressupõe a ausência de dogmatismo; pois o indivíduo não dogmático pode admitir que seu argumento não é perfeito, que não é completo e pode conter erros e falhas. O reconhecimento desta imperfeição, e da importância da análise crítica imparcial para o aprimoramento dos argumentos, é fundamental para o abandono da atitude dogmática e a adoção da atitude de razoabilidade.

A discussão racional é, segundo Popper, um componente essencial da atividade científica. Se não há discussão racional perde-se a possibilidade de uma avaliação crítica e rigorosa das teorias; as idéias se cristalizam, e a despeito de suas limitações e defeitos, podem ser encaradas como verdadeiras e definitivas.

E se não há discussão racional torna-se impossível falar também de escolha racional de teorias. A escolha racional entre teorias concorrentes, característica essencial da atividade científica segundo Popper, supõe, entre outras coisas, uma avaliação crítica e rigorosa, o que só é possível num contexto de discussão crítica. Portanto, não só a discussão racional, como a escolha racional de teorias, características essenciais da atividade científica, estão na dependência da atitude de razoabilidade.

5- AS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Certamente se pode pensar ainda sobre certas condições institucionais sem as quais não seria possível a sobrevivência da Ciência. Instituições tais como as publicações científicas, os livros, as revistas especializadas, jornais, periódicos, rádio, televisão, em suma, a imprensa de uma maneira geral; pois todos esses canais podem servir para a divulgação e para o debate das teorias científicas. E a existência destes meios de divulgação e debate são, segundo a concepção popperiana, fundamentais para a sobrevivência e o desenvolvimento da Ciência. Isto porque um dos aspectos que caracterizam a Ciência é a necessidade de um amplo debate das teorias propostas. E este debate deve ter caráter público, aberto a todo tipo de críticas e contribuições, proporcionando um ambiente onde as teorias possam ser rigorosamente analisadas e testadas. Este caráter público do debate, na concepção de Popper, é um dos principais requisitos da Ciência.

Também são importantes instituições tais como os congressos científicos, as reuniões de cientistas e todos os múltiplos tipos de eventos, tais como seminários, colóquios, feiras, exposições, que servem tanto como fórum de debate como meios de divulgação. Sem estas instituições, o amplo debate das teorias científicas estaria comprometido, o que, por sua vez, comprometeria a sobrevivência e o desenvolvimento da Ciência.

Seria necessário também garantir a existência e o funcionamento adequado das instituições nas quais normalmente as teorias são elaboradas. Instituições tais como as universidades, institutos de pesquisas e centros de estudos e pesquisas ligados à iniciativa privada. Além, é claro, de todo sistema educacional anterior às universidades, que garante a formação de todo o pessoal de nível superior, e que também pode ser considerado um espaço para o surgimento e debate de teorias.

As condições listadas aqui parecem ser fundamentais para o progresso científico. Ao discorrer sobre esse assunto Popper sugere que, ao invés de se perguntar sobre as condições que garantiriam o progresso, se pergunte pelas condições sob as quais o progresso se daria. A esse respeito afirma:

"Como poderia ser detido o progresso científico e industrial? Fechando ou controlando os laboratórios de pesquisa, suprimindo ou controlando as revistas científicas e outros veículos de debate de idéias, impedindo conferências e congressos científicos, eliminando universidades e escolas, suprimindo os livros, as editoras, a escrita e, ao fim, a própria fala. Todas essas coisas, suscetíveis, sem dúvida, de supressão (ou controle), são instituições sociais... A Ciência e, mais especialmente, o progresso científico resultam não de esforços isolados, mas da livre competição de idéias. A Ciência requer competição cada vez mais severa entre as hipóteses e testes cada vez mais rigorosos. E as hipóteses em luta reclamam, por assim dizer, representação pessoal: precisam de advogados, precisam de um tribunal e até mesmo de público. Essa representação pessoal há de ser institucionalmente organizada, se desejarmos dar-lhe condições de operar. Essas instituições têm um custo de manutenção e pedem proteção legal. Em última instância, o progresso depende largamente de fatores políticos, de instituições políticas que assegurem a liberdade de pensamento, depende da democracia" (A Miséria do Historicismo, pp.120 e 121)

A exigência da liberdade de pensamento é muito importante; juntamente com a garantia de total liberdade de expressão, ela pode permitir a apresentação de novas teorias e assegurar a plena confrontação entre elas. E Popper é um autor que sempre enfatizou a importância da liberdade de pensamento e da garantia do livre debate para a busca de uma aproximação cada vez maior da verdade.

Portanto, o progresso científico, para Popper, depende também de fatores políticos, depende de instituições políticas que garantam a liberdade de pensamento e de expressão. A prática da discussão racional e crítica estaria ameaçada sem as garantias institucionais e políticas características das sociedades abertas e democráticas.

6- A NECESSIDADE DA TRADIÇÃO DE PENSAMENTO RACIONAL

Existiria ainda um outro aspecto que precisaríamos encarar como condição para a sobrevivência e o desenvolvimento da Ciência. Trata-se da necessidade de se criar a própria tradição de um pensamento racional. Esta tradição seria importante na medida em que ajuda na manutenção das outras instituições que também garantem a prática científica.

Em "A Miséria do Historicismo", Popper afirma que, apesar das melhores organizações institucionais de que o mundo disponha, o progresso científico poderia, um dia, cessar. Como exemplo, cita que poderia se manifestar um misticismo epidêmico; o que, segundo ele, se-

ria plenamente possível, pois se alguns intelectuais reagem ao progresso científico e adotam o misticismo, qualquer outra pessoa poderia agir do mesmo modo. E se esse tipo de reação se generaliza, isto acaba colocando em risco, ou mesmo impedindo, o desenvolvimento da Ciência.

Em situações como esta a tradição racional (e mais especificamente a tradição científica), teria um importante papel a cumprir. Ela ofereceria uma base para se resistir a ataques como o do pensamento místico por exemplo. A existência da tradição funcionaria como uma espécie de proteção contra ataques externos e contra possíveis "desvios de rota"; ela garantiria a continuidade dos procedimentos científicos adequados e asseguraria a preservação do objetivo último da pesquisa científica: a constante busca da verdade.

Ao abordar este tema da tradição na Ciência Popper observa que a evolução de algo semelhante ao método científico aparece por volta do sexto e quinto séculos na Grécia antiga (27). O autor afirma que vários povos narram mitos que descrevem a origem das coisas e que procuram explicar a estrutura do universo. Essas explicações se tornam tradicionais, são transmitidas de geração em geração e conservadas cuidadosamente. Qual seria a diferença desse tipo de tradição em relação ao que se desenvolveu na filosofia grega? A esse respeito diz Popper:

"Ora, o que é novo na filosofia grega, o que é acrescentado de novo a tudo isto, parece-me consistir não tanto da substituição dos mitos por algo de mais "científico" quanto numa *nova atitude para com os mitos*. Parece-me ser meramente uma consequência desta nova atitude o fato de que seu caráter começa então a mudar.

A nova atitude que tenho em mente é a *atitude crítica*. Em lugar de uma transmissão dogmática da doutrina (na qual todo o interesse reside em preservar a tradição autêntica) encontramos uma discussão crítica da doutrina. Algumas pessoas começam a fazer perguntas a seu respeito; duvidam da veracidade da doutrina; de sua *verdade*.

A dúvida e a crítica existiram certamente antes deste estágio. O que é novo, porém, é que a dúvida e a crítica se tornaram agora, por sua vez, partes da tradição da escola. Uma tradição de ordem superior substitui a preservação tradicional do dogma; em lugar da teoria tradicional - em lugar do mito - encontramos a tradição das teorias que criticam (as quais, em si mesmas, a princípio pouco mais são do que mitos). E só no decorrer desta discussão crítica que a observação é convocada como uma testemunha" (Conhecimento Objetivo, pp.319 e 320)

De acordo com a concepção popperiana esta "tradição de ordem superior" se constitui num dos principais aspectos do procedimento científico. E esta tradição que garante o desenvolvimento da Ciência. E a partir da crítica das teorias existentes que avançamos no sentido de uma melhor aproximação da verdade.

Segundo Popper, se quisermos fazer progresso na Ciência "... precisamos subir nos ombros de nossos predecessores. Precisamos desenvolver uma certa tradição..." (28). A tradição científica não nos diz onde e como começar com nossas tentativas de explicação. Diz-nos apenas que já há, para quase todos os problemas imaginados, inúmeras teorias e tentativas de solução; teorias e tentativas nem sempre muito boas, mas que funcionam razoavelmente para os nossos interesses do momento (muitas vezes apenas especulativos). E se não quisermos sempre partir do zero quando procuramos enfrentar um problema, devemos considerar seriamente as tentativas e soluções propostas anteriormente. Seria pouco inteligente e improdutivo desconsiderarmos o que já foi feito na abordagem do tema que nos interessa. Neste sentido, a tradição

científica nos diz quais os progressos que já foram feitos e em qual estágio de investigação se encontra o tema de nosso interesse. Dessa forma, já partiríamos de um certo estágio de desenvolvimento; já tomaríamos consciência dos progressos alcançados e das tentativas de solução propostas. O que a tradição científica nos deixa deve servir como base a partir da qual se inicia a abordagem crítica de nosso tema.

De acordo com Popper as tradições exerceriam uma função intermediária entre as pessoas e as instituições. Assim como essas duas últimas, a tradição também poderia se corromper e se deteriorar. No entanto algumas de suas características a tornam menos vulnerável aos males que corrompem instituições e pessoas.

As tradições têm um caráter menos instrumental do que as instituições, no sentido de que essas últimas podem ser mais diretamente utilizadas por quem as controla - para o bem ou para o mal. Segundo Popper, as tradições "...são quase tão impessoais quanto as instituições..." e "...menos pessoais e mais predizíveis do que os indivíduos que conduzem as instituições."(29).

No sentido de esclarecer melhor o uso dos termos "tradição" e "instituição" Popper afirma:

"Não creio que seja boa prática distinguir os termos "tradição" e "instituição" mediante definições formais, mas é preciso explicar o seu uso com exemplos. Na verdade, já o fiz, mencionando escolas, a polícia e a bolsa de valores como instituições sociais; o interesse pela investigação científica, a atitude crítica do cientista, a tolerância ou intolerância do tradicionalista - ou do racionalista - , como tradições. As instituições têm de fato muito em comum com as

tradições: entre outras coisas, precisam ser analisadas pelas Ciências sociais em termos de indivíduos - suas ações, atitudes, crenças, expectativas e inter-relações. Mas podemos dizer que nos inclinamos a falar em instituições sempre que um grupo observa um conjunto de normas, ou executa determinadas funções sociais *prima facie* (por exemplo: ensinar, policiar ou vender), para servir a determinados propósitos sociais *prima facie* (por exemplo: a propagação do conhecimento, a defesa contra a violência ou a fome); falamos em "tradições" principalmente para descrever certa uniformidade de atitudes ou de comportamentos, objetivos, valores ou gostos. As tradições possivelmente estejam associadas mais de perto às pessoas, suas preferências, medos e esperanças, do que as instituições. Assumem uma posição intermediária, por assim dizer, entre as pessoas e as instituições, em termos de teoria social" (Conjecturas e Refutações, p.158).

Pode-se classificar as condições para a sobrevivência e desenvolvimento da Ciência aqui abordadas em quatro tipos básicos.

O primeiro tipo diria respeito aos requisitos que aqui foram classificados como "condições de caráter interno". Seriam aquelas condições relativas apenas a aspectos teóricos intrínsecos à atividade científica. Entre elas estariam a necessidade da Ciência de sempre crescer, a busca de um alvo geral que oriente a discussão e a decisão na Ciência, a necessidade de expressão das teorias em linguagem clara, a ausência de contradições, a procura da "verdade interessante", a busca de uma teoria simples, original e unificadora, a exigência de testabilidade independente, e a necessidade de sucesso empírico.

O segundo tipo diria respeito a uma condição que se poderia classificar como pessoal ou individual. Trata-se da necessidade da atitude de razoabilidade. Esta condição estabelece a base para que possa haver uma discussão e escolha racional das teorias científicas, requisito fundamental, segundo Popper, para a sobrevivência e desen-

volvimento da Ciência. É uma condição que depende de uma disposição pessoal do indivíduo para ouvir, analisar e mesmo aceitar os argumentos alheios, requer ausência de dogmatismo, imparcialidade de análise e humildade intelectual. Devido a estas características, dependentes de uma disposição pessoal, pode-se considerar a condição que prescreve a necessidade da atitude de razoabilidade como diferente das "condições de caráter interno" abordadas acima.

O terceiro tipo diria respeito às condições institucionais. Sob esta denominação estariam não só aquilo que se entende mais comumente como instituições, como as universidades, os institutos de pesquisa e as sociedades científicas, mas também as instituições políticas, como por exemplo, a constituição do país, com suas garantias para a plena exposição e livre debate das idéias, e mesmo a instituição da democracia, enquanto regime político. Se enquadrariam também nesta definição as instituições características da imprensa livre, como os livros, revistas, periódicos, jornais, rádio e televisão; e outras instituições que poderiam ser denominadas de culturais ou sociais, como por exemplo, a linguagem humana e as próprias sociedades nas quais os homens vivem.

Estas condições institucionais seriam requisitos de um tipo diverso daqueles abordados anteriormente, pois não dizem respeito a exigências teóricas internas à Ciência nem à necessidade de certo tipo de disposição pessoal ou individual.

O quarto tipo diz respeito à condição que afirma a necessidade da tradição de pensamento racional. Popper estabelece uma diferenciação entre instituições e tradições (30). Segundo ele as tradições teriam um caráter menos instrumental que as instituições, pois estas poderiam ser mais diretamente utilizadas por quem as controla. As instituições seriam referidas quando um grupo observa um conjunto de normas ou executa determinadas funções para servir a determinados propósitos sociais. As tradições, por sua vez, descreveriam certa uniformidade de atitudes ou de comportamentos, objetivos, valores ou gostos.

A partir desta diferenciação Popper está em condições de afirmar que a tradição é um requisito de tipo diverso, e que pode, inclusive, auxiliar na manutenção das outras instituições.

Como se afirmou na início deste capítulo, o que se procurava era a identificação daquelas condições que estabelecem a possibilidade da discussão e escolha racional das teorias científicas.

Identificar tais condições é tarefa básica para quem está preocupado em esclarecer o processo de discussão e escolha de teorias que ocorre na Ciência.

Esta preocupação está presente em Popper, e em várias passagens de sua obra, como se procurou mostrar neste capítulo, há referências àquelas condições (31). No entanto, não há um tratamento sistemático deste tema.

O que se procurou fazer ao longo deste capítulo foi apresentar uma abordagem organizada sobre as condições que garantiriam a discussão e escolha racional de teorias na esfera científica.

O objetivo de tal apresentação também se justifica na medida em que se está interessado em saber se é possível um processo de escolha e discussão racional de teorias na esfera da política. Se Popper afirma que tal processo é possível na Ciência, cabe perguntar pelas condições que o garantem; assim como procurar averiguar se seriam condições semelhantes que o viabilizariam no âmbito da política.

CAPITULO 3

A POSSIBILIDADE DA DISCUSSÃO E ESCOLHA RACIONAL DE TEORIAS

NA ESFERA POLITICA

A POSSIBILIDADE DA DISCUSSÃO E ESCOLHA RACIONAL DE TEORIAS
NA ESFERA POLITICA

Nesta parte da tese se tratará das condições que possibilitariam a realização de um debate teórico na política de forma semelhante àquele que Popper entende ocorrer na Ciência.

Os problemas que tal tarefa apresenta podem ser traduzidos nas seguintes questões: Quais seriam as condições para um debate e escolha racional de teorias no âmbito político? Haveria, no plano político, algo que pudesse ser considerado como exercendo a função da "meta geral" ou "objetivo geral" que Popper afirma existir na Ciência? Seria possível a discussão racional, ou ainda, a escolha racional de teorias políticas, sem uma "meta geral" desta espécie?

Para responder à primeira questão se tomará como roteiro as condições classificadas no capítulo anterior como relevantes para garantir o debate e a escolha racional de teorias no âmbito da Ciência. Essas condições serão analisadas, e se verá que são basicamente as mesmas que garantem o debate e a escolha racional das teorias no âmbito da política.

Em relação à segunda questão, será aqui sugerido que Popper não apresenta um tratamento extensivo do tema que ela envolve. Há apenas algumas passagens em que ele aborda rapidamente temas relacionados com a possível existência de uma "meta geral" no âmbito político. Se procurará mostrar que esta postura de Popper decorre do fato dele con-

siderar a compatibilidade das teorias políticas com o método científico como o principal fator de escolha entre elas. Se argumentará que, em função desta postura, a questão da "meta geral" da política torna-se marginal na obra de Popper; mas que, apesar disso, ela ainda teria um espaço a ocupar. Pois mesmo que a opção pelas teorias políticas se faça principalmente em razão da sua compatibilidade com o método científico, a escolha não poderia ser feita puramente em função deste fator. Ou seja, a teoria não poderia ser escolhida apenas por essa razão, pois este critério não seria suficiente para se tomar um posicionamento em relação às principais questões políticas; seria necessário também um posicionamento em relação a determinados valores, como por exemplo, a igualdade e a liberdade.

Se tentará responder à terceira questão, que indaga sobre a possibilidade da discussão e escolha racional de teorias sem a existência de uma "meta geral", mostrando que há uma diferença entre a possibilidade da discussão racional e a da escolha racional de teorias.

1- A NECESSIDADE DA ATITUDE DE RAZOABILIDADE

Nesta parte será analisada a necessidade de uma postura de razoabilidade por parte dos interlocutores como condição para o debate político.

A esse respeito Popper parece ter a mesma posição que apresenta para o debate científico (1). Assim, no debate político também seria necessário a disposição em ouvir o adversário e deixar aberta a possibilidade de se convencer pelos seus argumentos. Sobre isso Popper diz:

"Afirma-se muitas vezes que a discussão só é possível entre pessoas que têm uma linguagem comum e que aceitam certas premissas fundamentais. Acho que isso é um equívoco. Só precisamos da disposição para aprender uns dos outros - o que inclui o desejo genuíno de compreender o que os outros querem dizer. Se há tal disposição, a discussão será tão mais frutífera quanto mais variada a formação dos que dela participarem." (Conjecturas e Refutações p.384).

A diversidade de opiniões não é, no entender de Popper, um obstáculo para que haja a discussão. E mesmo nas discussões políticas, onde em geral há uma grande variedade de opiniões diferentes e divergentes, estaria aberta a possibilidade de uma postura razoável por parte dos interlocutores. Bastaria que houvesse o que Popper denomina de "disposição para aprender uns dos outros"; o que na verdade é apenas uma outra forma de expressar a idéia que descreve um tipo de comportamento que ele considera como a principal característica da atitude de razoabilidade: uma atitude de intercâmbio, aquela que tem a disposição não só de convencer o adversário, mas que também aceita a hipótese de se deixar convencer por ele.

Esta caracterização do que seria uma postura de razoabilidade, que foi apresentada quando se procurava mostrar sua importância para um debate e escolha racional de teorias no âmbito da Ciência, aparece em um texto de Popper com um tema nitidamente político (2). E

neste texto com temática política que encontramos uma das passagens que abordam mais claramente o que seria uma postura razoável no entender de Popper. Isto parece indicar que uma postura razoável da parte dos interlocutores é também condição fundamental para um debate e escolha racional de teorias no âmbito político. A esse respeito Popper afirma:

"Há muitas dificuldades que impedem a difusão rápida da atitude razoável. Uma delas é o fato de que é preciso a boa disposição de duas pessoas para que uma discussão se mantenha dentro dos limites do razoável. Cada uma das partes precisa estar disposta a aprender com a outra. Não é possível discutir racionalmente com alguém que prefere matar-nos a ser convencido pelos nossos argumentos. Em outras palavras, há limites para a atitude de razoabilidade. O mesmo acontece com a tolerância. Não devemos aceitar sem qualificação o princípio de tolerar os intolerantes; senão, correremos o risco da destruição de nós próprios e da própria atitude de tolerância. Por isso disse que a razoabilidade é uma atitude de intercâmbio." (Conjecturas e Refutações, p.389).

Portanto, a atitude de razoabilidade parece ser fundamental para que haja um debate racional na esfera política. Mas sua validade também encontra limites, e este é dado pelo confronto com atitudes sistemáticas de não razoabilidade. Não é possível ser razoável com aqueles que se colocam terminantemente em oposição à razoabilidade.

Da mesma forma que ocorre na Ciência, a atitude de razoabilidade é, para Popper, essencial para garantir um debate racional no âmbito político. Tanto na Ciência como na política trata-se do confronto entre teorias que buscam solucionar certos problemas. E o debate racional entre essas teorias só é possível se os interlocutores estiverem dispostos ao que Popper denominou de atitude de razoabilidade.

O debate racional, que depende da atitude de razoabilidade, é uma das condições que tornam possível a escolha racional de teorias. Este debate, no entanto, depende também de outras condições que, como se verá posteriormente, apresentam muitas semelhanças nos casos da Ciência e da política.

2- A NECESSIDADE DE ALGUMAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Parece que as condições institucionais necessárias para garantir o debate racional na política têm muitas semelhanças em relação às exigências requeridas para assegurá-lo na Ciência.

Tal como na Ciência, na política também parece haver a necessidade do livre debate de idéias para que possa haver discussão e escolha racional das teorias. E para que esse debate ocorra, seriam necessários certos tipos de instituições que, à semelhança do que acontece na Ciência, garantam a veiculação dessas idéias. E neste ponto os veículos parecem ser basicamente os mesmos: jornais, periódicos, livros, rádio, televisão, etc. E, em se tratando de política, deve-se incluir aqui também alguns métodos de divulgação utilizados com mais frequência nos períodos eleitorais, tais como os comícios, passeatas, panfletagem, colocação de cartazes. Embora eles não se prestem propriamente à discussão de idéias, pode-se considerar que a divulgação é uma etapa necessária e anterior ao processo de discussão e escolha racional.

Da mesma forma que ocorre com a Ciência de um modo geral, a veiculação, a divulgação, o debate, e mesmo a criação e desenvolvimento das teorias políticas, encontram também no sistema educacional um dos canais mais importantes. Sistema educacional deve ser entendido aqui em sentido amplo, englobando tanto as escolas de nível secundário como as de nível superior, pois se estas podem contribuir de maneira mais decisiva no desenvolvimento e aprimoramento das teorias políticas, aquelas podem desempenhar importante papel na preservação, na divulgação e no aprendizado dessas teorias.

Não se pode dizer que, isoladamente, alguma dessas instituições acima citadas possa garantir a sobrevivência e o desenvolvimento da Ciência. Todas elas cumprem um importante papel, e embora talvez não seja impossível que a Ciência possa seguir seu rumo prescindindo de uma ou outra delas, pode-se afirmar, com certeza, que sua sobrevivência e seu pleno desenvolvimento estariam seriamente comprometidos na ausência de todas, ou mesmo de boa parte delas.

No caso da política teríamos que considerar ainda alguns canais de debate, como por exemplo o partido político e os órgãos de representação a nível municipal, estadual e federal. Estes também são canais de debate e discussão de idéias mais específicos da esfera política, embora muitas vezes não cumpram essas funções e sejam utilizados apenas como instrumentos para o exercício do poder.

No entanto, os partidos políticos, com seus congressos nacionais e regionais e suas reuniões periódicas a nível municipal deve-

riam cumprir (e as vezes o fazem) as mesmas funções das reuniões, colóquios e congressos científicos: a divulgação e debate de idéias. O mesmo deve ser dito a respeito dos órgãos de representação a nível municipal, estadual e federal. Exatamente em razão das importantes funções legislativa e executiva que tem a cumprir deveriam também ser encarados como fóruns privilegiados de divulgação e debate de idéias.

Por outro lado, na política, assim como na Ciência, a possibilidade da discussão e escolha racional das teorias parece estar na dependência de uma série de condições que muito se assemelham, e que são, em última instância, condições políticas. Em primeiro lugar é necessário a existência de leis que assegurem, de maneira expressa e inequívoca, a possibilidade da livre expressão de idéias e que dê garantias para que também haja o livre debate de opiniões.

Essas leis podem estar elaboradas de forma escrita e fazer parte da constituição de um Estado, ou mesmo não existir por escrito, fazendo parte da tradição legal e dos costumes de um povo. O que importa é que exista a garantia legal, e que se possa recorrer a ela para a proteção do livre debate de idéias.

Por sua vez, as garantias para que essas leis sejam respeitadas são dadas, via de regra, pelo poder do Estado; que, nas sociedades democráticas, se incumbe (ou deveria se incumbir) de proteger e fazer valer as leis que asseguram a possibilidade de expressão e do debate de opiniões.

No entanto, esse papel a ser desempenhado pelo Estado envolve certos riscos aos quais Popper está atento. A esse respeito afirma:

"É fácil perceber que o Estado é um perigo constante - ou um mal, embora necessário. Para cumprir sua função, precisa ter mais poder do que qualquer indivíduo; embora seja possível criar instituições que atenuem o perigo de abuso desse poder, não é possível eliminar completamente o perigo. Ao contrário, parece que a maioria das pessoas precisará sempre pagar pela proteção que oferece - não só sob a forma de tributos mas também na forma da humilhação sofrida, por exemplo, nas mãos de burocratas arbitrários ou gananciosos. O problema consiste em não sermos obrigados a pagar um preço excessivo." (Conjecturas e Refutações, p.382).

Pode-se afirmar que, a respeito das condições institucionais e políticas que garantem a possibilidade do debate e da escolha racional das teorias, grande parte do que Popper diz sobre a Ciência também se aplica à política. A esse respeito, o que o autor afirma em relação ao progresso científico, também poderia se aplicar ao progresso no debate teórico em política:

"E as hipóteses em luta reclamam, por assim dizer, representação pessoal: precisam de advogados, precisam de um tribunal e até mesmo de público. Essa representação pessoal há de ser institucionalmente organizada, se desejarmos dar-lhe condições de operar. Essas instituições têm um custo de manutenção e pedem proteção legal. Em última instância, o progresso depende largamente de fatores políticos, de instituições políticas que assegurem a liberdade de pensamento, depende da democracia." (A Miséria do Historicismo, pp.120 e 121)

3- A NECESSIDADE DA TRADIÇÃO

A tradição do debate crítico, da mesma forma que ocorre na Ciência, também seria importante para a discussão e escolha racional das teorias na política. E a esse respeito quase não haveriam diferenças em relação ao papel que a discussão crítica desempenharia no campo científico e no âmbito político.

O papel do debate crítico, tanto na política como na Ciência, seria o de proporcionar a oportunidade de uma avaliação objetiva das teorias. Através da discussão aberta, da análise criteriosa, da observação dos resultados dos testes empíricos e do estabelecimento de uma "meta geral", teríamos condições de optar racionalmente pela melhor teoria. O principal resultado do processo de discussão crítica seria proporcionar a possibilidade da escolha racional entre as teorias concorrentes. E sob este aspecto a preservação da tradição do debate crítico é vital para que a racionalidade continue presente na Ciência e na política.

Mas não é somente a tradição do debate crítico que é importante para a política. A tradição, de uma maneira geral, também desempenha um papel importante na sociedade e na política. A respeito de seu papel em nossa vida social Popper afirma:

"Neste particular, é compreensível o papel desempenhado pela tradição na nossa vida. Se o mundo social não apresentasse um coeficiente elevado de ordem, grande número de regularidades às quais nos podemos ajustar, viveríamos ansiosos, frustrados e aterrorizados. A simples existência de tais regularidades talvez seja mais importante do que seus méritos

e deméritos peculiares. Necessárias enquanto regularidades, elas são transmitidas como tradições - sejam ou não racionais, necessárias, boas, belas, etc. *A vida social exige a tradição.*" (Conjecturas e Refutações, p.156).

A seguir Popper faz uma analogia entre a função das teorias no campo da Ciência (ajudar a ordenar os eventos da natureza) e o papel das tradições no campo social (ajudar a criar uma certa ordem na sociedade). Levando esta analogia um pouco mais longe, Popper afirma que um dos papéis das primeiras teorias e mitos era o de se tornarem objetos de crítica; de serem a base a partir da qual, através da crítica, se poderia progredir em direção a teorias melhores. Com as tradições ocorreria algo semelhante:

"Assim também as tradições têm a importante função dupla de não só criar uma certa ordem ou estrutura social, mas também de nos dar algo para criticar e alterar. Este é um ponto decisivo para os racionalistas e os reformistas sociais. Destes últimos, muitos acham que seria possível "limpar a tela" do mundo social (como diria Platão), partindo para a construção de um novo mundo, sem nada aproveitar do antigo. Esta é uma idéia sem sentido, impossível de pôr em prática." (Conjecturas e Refutações, p.157) (3).

As tradições, no sentido que Popper as entende: como "certa uniformidade de atitudes ou de comportamentos, objetivos, valores ou gostos", desempenhariam também importante papel social a nível político-institucional. Ao enumerar alguns princípios liberais básicos no texto "A opinião pública e os princípios liberais" Popper diz:

"Por si só as instituições nunca são suficientes, quando a tradição não as tempera. São sempre ambivalentes, no sentido de que, na ausência de uma forte tradição, podem buscar também um objetivo contrário ao pretendido. Por exemplo: supõe-se que uma oposição parlamentar impeça sempre a maioria de abusar do dinheiro dos contribuintes (para falar de modo grosseiro). Lembro-me porém do exemplo que ilustra a ambiva-

lência dessa instituição: um país europeu onde a oposição repartia o dinheiro público com a maioria. Em poucas palavras, as tradições são também necessárias, como uma ponte entre as instituições e as intenções dos indivíduos." (Conjecturas e Refutações, p.383).

Portanto, não são apenas as instituições políticas que funcionam como garantias para as liberdades características das sociedades democráticas, e para um funcionamento justo e correto das instituições sociais de um modo geral. Em relação a esses aspectos, como o exemplo acima citado por Popper procura mostrar, a tradição também desempenha um importante papel. De pouco adianta uma boa estrutura institucional se não há uma arraigada tradição que valorize comportamentos de honestidade, integridade e justiça. Será esta tradição que garantirá, da maneira mais segura, um padrão de comportamento adequado a uma sociedade que se propõe justa e democrática.

4- ALGUMAS CONDIÇÕES DE CARÁTER INTERNO

No capítulo anterior considerou-se que algumas das condições para a sobrevivência e desenvolvimento da Ciência seriam, como se denominou, "condições de caráter interno". Tais condições foram assim denominadas por serem relativas apenas a aspectos teóricos que seriam intrínsecos à atividade científica; em oposição às condições de caráter externo, como por exemplo, as garantias institucionais e a necessidade da tradição.

Do mesmo modo, na esfera da política, também seria necessário a observação de algumas condições de caráter interno para que haja a possibilidade de um debate racional.

Assim como ocorre no âmbito da Ciência, na esfera da política seria necessário a expressão numa linguagem inteligível e clara e a ausência de contradições. Na política, assim como na Ciência, o debate racional só é possível se se compreende claramente o que dizem as teorias, e para que isso ocorra é necessário que a linguagem utilizada seja inteligível, clara, objetiva e não contraditória.

Conforme se argumentou anteriormente (4), a preocupação de Popper com a linguagem das teorias científicas seria diferente daquela apresentada pelos positivistas. E a preocupação em fazer esta diferenciação está presente também nos textos políticos (5). Em uma entrevista dada a Bryan Magee (6), Popper procurou enfatizar esta diferença, e afirmou que há problemas mais interessantes no campo da linguagem do que a constante preocupação de alguns positivistas e filósofos da linguagem com o sentido das palavras. Quando questionado a respeito de quais seriam esses problemas afirmou:

"Tornar claro que as palavras se empregam para formular teorias e que o interesse específico nas palavras e seus sentidos leva a um verbalismo vazio. Proclamei a futilidade de definições durante trinta anos e refutei a superstição de que devemos definir as nossas expressões quando queremos ser exatos. Tenho procurado combater a influência desta superstição especialmente na filosofia social e política, mas sem resultado. Os filósofos políticos continuam a encher páginas sobre páginas com o confronto de definições. Há pouco tempo, por exemplo, foi publicado um livro sobre totalitarismo, no qual se comparavam e punham em confronto cerca de quatorze definições de "totalitarismo", entre elas uma que me foi

atribuída, embora eu fosse criticado numa nota de rodapé "porque Popper nunca definiu totalitarismo claramente". Ao autor faltou notar que, precisamente no livro citado por ele, eu argumentei contra o verbalismo vazio resultante da procura de precisão em definições." (O Racionalismo Crítico na Política, p.72).

A clareza e a inteligibilidade são, para Popper, virtudes a serem perseguidas tanto no campo científico como no âmbito político. No entanto, a busca dessas virtudes não deve ser confundida ou comparada com a preocupação pelo sentido das palavras, ou pelo sentido e significado das proposições e teorias. A preocupação de Popper com a linguagem é de caráter diverso, e ele procura esclarecer isto na entrevista a Bryan Magee:

"É verdade que não estou interessado no problema do absurdo e que considero maçantes as discussões sobre o sentido das palavras. É igualmente verdade que as pessoas que se denominam filósofos da linguagem ou filósofos linguísticos se interessam por estes problemas de sentido que a mim próprio não interessam. Mas se o senhor quer dizer com isso que não considero a linguagem importante, então está totalmente errado. Lembremos apenas o que eu disse sobre o saber objetivo. Parece-me que não há nada tão importante como a linguagem: minha teoria é que é pela linguagem que nos tornamos humanos e que a consciência humana - a consciência do eu - é uma consequência da linguagem. Não tenho qualquer interesse em filosofar sobre o significado das palavras, em parte porque acredito que até os próprios animais podem aprender o significado das palavras. A linguagem humana começa, porém, com a *utilização descritiva de frases*: com a função representativa, como Bühler a designa; ou, para me exprimir de uma forma menos árida, começa com a narração de histórias." (O Racionalismo Crítico na Política, p.71).

Em relação à exigência das teorias políticas não serem contraditórias, não há muito de novo que possa ser dito. Esta exigência se deve aos mesmos motivos apresentados em relação às teorias científicas. Uma teoria política que pretenda abordar de forma satisfatória um aspecto da realidade não pode conter contradições; segundo Popper

um enunciado autocontraditório não explica nada, pois qualquer enunciado pode dele ser deduzido (7). Tanto na política como na Ciência trata-se de teorias que tentam resolver algum problema, explicar algum aspecto da realidade, por isso a exigência da não contradição é idêntica em ambos os casos.

Em relação a exigência da refutabilidade, pode-se dizer que é um aspecto básico na concepção de Ciência de Popper. Para ele a refutabilidade constitui-se no principal critério de demarcação entre Ciência e não Ciência. Portanto, todas as teorias que se desejam científicas devem propor testes que sejam potencialmente refutadores.

Para as teorias políticas a posição de Popper não é diferente. Ele considera que o âmbito da política deve receber um enfoque racional e as teorias devem atender ao requisito de refutabilidade, tal qual as teorias científicas. As teorias políticas deveriam também definir, de antemão, os acontecimentos e ocorrências que podem ter um papel crucial em sua própria avaliação, e que funcionem como experimentos cujos resultados podem levar à sua refutação (8).

Se a exigência da refutabilidade também é requerida das teorias políticas, isto significa que o universo teórico, na política, também deve ser encarado, assim como na Ciência, como um sistema aberto. Ou seja, também no âmbito político teoria alguma deveria ser tomada como definitiva e irrefutável, o que leva à concepção de um sistema aberto que pode ser encarado como em constante aperfeiçoamento ou crescimento, no sentido de teorias mais abrangentes, com maior poder

de explicação, que podem substituir as teorias antigas.

Se há, como Popper afirma, unidade de método entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais (9), então as teorias políticas também devem atender aquelas regras metodológicas que são aceitas como convenções que garantem o funcionamento do "jogo da Ciência empírica". Deste modo, a regra número 1 também é válida para as teorias políticas:

"O jogo da Ciência é, em princípio, interminável. Quem decide, um dia, que os enunciados científicos não mais exigem prova, e podem ser vistos como definitivamente verificados, retira-se do jogo." (A Lógica da Pesquisa Científica, p.56).

Da mesma forma, a regra número 2 deve também ser aplicada para as teorias políticas:

"Uma vez proposta e submetida a prova a hipótese e tendo ela comprovado suas qualidades, não se pode permitir seu afastamento sem um "boa razão". Uma "boa razão" será, por exemplo, sua substituição por outra hipótese, que resista melhor às provas, ou o falseamento de um consequência da primeira hipótese..." (A Lógica da Pesquisa Científica, p.56).

Para finalizar pode-se dizer que, da mesma forma que ocorre com as teorias científicas, deve haver, em relação às teorias políticas, a exigência de sucesso empírico. Uma teoria concorrente, para ser considerada melhor que as teorias que procura superar, deve, além de explicar satisfatoriamente tudo o que as outras explicavam, obter resultados positivos nas experiências empíricas. A esse respeito, o que Popper afirma em relação à Ciência cabe perfeitamente para a política:

"...para que sua racionalidade não decline, precisamos não só de refutações bem sucedidas mas também de êxitos positivos." (10).

O atendimento, por parte das teorias políticas, dos últimos requisitos aqui mencionados (inclusive a exigência da refutabilidade e o estabelecimento do universo teórico da política como um sistema aberto) implica em uma concepção, defendida por Popper, que assume a unidade de método entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais. Isto significa que também encara o âmbito da política como suscetível a uma abordagem científica e sujeito a um enfoque racional.

A questão da estrutura metodológica das Ciências Sociais suscita um debate de grande importância, e seus resultados e conclusões podem implicar em consequências políticas.

Trata-se de um debate extenso, complexo, e até hoje ainda inconcluso (11). A posição defendida por Popper, por exemplo, não só é contestada em seus pressupostos básicos (12), como também é vítima de inúmeras interpretações errôneas. A mais comum delas é a que conclui ser Popper um positivista, a partir da consideração de sua defesa da unidade de método entre Ciências Naturais e Sociais.

Esta defesa da unidade de método é, de fato, uma das posições comumente citadas para caracterizar o positivismo (13). No entanto, o que Popper entende ser o método da Ciência é algo bem diverso da posição assumida pelos positivistas. Como se pôde observar no primeiro capítulo desta tese, as posições de Popper em relação ao problema da

indução de David Hume, sua aceitação da impossibilidade de se estabelecer uma base sólida e segura para o conhecimento científico, e sua caracterização das teorias científicas como conjecturas sujeitas à refutação, levaram-no a uma concepção de Ciência bastante diferente da assumida pelos positivistas.

Além do mais, Popper procura qualificar a unidade de método que defende. O que ele afirma é que os métodos utilizados nas Ciências Naturais e Sociais são fundamentalmente os mesmos, e não que não haja diferença entre eles. A esse respeito afirma:

"Não pretendo afirmar que inexistam diferenças entre os métodos das Ciências teóricas relativas à natureza e à sociedade; essas diferenças são claras e se manifestam até mesmo entre as diferentes Ciências Naturais, bem como entre as diferentes Ciências Sociais... Concordo, porém, com Mill e Comte - e com muitos outros autores, entre os quais C. Menger - em que os métodos usados nos dois campos são fundamentalmente o mesmo (embora possa divergir desses autores quanto àquilo que deve ser considerado método). Os métodos consistem sempre em oferecer explicações causais dedutivas e em submetê-las a testes (por meio de previsões). A isso tem-se dado, por vezes, o nome de método hipotético-dedutivo ou, mais frequentemente, o nome de método da hipótese, porque não nos dá certeza absoluta quanto a qualquer dos enunciados científicos que submete a teste. Ao contrário, esses enunciados conservam sempre o caráter de hipóteses provisórias, ainda quando esse caráter deixa de ser óbvio, após terem sido elas submetidas a grande número de severos testes." (A Miséria do Historicismo, p.102).

Há, contudo, autores que, mesmo divergindo de Popper em relação à questão da unidade de método, apresentam uma leitura mais cuidadosa de sua obra. O livro *Explanation and Understanding* de G. H. von Wright é um bom exemplo desta posição, e demonstra todo um esforço em aprofundar os estudos a respeito da questão do método nas Ciências Sociais (14).

O debate sobre esta questão é bastante extenso e complexo, e Popper sempre defendeu sua posição com uma argumentação que procurava responder de forma convincente às objeções de seus opositores (15). O que se procura aqui é assinalar a importância do debate, mas em vista de sua complexidade esta tese não se deterá em uma análise mais pormenorizada. Se tomará as idéias de Popper em relação a esta questão, assim como os argumentos contra seus opositores, como convincentes. Se procurará analisar se, mesmo tomando este ponto como não problemático, e aceitando-se as idéias de Popper, seria possível uma resposta positiva à questão que esta tese coloca, ou seja, a possibilidade de haver um processo de discussão e escolha racional de teorias na esfera política. Este procedimento será aqui adotado para que se possa avançar na análise de outros pontos relacionados à questão principal da tese.

No entanto, devido a oposição de suas idéias com aquelas defendidas nesta tese, e por abordar um tema que é um dos principais aqui tratados (o paralelo entre o funcionamento da esfera científica e a esfera da política), será dedicado ainda algum espaço às posições defendidas por Richard Vernon (16).

A principal crítica de Vernon, em relação às idéias políticas de Popper, se expressa na condenação da identificação, que ele julga que Popper estabelece, entre Sociedade Aberta e comunidade dos cientistas. A esse respeito Vernon afirma:

"A sociedade aberta de Popper é evidentemente moldada segundo os pontos de vista popperianos em relação à prática científica; de fato, Popper chega a afirmar que as técnicas da

sociedade aberta representam a introdução do método científico na política. O modelo de sua sociedade aberta é a comunidade aberta dos cientistas, os quais avaliam e verificam hipóteses conflitantes e não atribuem senão uma validade provisória às suas convicções mais firmes. Essa "racionalidade" é um paradigma da sensatez das práticas políticas dentro da sociedade aberta, em oposição aos tabus ou ao dogmatismo da tribo ou do regime totalitário. O que distingue a sociedade aberta, em outras palavras, é a legitimidade de diversas perspectivas e a inexistência de um monopólio do conhecimento." (Documentação e Atualidade Política, número 10, p.41)

Seria realmente a sociedade aberta de Popper moldada segundo os pontos de vista popperianos em relação à prática científica? Popper chega a estabelecer, de fato, uma identificação entre "técnicas da sociedade aberta"(?) e método científico? O modelo de sua sociedade aberta seria realmente a comunidade aberta dos cientistas?

Em primeiro lugar, cabe lembrar que o modelo de sociedade aberta, tal qual apresentado por Popper em *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*, se estrutura, fundamentalmente, a partir de sua oposição ao modelo de sociedade fechada, representada pela sociedade tribal e pela manutenção, através dos tempos, de algumas de suas características (particularmente aquelas que dizem respeito ao seu dogmatismo, à ausência de diversidade no plano das idéias, à falta de liberdade para o exercício da crítica e a impermeabilidade a qualquer tipo de transformação social) (17).

Portanto, a caracterização da sociedade aberta, por parte de Popper, parece que se constroeu, primeiramente, a partir do confronto com modelos de sociedades primitivas que realmente existiram ou ainda existem, e, num segundo momento, a partir da observação de algumas características das sociedades democráticas atuais, que seriam, em vá-

rios aspectos, o contraponto das sociedades fechadas primitivas. Os modelos da sociedade aberta de Popper são, antes de tudo, os Estados que, no seu passado de capitalismo nascente, se estruturaram com base nos princípios da democracia liberal. Aqueles Estados que, a partir da segunda metade do século XVIII, e durante um longo período de intensas lutas, procuraram se libertar das restrições herdadas das sociedades fechadas feudais.

Farece que Popper, de fato, sugere a existência de alguns pontos em comum entre o funcionamento da comunidade dos cientistas e a sociedade aberta. Mas isto, levando-se em conta sua concepção, não se constituiria em nenhuma surpresa, pois a prática da Ciência, cujo desenvolvimento caminhou paralelamente ao estabelecimento das sociedades abertas, se tornou possível graças ao respeito por uma série de requisitos que são comuns ao exercício da democracia e da Ciência. Requisitos tais como as garantias para a livre expressão de idéias, a existência de garantias para a pluralidade de opiniões e para a sobrevivência das minorias, garantias para a liberdade de crítica e para a ampla contestação das idéias e poderes estabelecidos.

No entanto, a existência desses pontos em comum parece não ser suficiente para validar a opinião de que Popper "...chega a afirmar que as técnicas da sociedade aberta representam a introdução do método científico na política" (18). Esta opinião parece ir um pouco além do que Popper realmente afirma no que diz respeito ao paralelo entre comunidade dos cientistas e sociedade aberta.

Não há dúvida de que Popper procura explorar este paralelismo; e sua defesa da unidade de método entre Ciências Sociais e Naturais parece autorizar este encaminhamento. No entanto, Popper não chegou a desenvolver totalmente as implicações desse paralelismo. Suas considerações a esse respeito ficam ao nível da sugestão. Trata-se de um tema que, apesar de estar claramente sugerido, não foi amplamente explorado. Pelo menos não ao ponto de se poder afirmar "...que as técnicas da sociedade aberta representam a introdução do método científico na política".

Existiriam realmente "técnicas da sociedade aberta"? Popper, de fato, sugere a utilização do método científico no âmbito das Ciências Sociais, mas isto tem relação com o método de reformas graduais, que segundo ele representa a introdução do método da Ciência aos problemas sociais (19), e não com a possível existência de "técnicas da sociedade aberta".

O que há são métodos de intervenção social que podem, ou resguardar a democracia e a Sociedade Aberta (o método de reformas graduais, que representaria a aplicação do método científico aos problemas sociais), ou que tendem a levar ao seu "fechamento" (os métodos utópicos e holistas de mudança social) (20).

Trata-se, portanto, de métodos que podem ser utilizados no contexto social, e não de "técnicas da Sociedade Aberta". A Sociedade Aberta não tem "técnicas", o que há são métodos de intervenção social que podem ajudar na sua preservação ou levar ao seu declínio (o "fe-

chamento")

O ponto de vista defendido nesta tese é de que Popper não chega a analisar com detalhe as possibilidades de um funcionamento da esfera da política de forma semelhante ao da comunidade dos cientistas. O que há na obra de Popper são apenas sugestões a respeito desta possibilidade, e o que se procura fazer nesta tese é exatamente analisar com mais detalhe esta questão, dando a ela um tratamento mais sistemático e organizado. Ao que parece, isto não foi feito na obra de Popper, o que questionaria a opinião de Vernon de que ele teria afirmado "que as técnicas da sociedade aberta representam a introdução do método científico na política". Popper não chega a afirmar tanto, e nem poderia, pois não se aprofundou a respeito das condições que poderiam viabilizar tal projeto; e é isto o que se procura demonstrar aqui.

5- A NECESSIDADE DE UMA "META GERAL"

Neste item serão abordadas as outras questões levantadas anteriormente: Haveria, no âmbito da concepção popperiana de política, algo como a "meta geral" ou "objetivo geral" que Popper entende existir na Ciência? Seria possível a discussão racional de soluções políticas sem uma "meta geral" dessa espécie? Seria possível uma escolha racional entre as teorias políticas sem uma "meta geral"?

Ao se abordar anteriormente a questão do "alvo geral" da Ciência afirmou-se que sem uma meta deste tipo a discussão racional se torna difícil, e isto certamente dificulta o progresso científico. Seria necessário um critério balizador a partir do qual se pudesse julgar as teorias. Sem um critério desse tipo não seria possível uma escolha racional entre as teorias; pois somente a existência de uma "meta geral" ou "alvo geral" torna possível a decisão a respeito de qual teoria se aproxima mais do objetivo (21).

No entanto, em relação ao âmbito da política, Popper não confere um papel de destaque à questão do "alvo geral". E isto se deve, em parte, à sua postura em eleger como principal fator de escolha entre as teorias políticas a questão da compatibilidade dessas com o método científico.

Esta posição de Popper se origina de suas análises a respeito do que denominou de teorias políticas utópicas, que em seu esquema teórico se encontram em oposição às políticas de reformas graduais e ao método científico.

Popper combate a idéia de se estabelecer os ideais utópicos como o objetivo político a ser perseguido. De acordo com sua concepção o "alvo geral" da política não seria, em hipótese alguma, um ideal político utópico do tipo "sociedade perfeita".

Popper admite que uma ação é racional quando utiliza da melhor forma possível os meios disponíveis para alcançar um determinado

fim. Só se poderia julgar a racionalidade de uma ação, avaliando-a como adequada ou não, como racional ou não, tendo em vista algum objetivo já determinado (22).

Essas idéias, quando aplicadas à política, levariam à posição de que as ações políticas só seriam racionais em vista da busca de certos objetivos definidos. E segundo Popper este princípio, quando aplicado de certa maneira ao tema da melhoria da estrutura do Estado, levaria a posições utópicas. Enfatiza-se aqui a expressão "de certa maneira" porque Popper afirma que a aplicação deste princípio pode (observe-se a forma condicional) levar a resultados perniciosos, quando se procura julgar a racionalidade de um ação política em vista de um "alegado objetivo final do desenvolvimento histórico". E pensando neste caso específico que Popper elabora sua crítica aos que procuram determinar a racionalidade das ações políticas tendo por base objetivos utópicos. A esse respeito afirma:

"...a ação política só será racional se pudermos determinar inicialmente os objetivos finais da transformação política que pretendemos. Será racional, bem entendido, com relação a certas idéias a respeito de como se deve estruturar o Estado. Parece assim que, preliminarmente a qualquer ação política racional, será preciso determinar, da forma mais clara que for possível, nossos objetivos políticos últimos: por exemplo, o tipo de Estado que consideramos como o melhor. Só depois disso devemos pensar nos meios que nos ajudarão a dar realidade a esse Estado, ou a nos aproximarmos dele gradualmente, considerando-o como a meta de um processo histórico que podemos em certa medida influenciar, orientando-o no sentido do objetivo colimado.

Ora, é precisamente este ponto de vista que chamo de *utopismo*. De acordo com essa maneira de pensar qualquer ação política racional e não-egoísta deveria ser precedida pela determinação dos seus objetivos últimos, não apenas dos objetivos intermediários ou parciais que constituem apenas passos na direção do fim último, e que portanto deveriam ser considerados como meios, e não como fins. A ação política se

basearia assim numa descrição detalhada e mais ou menos clara do Estado ideal, bem como num plano da rota histórica que poderia levar àquele objetivo. Considero esta teoria bastante atraente, mas também perigosa e perniciososa, autodestrutiva e levando à violência." (Conjecturas e Refutações, p.390).

De acordo com Popper a utopia, entendida como "...descrição detalhada e mais ou menos clara do Estado ideal...", quando colocada como objetivo da ação política, levaria ao incremento da violência. Sobre isto declara:

"Podemos demonstrar que o método utópico, que escolhe um Estado ideal da sociedade como objetivo das nossas ações políticas, tende à produção da violência. Como não temos condições de determinar de modo científico ou por métodos puramente racionais os fins últimos da ação política, as diferenças de opinião a respeito do Estado ideal nem sempre podem ser superadas pela troca de argumentos. Pelo menos em parte elas terão o caráter de diferenças religiosas - e não pode haver tolerância entre essas diferentes religiões utópicas" (Conjecturas e Refutações, p.391).

A condenação das utopias por Popper pode ser encarada como uma das principais características de suas propostas na área política (23). Mas é importante entender que, apesar das críticas ao utopismo, Popper considera que o estabelecimento de um objetivo determinado é fundamental para se julgar a racionalidade de uma ação política (24). Em sua concepção este objetivo determinado não seria necessariamente um "objetivo final do desenvolvimento histórico", no sentido de uma meta distante a ser alcançada ao longo de todo um processo. Este objetivo determinado pode consistir em metas que têm em vista efeitos mais imediatos.

No entender de Popper a ação política deveria estar voltada para o enfrentamento dos males concretos que afligem a sociedade, e não para a realização de ideais utópicos abstratos. Segundo ele devemos lutar pela eliminação da pobreza diretamente. E isto significa escolhermos os males mais urgentes da sociedade e procurarmos erradicá-los. Combater a pobreza, por exemplo, garantindo uma renda mínima para todos e implementando uma política de obras sociais; combater a doença construindo hospitais e escolas de medicina. Sobre isso Popper diz:

"O que não devemos fazer é tentar alcançar esses fins *indiretamente*, trabalhando em prol do ideal remoto de uma sociedade perfeita. Por mais que nos sintamos ligados a essa visão inspiradora, não devemos pensar que estamos obrigados a trabalhar pela sua efetivação ou que é nossa missão abrir os olhos dos outros para a sua beleza. Não devemos permitir que nossos sonhos de um mundo de beleza nos impeçam de ouvir os pedidos dos homens que sofrem aqui e agora."(Conjecturas e Refutações, p.393).

Uma das vantagens desta postura é de que não seria tão difícil se chegar a um acordo a respeito dos males sociais mais importantes a serem combatidos. Um acordo a esse respeito seria mais fácil do que atingir o consenso a respeito da sociedade ideal. Segundo Popper os ideais utópicos, que conhecemos por meio de nossos sonhos e dos sonhos de poetas e visionários, "...não convidam à avaliação racional por um juiz imparcial, mas à atitude emocional do pregador apaixonado".(25).

Nas obras de caráter político de Popper esta dicotomia, esta oposição, entre política de reformas sociais graduais e políticas utópicas e holistas, ocupa um papel central e de destaque. Esta oposição constitui-se no principal tema de reflexão a partir do qual Popper

procura definir suas posições políticas.

E, no âmbito teórico deste esquema de oposição, o principal fator de escolha entre as teorias políticas será a sua compatibilidade com o método científico. O que Popper entende por esta compatibilidade pode ser constatado na seguinte citação:

"Sem embargo, a única maneira de aplicar algo que se assemelhe a método científico em política é admitir o pressuposto de que não pode haver ação política destituída de inconveniências, que não envolva consequências indesejáveis. Buscar essas falhas, encontrá-las, expô-las, analisá-las e aprender com elas, isto é o que deve fazer o político científico, assim como o cientista político. Método científico em política significa que a grande arte de nos convenceremos de que não cometemos erros, de ignorar esses erros, de escondê-los e de culpar outros por eles há de ser substituída pela arte ainda mais elevada de aceitar a responsabilidade por aqueles erros, tentando aprender com eles e aplicando esse conhecimento para evitá-los no futuro." (A Miséria do Historicismo p.69).

A incompatibilidade do método utópico ou holístico (holístico no sentido de propugnar uma transformação global da sociedade) com o método científico pode ser ilustrada por dois pontos levantados por Popper. Primeiramente ele afirma:

"Uma vez que muitas coisas são feitas simultaneamente, é impossível saber qual particular medida seja responsável por quaisquer dos resultados, ou melhor, se atribuírmos certo resultado a certa iniciativa, só podemos fazê-lo com base em conhecimento teórico previamente adquirido, e não com base no experimento holístico em causa." (Miséria do Historicismo, p.70).

Um outro ponto importante na caracterização do método científico seria a existência de esforços no sentido de avaliar de maneira crítica e independente os resultados dos experimentos. A respeito des-

te ponto Popper afirma:

"E as possibilidades de que tais esforços se façam são desprezíveis; ao contrário, cabe esperar que a livre discussão acerca do plano holístico e de suas consequências não seja tolerada. A razão está em que cada tentativa de planejar, em larga escala, corresponde a uma ação causadora de considerável inconveniência para muitas pessoas, por um considerável período de tempo - para dizê-lo brandamente. Nesses termos, sempre haverá uma tendência de oposição ao plano e de restrições a ele. A muitas de tais queixas o engenheiro utopista há de mostrar-se surdo, se quiser conseguir alguma coisa; em verdade, parte de sua tarefa consiste em afastar objeções desarrazoadas. Com isso, ele invariavelmente afastará, também, as críticas razoáveis. E o mero fato de que as expressões de insatisfação terão de ser afastadas reduz à insignificância a mais entusiástica expressão de satisfação. Dessa maneira, torna-se difícil apreciar os fatos, isto é, as repercussões do plano sobre o cidadão; e, sem tais fatos, a crítica científica torna-se impossível." (Miséria do Historicismo, p.70).

Como a abordagem de Popper a respeito das questões políticas está centrada principalmente na questão da oposição entre a política de reformas graduais e a política utópica e holista, a eleição de um fator de escolha entre as teorias políticas estará também ligada à discussão deste tema. Ou seja, não se constitui surpresa, que no âmbito deste esquema teórico de oposição (reforma gradual x política holista), o fator de escolha entre as teorias políticas seja a compatibilidade destas com o método científico; pois investigar esta compatibilidade é um dos principais objetivos de tal esquema teórico de oposição.

De acordo com o pensamento de Popper, eleger a compatibilidade com o método científico como fator de escolha entre as teorias políticas diz alguma coisa também em relação aos objetivos práticos de tais teorias. Se o método de reformas graduais, tal como Popper o en-

tende, é compatível com o método científico, tal como Popper afirma, isto significa que os objetivos práticos das teorias políticas devem estar voltados para o enfrentamento direto dos males concretos que afligem a sociedade. Isto porque o método de reformas graduais de Popper está estreitamente ligado a uma política social voltada para a resolução dos problemas sociais considerados mais urgentes. Isto, no seu entender, deve ser feito diretamente e não "trabalhando em prol do ideal remoto de uma sociedade perfeita".

Deste modo, a questão do "alvo geral" da política se desloca, em primeiro lugar, para o âmbito das políticas de reformas graduais, pois estas seriam compatíveis com o método científico, sendo que as políticas sociais utópicas levariam aos resultados perniciosos descritos. Em um segundo momento a questão do "alvo geral" da política passa a ser a da escolha entre os males sociais concretos mais urgentes (26), que devem ser eliminados pela aplicação da política de reformas graduais.

Mas, se a compatibilidade com o método científico, enquanto fator de escolha entre as teorias políticas, diz alguma coisa em relação aos objetivos práticos destas teorias (enfrentamento direto dos males sociais), por outro lado, ela não diz nada em relação à tendência que essas reformas sociais devem obedecer. Ou seja, não há nenhuma orientação a respeito da escolha dos males sociais concretos a serem diretamente enfrentados, assim como não se afirma nada a respeito de prioridades, de esforços concentrados em tal ou qual direção ou de limites mínimos ou máximos para as realizações.

O que se constata é que esta abordagem dos problemas sociais, que elege a compatibilidade com o método científico como critério de escolha entre teorias políticas, acaba por não dar atenção a uma outra dimensão do problema. Esta outra dimensão diz respeito à questão dos valores como a liberdade, a igualdade e a justiça, e de como a combinação deles, em diferentes doses, acaba por direcionar a sociedade para caminhos bastante diversos.

A definição do que seria o "alvo geral" da política, dentro da concepção popperiana, teria que levar em conta não só as suas considerações que estabelecem como critério de escolha das teorias políticas a compatibilidade com o método científico. Como foi observado, esta abordagem ajuda a definir objetivos (os males sociais concretos), mas não diz nada a respeito de prioridades, tendências ou limites. A definição do "alvo geral" teria portanto que considerar também a questão dos valores na política, tais como a liberdade, a igualdade, a justiça, e de como suas combinações em diversas proporções levam a diferentes resultados.

Mesmo no âmbito de uma política de reformas graduais, que esteja voltada para a resolução de males sociais concretos e urgentes, continuam presentes os problemas que envolvem valores como a igualdade, a liberdade e a justiça. Ao se enfrentar problemas sociais concretos percebe-se que, mesmo neste âmbito, estão presentes as questões relativas aos valores, pois certas medidas concretas podem representar, por exemplo, um cerceamento da liberdade, ou uma ameaça à igual-

dade de condições. Pode-se mesmo afirmar que grande parte das "medidas concretas", seja quais forem, acabam por apresentar algum tipo de reflexo nas questões relativas a valores como a igualdade, a liberdade e a justiça.

Quando se analisa os textos de Popper relativos à política e às Ciências Humanas em geral, não se encontra nenhuma preocupação especial a respeito da possível existência de uma "meta geral" em política e do papel que ela poderia desempenhar.

Em relação a isso, seria necessário chamar a atenção para o fato de que o "alvo geral" não é condição necessária para que haja discussão racional. A condição fundamental para a realização da discussão racional é a disposição dos interlocutores não só de convencer, mas de se deixar convencer pelo adversário (27). Havendo esta disposição os interlocutores poderiam até chegar a um consenso a respeito do "alvo geral".

Neste sentido, pode-se afirmar que a discussão racional na política é possível sem que haja a definição prévia da "meta geral". A condição necessária para a discussão racional está ligada à já citada disposição dos interlocutores.

A definição do "alvo geral", no entanto, parece ser fundamental para a escolha racional de soluções políticas a serem aplicadas aos problemas sociais. Ou seja, a necessidade do "alvo geral" na política se manifesta pelas mesmas razões de sua necessidade na Ciência:

deve haver um critério balizador a partir do qual se possa julgar as teorias, para que assim possa haver uma escolha racional. Este critério balizador, de acordo com Popper, é representado, na Ciência, pela idéia de "aproximação da verdade" como o "alvo geral" estabelecido

Apesar de Popper reconhecer que a racionalidade no âmbito político depende, em grande parte, da definição de um objetivo determinado (28), uma análise de seus textos revela que não há um interesse em se definir claramente o que seria o "alvo geral" da política. E isto se deve, em parte, à abordagem popperiana em relação às políticas sociais, afirmando que o objetivo da ação política é a resolução direta de problemas sociais concretos, que cumpre, dessa maneira, o papel de "meta geral" da política. Deve-se ainda ao próprio fato de não haver, em Popper, uma abordagem mais detalhada a respeito das possibilidades de um debate e escolha racional de teorias no âmbito político.

•
A concepção de Popper, que identifica a questão da necessidade de se estabelecer um objetivo determinado que garanta a racionalidade no âmbito político, com a questão da escolha entre os males sociais concretos mais urgentes, é, como se procurou argumentar aqui, inadequada para definir um posicionamento em relação às principais questões políticas, pois não se manifesta a respeito de valores tais como a liberdade, a igualdade e a justiça, que são vitais tanto na resolução de tais questões como na definição das posições políticas.

A seguir se tentará mostrar que para definir o que seria o "alvo geral" da política, segundo uma concepção como a de Popper, não

se pode limitar apenas à oposição utopismo/reformas graduais. Esta oposição aparece com muita frequência nas obras políticas de Popper quando o tema em questão é a definição do melhor caminho para resolver os problemas sociais. Mas, a posição de Popper a esse respeito (seu anti-utopismo) ajuda a esclarecer apenas em parte o que poderia ser o "alvo geral". Procuraremos mostrar que Ralf Dahrendorf, um autor identificado com as idéias de Popper, apresenta uma abordagem interessante, e que pode ser vista como um caminho para a definição do que seria o "alvo geral" da política dentro de uma perspectiva que completaria a concepção popperiana.

CAPITULO 4

A POSSIBILIDADE DE UM "ALVO GERAL" NA POLITICA

A POSSIBILIDADE DE UM "ALVO GERAL" NA POLÍTICA

1- A ABORDAGEM POPPERIANA PARA CARACTERIZAR AS TEORIAS
POLÍTICAS

Ao tratar de temas políticos, particularmente das propostas políticas para a solução de problemas sociais, Popper se utiliza com bastante frequência da abordagem que opõe o utopismo à política de reformas graduais. Esta abordagem é muito explorada por Popper em seus textos porque ele está particularmente interessado em se contrapor ao utopismo, ao qual atribui consequências danosas (1).

Esta abordagem feita por Popper esclarece muitos aspectos interessantes dessas duas linhas políticas, o utopismo e a política de reformas graduais. E quando ele se refere a esta oposição está classificando também como utópicas as propostas políticas revolucionárias. Portanto, sob esta abordagem, estariam incluídas diversas correntes políticas; pelo menos todas aquelas que pudessem ser classificadas como utópicas e revolucionárias de um lado, e como gradualistas e reformistas de outro.

No entanto, há uma abordagem que toca em um tema mais geral, e que parece ser fundamental para a definição da posição de todas as correntes políticas. Trata-se da abordagem que avalia as diversas propostas políticas e suas consequências a partir da análise de valores como a igualdade e a liberdade. Este enfoque procuraria analisar de

que maneira, e em que proporções, valores como a igualdade e a liberdade se combinam nas diferentes correntes políticas; assim como a que resultados tais combinações podem levar.

Popper tem consciência da importância deste tipo de abordagem, e seus textos políticos não deixam de ter presente a preocupação com este tema, que é característico da escola liberal. Entretanto, é um outro autor, Ralf Dahrendorf, que recebeu influências de Popper, que irá utilizar todo o potencial desta abordagem para uma discussão envolvendo os objetivos das propostas políticas e que acabará lançando alguma luz sobre a questão do "alvo geral" da política. Acompanhando a análise de Dahrendorf a respeito dos valores igualdade e liberdade pode-se chegar a algumas conclusões sobre o que seria este "alvo geral". E estas conclusões, afinadas com um posicionamento liberal como o de Popper, preencheriam uma lacuna importante da obra popperiana, ou seja, a falta de uma reflexão mais sistematizada a respeito do tema do "alvo geral" da política. O que se tentará mostrar a seguir é que a abordagem de Dahrendorf (envolvendo a questão da compatibilidade entre valores como a liberdade e a igualdade) parece ser um caminho interessante e promissor para a discussão do "alvo geral" da política.

Ao se abordar o tema do "alvo geral" da política a partir da análise de valores como o de igualdade e de liberdade, pode-se perceber que talvez seja possível uma discussão racional a esse respeito (2). Isto porque a maior ou menor ênfase em cada um desses valores (ou a supervalorização de um em detrimento de outro), acaba direcionando o desenvolvimento da sociedade para diferentes caminhos. E a respeito

desses diferentes caminhos já se tem, hoje, informações suficientes, proporcionadas pela realização prática de vários ideais políticos, para que se tente discutir racionalmente a questão.

É claro que isso não significa o fim das divergências. As pessoas podem continuar optando por um "arranjo" entre os valores que acabaram por levar à sociedades que não conseguiram resolver, ou resolveram apenas em parte, os males sociais que se dispunham a eliminar. E podem também continuar optando por "arranjos" que levam à sociedades onde esses males sociais aparecem sob outras formas, ou onde se criam tantos problemas e novos males sociais quanto os que foram solucionados.

Ou seja, não há nenhuma garantia para a unanimidade de opiniões. Mas existe a possibilidade da discussão racional e da compreensão racional a respeito das possíveis consequências a que determinado "arranjo" de valores pode levar. E isto, como se verá na abordagem de Dahrendorf, pode servir de base para a definição de um "alvo geral" da política, que por sua vez possibilitaria um processo de escolha racional entre as teorias políticas concorrentes (3).

Popper, em determinada passagem do texto "A Opinião Pública e os Princípios Liberais", se refere ao "quadro moral" da sociedade (4). É um tema análogo ao do "alvo geral" na política. Aqui se diz análogo porque ambos se referem a certos valores cuja análise auxiliaria na tomada de decisões a respeito de interesses conflitantes. Contudo, tais conceitos designam aspectos diferentes, pois Popper classi-

fica o "quadro moral" não como um "alvo geral" a ser buscado, mas como uma tradição já estabelecida.

Quando Popper se refere ao que chama de "quadro moral" da sociedade ele tem em vista aquilo que definiu como "sentido tradicional de justiça e equidade" (5). Ou seja, este "quadro moral" seria composto por juízos de valor, a respeito de idéias como as de justiça e equidade, que seriam já considerados tradicionais e incorporados ao senso comum. A idéia implícita na expressão "sentido tradicional de justiça e equidade" é de que existiria, a respeito desses valores, um juízo mais ou menos consensual e de bom senso que já faria parte de uma opinião enraizada na sociedade.

Em um primeiro momento parece não haver maiores problemas na afirmação de Popper. Não há maiores dificuldades em se aceitar que há, no meio social, uma idéia mais ou menos vaga a respeito dos valores de justiça e equidade. E também não haveria dificuldades em se afirmar que essas idéias vagas, ainda que não coincidam totalmente, guardam alguma relação entre si, no que diz respeito a um sentido comum.

Os problemas começam a aparecer quando se torna necessário um maior aprofundamento em torno dos conceitos de justiça, equidade e "quadro moral". Popper afirma textualmente que o "quadro moral" "... serve como uma base para possibilitar a conciliação equitativa entre interesses conflitantes, sempre que isso é necessário." (6)

Mas, para cumprir este papel de base para uma conciliação equitativa entre interesses, não deveria haver, em relação ao "quadro moral", uma definição clara e precisa a respeito de valores como justiça, equidade e liberdade?

Para que haja a possibilidade desta conciliação equitativa se torna necessário mais do que um simples "consenso" em torno de valores pouco definidos e mal delineados. A possibilidade de uma conciliação equitativa está ligada à possibilidade de um entendimento a respeito de valores claramente definidos.

E é com a tentativa de uma abordagem clara e definida sobre valores como liberdade e igualdade que Dahrendorf abrirá caminho para um debate que auxiliará na elaboração do que seria o "alvo geral" da política. Esta abordagem de Dahrendorf aparece no texto "Liberdade e Igualdade", do livro "Ensaio de Teoria da Sociedade" (7).

2- A QUESTÃO DA COMPATIBILIDADE ENTRE LIBERDADE E IGUALDADE

Em "Liberdade e Igualdade" Dahrendorf está preocupado sobretudo com a questão da compatibilidade entre esses dois valores. Ele inicia o texto referindo-se a alguns autores que abordaram o tema da compatibilidade entre liberdade e igualdade, entre eles Eduard Heilmann, Harold Laski e Toqueville (8). O autor afirma que se desejássemos acompanhar a história do problema seríamos levados até Aristóte-

les. Mas sua preocupação principal não é fazer um levantamento histórico completo do problema, mas sim enfrentá-lo diretamente, procurando entender se liberdade e igualdade são valores compatíveis ou incompatíveis. Em certa passagem diz:

"As afirmações "A liberdade e a igualdade são compatíveis" e "A liberdade e a igualdade são incompatíveis" são em si mesmas extraordinariamente imprecisas... se a liberdade e a igualdade são ou não compatíveis depende do que se quer dizer por liberdade e igualdade." (Ensaio de Teoria da Sociedade, pp.206 e 207).

Dahrendorf toma como pressuposto que não há um consenso claramente definido na sociedade a respeito dos valores liberdade e igualdade. Para resolver essa questão propõe um questionamento a respeito de qual dos possíveis significados de liberdade seria compatível ou não com os possíveis significados de igualdade. A respeito desta questão Dahrendorf observa que há uma posição, que ele denomina de nominalismo conceptual, que seria amplamente aceita atualmente, a qual confere a cada autor suas próprias definições. Dahrendorf reconhece que há diferentes definições para liberdade e igualdade, de acordo com cada autor (9). No entanto, ele procurará romper o que denomina de círculo da "crítica imanente", para colocar em debate o problema da compatibilidade da liberdade e igualdade não "segundo Heimann", "segundo Laski", ou "segundo Toqueville", mas a compatibilidade delas enquanto tal (10).

Segundo Dahrendorf isto seria factível desde que se questione qual dos possíveis significados de liberdade é compatível ou incompatível com qual dos possíveis significados de igualdade. Ele reconhece que este questionamento constitui-se numa tarefa muito ousada, pois

suporia o conhecimento de todos os significados possíveis de liberdade e igualdade. Deste modo, o que ele procurará fazer é contrastar alguns dos significados mais importantes dos dois conceitos com a intenção de preparar o terreno para uma melhor compreensão do problema.

Se o que se deseja é, de fato, uma compreensão a respeito da compatibilidade entre liberdade e igualdade, então o caminho proposto por Dahrendorf encontra sua justificação. Do contrário, sempre estaríamos restritos a discutir o problema segundo a definição de um ou outro autor, e nunca nos arriscaríamos a falar de igualdade e liberdade enquanto tais, que é o que na verdade interessa quando se fala a respeito da compatibilidade entre esses valores.

Algumas das idéias e conclusões principais de Dahrendorf no texto "Liberdade e Igualdade" serão aqui enfocadas. Isto servirá de ilustração das dificuldades que se enfrentam ao tratar com mais detalhe conceitos como os de liberdade e igualdade.

3- O CONCEITO DE LIBERDADE

Inicialmente Dahrendorf, segundo a própria etimologia da palavra, define liberdade como ausência de coerção e de força. O autor reconhece que há restrições das quais ninguém estaria livre e que seriam, por assim dizer, "dadas ou constantes": como a natureza física do homem e suas conseqüências, tais como a dependência de comida, ves-

tuário, habitação e segurança física; além do fato dele ser um ser social, com todos os controles e sanções que tal condição implica. Por outro lado, haveriam também certas coerções que seriam obra humana e que variariam de acordo com a época: a escravidão, a servidão, a dependência econômica, o terrorismo político, a censura, a supressão de partidos e sindicatos, etc. Dahrendorf afirma:

"Com respeito à sociedade, então, a liberdade de coerção só pode significar liberdade de tais restrições que não procedem da natureza humana em si com força universalmente obrigatória." (Ensaio de Teoria da Sociedade, p.209).

Ou seja, a liberdade de coerção significaria a liberdade em relação a certos tipos de restrições que são impostas pelo ser humano em sua convivência social, e tais restrições seriam substancialmente diferentes daquelas que procederiam da natureza humana.

Dahrendorf reconhece que esta definição está longe de ser adequada, pois é assunto controverso o que deve ser atribuído à natureza humana ou à estrutura social. Preferindo deixar esta discussão para mais tarde (quando da abordagem da questão da igualdade natural de categoria), o autor classifica a expressão acima como definição "negativa" de liberdade. Isto porque, da maneira como foi descrita, ela aparece muito mais como ausência de coerção. Em contraste com esta faceta haveria a "definição positiva" de liberdade. Neste sentido ela seria definida como "liberdade para", com um valor "positivo", seria "a liberdade como auto-realização", liberdade para o desenvolvimento humano; noção a respeito da qual Dahrendorf afirma haver um grau notável de acordo formal entre diversos autores.

Ele afirma que a maioria dos pensadores políticos concorda em seu conceito "positivo" de liberdade justamente por a definirem como auto-realização. Dahrendorf observa que tal afirmação pode parecer uma simplificação grosseira, mas a julga permissível, pois apesar do significado de auto-realização ser definido de maneiras diferentes, de acordo com o autor e a época, podemos, segundo ele, ignorar essas diferenças, pois o que se deseja é considerar a liberdade "em suas possíveis relações com a igualdade" (11). E de acordo com esse ponto de vista seria suficiente entender a auto-realização, qualquer que seja o seu caráter particular, como o outro lado da ausência de coerção arbitrária (12). Ou seja, a definição positiva de liberdade, que encara a liberdade enquanto auto-realização, seria nada mais que o outro lado de sua definição negativa como ausência de coerção, a respeito da qual, segundo Dahrendorf, também há razoável concordância.

De acordo com Dahrendorf, tanto a definição negativa de liberdade (enquanto ausência de coerções arbitrárias) como a definição positiva (enquanto oportunidade para a auto-realização) dizem respeito apenas à possibilidade para a realização da liberdade, mas não dizem nada em relação ao real aproveitamento desta oportunidade.

Partindo desta constatação, Dahrendorf estabelece uma diferenciação; existiria o "conceito problemático da liberdade", na qual a liberdade seria entendida simplesmente como uma possibilidade, uma oportunidade para a auto-realização (13). Por outro lado, haveria o "conceito afirmativo da liberdade", segundo o qual "...a liberdade só

existe onde os homens realmente aproveitam a oportunidade para a auto-realização, onde a auto-realização é demonstravelmente um aspecto de seu comportamento." (14).

Segundo Dahrendorf a diferença entre liberdade problemática e afirmativa pode ser ilustrada pela questão do lazer na sociedade moderna. De acordo com o conceito problemático o lazer e a liberdade coincidem pois ambos significam ausência de coerção e oportunidade de auto-realização. Mas segundo o conceito afirmativo o lazer não representaria de fato a liberdade, mas apenas a sua possibilidade. Segundo esta concepção a liberdade em si só existiria onde o tempo de lazer fosse realmente usado para o fim da auto-realização.

De acordo com Dahrendorf a distinção entre estes dois conceitos de liberdade não seria apenas de interesse filosófico. Esta distinção diria respeito também a duas diferentes concepções de política. Uma delas encara a política exclusivamente como um instrumento de intervenção institucional. Segundo esta visão, ligada ao conceito problemático de liberdade, a função da política seria eliminar todas as coerções à liberdade, garantir as condições de auto-realização dos homens, mas deixar que eles a procurem ativamente. O fato dos homens procurarem ativamente sua auto-realização ou não é dado como um problema de ordem pessoal, que não diz respeito aos programas e instituições políticas.

A outra concepção vê o âmbito de intervenção da política como transcendendo as instituições. De acordo com esta posição, ligada

ao conceito afirmativo de liberdade, a questão de como as oportunidades de auto-realização estão sendo usadas, também diriam respeito à política. Esta posição implica, por sua vez, em uma interferência mais direta da política institucional na vida de cada indivíduo. E é exatamente este ponto que Dahrendorf deseja enfatizar.

No seu entender não se trata apenas de uma distinção aparentemente sem importância entre dois conceitos de liberdade. O que estaria em jogo, na verdade, seria uma importante escolha política entre uma opção que leva à democracia liberal (o conceito problemático de liberdade), e uma outra opção que tende a levar a regimes totalitários (o conceito afirmativo de liberdade) (15).

No final de suas considerações sobre o conceito de liberdade Dahrendorf pondera que seria difícil saber se, no abstrato, haveriam outros conceitos além do problemático e do afirmativo; mas afirma que, historicamente, parece ser possível que quase todos os conceitos de liberdade possam ser sintetizados nestas duas categorias. Dahrendorf leva a cabo todo um esforço de síntese em relação ao conceito de liberdade, pois seu objetivo é discutir a compatibilidade deste conceito com o de igualdade. E para que isso seja possível, sem que se caia no "nominalismo conceptual", faz-se necessário abordar estes conceitos enquanto tais, ou ao menos, em algumas de suas conceituações mais importantes.

E em vista do objetivo de discutir a compatibilidade entre esses valores que se justifica o esforço de síntese realizado por Dah-

rendorf. Trata-se de empreitada reconhecidamente ousada e que pode dar margem a críticas que a qualifiquem de reducionista e simplificadora. No entanto, Dahrendorf realizou um trabalho absolutamente necessário para que pudesse abordar o problema nos termos em que o colocou.

4- O CONCEITO DE IGUALDADE

O próximo passo, segundo Dahrendorf, seria perguntar se cada um desses conceitos de liberdade é ou não compatível com os possíveis conceitos de igualdade, e, em caso positivo, de que forma.

Em relação ao conceito de igualdade Dahrendorf afirma que, como ele está relacionado com a questão da natureza humana e suas uniformidades e diferenças, a investigação acerca da questão da compatibilidade entre liberdade e igualdade deveria ter como pressupostos três condições diferentes: a desigualdade total, a igualdade total e a igualdade parcial entre os homens.

A respeito da primeira condição (os homens são por natureza desiguais em todos os aspectos) Dahrendorf afirma que tal concepção tornaria a natureza humana uma ficção, já que haveriam tantas naturezas humanas quantos seres humanos. Como consequência a questão da compatibilidade entre liberdade e igualdade desapareceria pois a igualdade simplesmente não existiria.

A segunda condição (identidade completa da natureza humana em todos os aspectos) por sua vez, representaria um perigo para a sobrevivência da liberdade. Se os homens vivem num estado de igualdade natural total, todo comportamento se torna apenas um "dado", ou seja, algo que já faz parte da natureza, que já está pré-determinado, e cujo desenvolvimento é plenamente previzível. A esse respeito Dahrendorf afirma:

"Um Estado de igualdade natural total não só poria fim à liberdade e à tensão de seu relacionamento com a igualdade, mas também reduziria toda a história a um desfile repugnante de acontecimentos necessários. A auto-realização humana não existiria mais nem como idéia." (Ensaios de Teoria da Sociedade, p.215).

A conclusão de Dahrendorf é de que a relação entre liberdade e igualdade só merece ser discutida se considerarmos que os homens "são por natureza parcialmente iguais e parcialmente desiguais." (16), a esse respeito afirma:

"Os homens são iguais por natureza (ou assim podemos supor) com respeito aos dados de sua existência, as constantes da base de toda vida social. Eles são iguais em sua natureza física, que os liga ao "domínio da necessidade" e os força a trabalhar para viver; eles são iguais em sua natureza instintiva, que impõe certas restrições em seu desenvolvimento racional; são iguais, além disso, na dependência possível de sua vontade em forças transcendentais. Ademais, os homens são iguais por natureza com relação à categoria, e em particular em seu acesso à possibilidade de liberdade em termos da ausência de restrições arbitrárias à auto-realização. E a esta igualdade que nos referimos quando dizemos que todos os homens são iguais "como homens", "em sua dignidade como homens", ou "como filhos de Deus". Ao contrário, os homens são desiguais com relação ao modo de vida, isto é, em seus dotes e habilidades, suas necessidades e meios de expressão, e naquilo que fazem com o que têm." (Ensaios de Teoria da Sociedade, p.216).

Dahrendorf reconhece que a igualdade natural de categoria foi muitas vezes questionada; quer na forma da distinção entre raças superiores e inferiores, quer na divisão entre aristocracias naturais e as massas nascidas para servir, ou na diferenciação entre um sexo "mais forte" e um "mais fraco".

Estas três distinções são por muitos consideradas como naturais. Dahrendorf rejeita este ponto de vista, e afirma que o erro é apresentar como constante da existência humana desigualdades que são artificiais, ou seja, resultado de determinada organização social que está datada no tempo e no espaço (17).

Segundo Dahrendorf a igualdade natural de categoria implica que todo homem, na ausência de coerções arbitrárias, tem capacidade de auto-realização.

As lutas pelo reconhecimento da igualdade natural de categoria se traduziram, ao longo dos anos, pela busca de uma equiparação dos direitos sociais básicos. É o que Dahrendorf denomina de luta pela igualdade de status de cidadania. Segundo Dahrendorf, esta luta pela igualdade de status civil está associada com a Revolução Francesa, e seu desenvolvimento acompanhou o reconhecimento e a definição do papel do cidadão na nova sociedade. A fase inicial do processo teria sido o reconhecimento da igualdade de todos os cidadãos perante a lei; posteriormente, ao longo de duzentos anos de lutas, houve a equiparação de oportunidades de acesso a benefícios como os da educação, saúde, renda mínima, seguro social. Dahrendorf considera que mesmo hoje, nas socie-

dades desenvolvidas, ainda não há uma igualdade completa de status civil.

Mas Ralf Dahrendorf distingue ainda entre o que denomina de igualdade de status de cidadania (ou igualdade de status civil) e a igualdade de status social. A igualdade de status de cidadania seria a garantia de uma igual oportunidade a todos em relação a sua auto-realização. Isto suporia a igualdade de acesso a todos os serviços que a sociedade pode oferecer, como educação, saúde, lazer, cultura, sistema previdenciário, etc.

A igualdade de status social significaria um igual posicionamento social dos membros da sociedade em relação a fatores como renda, propriedade, prestígio social, autoridade, nível de educação ou formação. Ou seja, um nivelamento total em relação aos aspectos materiais e culturais de vida.

O posicionamento de Dahrendorf a respeito dessa questão pode ser resumido nesta passagem :

"Mas, a igualdade que nossas restrições procuram garantir não é igualdade de status sociais, mas igualdade de cidadania. No vasto domínio entre o ápice e a base da hierarquia de status, o domínio em que a igualdade de cidadania pode ser tida como dada, a igualdade de status sociais é um inimigo da liberdade. Como um estímulo, um meio e uma recompensa do autodesenvolvimento pessoal, a estratificação social é essencial à liberdade humana. Quanto mais monolítica, menos diferenciada, é uma sociedade, mais ela restringe as oportunidades de liberdade de seus cidadãos; quanto mais pluralista e diferenciado é um sistema de estratificação social, mais facilmente pode ele fazer justiça às várias necessidades e talentos individuais. Uma vez garantida a igualdade de cidadania, a desigualdade de status é necessária à oportunidade de liberdade." (Ensaio de Teoria da So-

cidade, p.229).

Procurando resumir suas reflexões a respeito da questão da compatibilidade entre liberdade e igualdade Ralf Dahrendorf afirma:

"Parece-me que um princípio geral se tornou, de fato, aparente: a saber, que a igualdade é uma condição da possibilidade de liberdade em toda parte em que ela se relaciona com a categoria da existência humana, mas que constitui uma ameaça à possibilidade de liberdade em toda parte em que se relaciona aos modos de existência." (Ensaio de Teoria da Sociedade, p.239).

A igualdade seria uma condição para a possibilidade da liberdade quando nos referimos, em primeiro lugar, à igualdade dos homens enquanto seres humanos, ou seja, aquela que confere a todos os homens uma equiparação em termos biológicos, estabelecendo que não há superioridade racial "natural" de espécie alguma, nem mesmo superioridade do homem em relação à mulher. E, em segundo lugar, quando nos referimos à igualdade de cidadania, ou seja, a igualdade de todos os homens perante uma lei que rege uma sociedade, e que tem como membros cidadãos com direitos iguais de acesso àquelas condições básicas que podem auxiliar na sua auto-realização.

Por outro lado, a igualdade seria uma ameaça à possibilidade da liberdade na medida em que nos referimos àquela igualdade "que pretende tornar os modos da existência humana mais intimamente uniformes" (18), ou seja, na medida em que nos referimos à igualdade de status social. No entender de Dahrendorf a possibilidade de liberdade estaria ligada à existência de uma certa diferenciação social, de um pluralismo institucional e de uma multiplicidade cultural (19). Para Dahren-

dorf, uma diferenciação social que não acarrete acúmulo exagerado de poder econômico (que possa, por sua vez, gerar poder político), poderia ser encarada inclusive como estimuladora da liberdade, na medida em que permitiria uma maior gama de possibilidades de realização para os indivíduos (20).

5- O "PRINCIPIO GERAL" DE DAHRENDORF

O "princípio geral" formulado por Dahrendorf (21) representa, segundo ele, o principal resultado de suas investigações a respeito da compatibilidade entre liberdade e igualdade. No seu entender a complexa relação entre esses dois valores não poderia ser expressa por fórmulas simples do tipo: "A liberdade e a igualdade são compatíveis" ou "A liberdade e a igualdade são incompatíveis". Em vista disso, o que Dahrendorf procurou foi estabelecer um padrão que pudesse representar o relacionamento múltiplo entre igualdade e liberdade.

Este "princípio geral" acaba sendo também a principal contribuição de Dahrendorf para o problema do "alvo geral" ou "meta geral" da política. A discussão em torno dos valores liberdade e igualdade parece ser fundamental na definição de um "alvo geral" para a política. E a investigação de Dahrendorf a respeito da compatibilidade entre liberdade e igualdade tem como resultado a formulação de um "princípio geral" que pode ser tomado como uma "meta geral" para a política, pois define um padrão de relação que procura estabelecer os

limites a serem observados na realização de cada um daqueles valores para que não representem ameaça um ao outro. E dado que a maioria das propostas políticas podem ter seus objetivos definidos a partir de seu posicionamento a respeito dos valores igualdade e liberdade, a formulação do "princípio geral" de Dahrendorf está em condições de ser apresentada como uma proposta de "meta geral" para a política.

No entanto, uma análise a respeito do texto "Liberdade e Igualdade", assim como do "princípio geral" ali expresso, pode levar à conclusão de que apesar de procurar uma abordagem adequada para o tema da liberdade, este valor não teria recebido a devida atenção quando da formulação do "princípio geral".

E, de fato, ao analisar o "princípio geral", pode-se perceber que nele há uma preocupação maior com a igualdade e com as definições de seus limites. Mas, se neste texto de Dahrendorf não se define claramente o papel que o valor "liberdade" poderia ter na elaboração do "princípio geral" e, por consequência, na definição de uma "meta geral" para a política, há, contudo, um outro texto do autor, denominado "Incerteza, Ciência e Democracia", onde é abordado de forma clara as contribuições que a liberdade poderia oferecer na definição de um "alvo geral" para a política.

Neste texto Dahrendorf procura estabelecer as consequências do que denomina "princípio de incerteza" nas esferas da Ciência e da Política. O que Dahrendorf entende por "princípio de incerteza" deriva diretamente de certas posições de Popper, tais como suas críticas ao

justificacionismo, sua concepção de que é impossível verificar a verdade de uma teoria e o estabelecimento do falseacionismo como critério de demarcação do campo da Ciência. A esse respeito Dahrendorf assume integralmente as idéias de Popper:

"O que a incerteza significa na esfera do conhecimento científico? Significa antes de tudo que não há nem pode haver quaisquer afirmações verdadeiras - isto é, finalmente comprovadas. Neste aspecto, a "lei" da gravidade não é diferente de uma cautelosa generalização histórica sobre o rumo de revoluções. Toda proposição científica pode ser falsa. Mesmo no caso improvável de que uma proposição cubra todos os acontecimentos relevantes que tenham ocorrido no passado, o futuro permanece aberto; a lei não refutada até agora, a teoria ainda não invalidada, podem ser refutadas ou invalidadas amanhã." (Ensaio de Teoria da Sociedade, p.272).

O ponto interessante da análise de Dahrendorf é o estabelecimento de um paralelo entre a situação de incerteza na esfera da Ciência, isto é, a tese de que não é possível estabelecer a verdade das teorias científicas, e o que ele denomina também de situação de incerteza na esfera política, particularmente na questão de definição da idéia de justiça. A esse respeito afirma:

"O ponto de partida de nossas reflexões no domínio da política não é a incerteza sobre a verdade, mas a incerteza sobre a bondade, ou (para dar à bondade na esfera social o seu nome tradicional) sobre a justiça. Estamos supondo que ninguém sabe ou pode saber que forma da ordem social é fundamentalmente satisfatória, boa, justa. Se é este o caso, conclui-se que a má sociedade, a sociedade claramente injusta, só pode ser evitada se e na medida em que o conflito entre concepções diferentes continuar vivo. A incerteza requer competição, conflito social e político e instituições que forneçam condições adequadas para este conflito. Partindo da incerteza, alcançamos a importância das instituições da democracia representativa." (Ensaio de Teoria da Sociedade, p.278,279).

No campo da Ciência, considerando-se a impossibilidade do estabelecimento de verdades definitivas, opta-se por preservar o conceito de verdade colocando-o como um objetivo, uma meta ideal a ser atingida. Este procedimento garantiria o progresso científico, pois haveria uma base para a escolha racional das teorias, que seria no caso a maior proximidade da "verdade" (22).

No caso da esfera política, frente à impossibilidade de se estabelecer uma definição satisfatória da idéia de justiça, opta-se por manter esta idéia como um objetivo a ser atingido, como uma meta ideal a ser perseguida, tal qual ocorreria com a idéia da verdade no campo da Ciência. Este procedimento evitaria o dogmatismo e apontaria, segundo Dahrendorf, o único rumo satisfatório: "...manter viva a interação entre os diversos conceitos de justiça." (23).

Como se observou anteriormente, as conclusões de Dahrendorf neste texto são congruentes com aquelas apresentadas em "Liberdade e Igualdade". Uma análise destes dois textos permite uma compreensão mais global das idéias políticas do autor. Permite, sobretudo, perceber que suas reflexões sobre liberdade, igualdade e justiça acabam por levar à constatação da importância das instituições que garantem a liberdade.

A conclusão principal de suas análises no texto em questão é a constatação de que uma solução adequada para o problema da compatibilidade entre liberdade e igualdade só pode ser conseguida dentro de um quadro político de total liberdade. Esta é a grande contribuição de

Dahrendorf, é fazer ver a importância da liberdade para a própria definição do que seria uma sociedade mais justa e mais livre.

Pode-se afirmar que Dahrendorf estabelece um "alvo geral" definido apenas em seus contornos, ou seja, uma certa relação entre liberdade e igualdade expressa no "princípio geral", mas que estaria aberto a modificações devido à incerteza a respeito do que seria a sociedade justa. No entanto, há um núcleo imutável neste "alvo geral": é a necessidade da liberdade, que deve propiciar espaço para a livre discussão, inclusive do próprio alvo geral da política.

A importância das conclusões de Dahrendorf para o tema desta tese se deve, sobretudo, à constatação de que é possível se definir um "alvo geral" na política segundo uma visão que se adequa perfeitamente à concepção de Popper. E esse "alvo geral" não está expresso somente no "princípio geral" que o autor estabeleceu para a relação entre igualdade e liberdade (24). Ele está expresso também na liberdade, que garante a discussão a respeito da idéia de justiça.

C O N C L U S Ñ O

C O N C L U S ã O

Como se procurou enfatizar na introdução, a preocupação principal da tese diz respeito, antes de tudo, à própria possibilidade teórica de haver um processo de discussão e escolha racional de teorias na esfera da política. Uma investigação deste tipo mostra sua importância quando se pensa que há correntes de opinião, na filosofia e na política, que sustentam que não há possibilidade alguma de haver discussão ou escolha racional de teorias no âmbito político. Ou seja, a impossibilidade não estaria apenas no funcionamento racional da esfera política como um todo, mas mesmo em níveis menos complexos como os debates em pequenos grupos.

As condições para que possa haver um funcionamento racional da esfera política como um todo, parecem ser muito complexas, e foge ao objetivo desta tese uma análise pormenorizada desta questão. Como se afirmou anteriormente, o problema da racionalidade receberia, na esfera da política, o mesmo enfoque a ele dado por Popper no âmbito da Ciência; onde se analisou a possibilidade de haver discussão e escolha racional de teorias, e não a possibilidade da racionalidade estar presente em todos os âmbitos da atividade científica. Portanto, o que se procurou analisar na tese foi, antes de tudo, a possibilidade de haver discussão e escolha racional de teorias na esfera política, e não a possibilidade da racionalidade estar presente na esfera da política como um todo (no sentido de uma racionalidade que abrangesse todos os atores políticos e suas relações).

Mas, como se procurou mostrar ao longo do texto, mesmo no "caso mais simples" da possibilidade da discussão e escolha racional de teorias em um nível mais restrito (digamos, um debate com poucos participantes, em condições satisfatórias de informação), uma série de requisitos devem ser atendidos para que possa haver um processo racional de discussão e escolha de teorias.

Esses requisitos foram abordados ao longo do capítulo 3, e se pôde observar que muitos deles eram semelhantes aos que também garantiam um processo de discussão e escolha racional de teorias na esfera da Ciência.

Como um autor preocupado com as possibilidades da racionalidade na política, Popper está atento em relação aos requisitos que dariam viabilidade a tal projeto. No entanto, não há, em suas obras, uma abordagem mais sistematizada a esse respeito. Não se trata do fato de Popper não ter consciência da importância deles. A importância que ele atribui a esses requisitos pode ser vista nas várias citações de suas obras que foram utilizadas para ilustrar o capítulo 3. Acontece que suas abordagens sobre esses requisitos ocorrem esporadicamente, e não estão sistematizadas e organizadas da maneira como, supostamente, um assunto de tal importância para suas idéias deveria estar.

O que se procurou fazer, ao longo do capítulo 3, foi dar um tratamento mais sistemático e organizado a esses requisitos que viabilizariam um processo de discussão e escolha racional de teorias na es-

fera da política. Quase todos os requisitos foram ilustrados com uma citação esclarecedora de Popper a respeito de sua importância; tratou-se, portanto, de apresentar um enfoque mais organizado e à altura da importância de tal tema.

Há em Popper um nítido interesse pelas possibilidades da racionalidade na política, então, seria de se esperar que houvesse uma maior preocupação em desvendar, organizar e sistematizar aquelas condições que viabilizariam um processo de discussão e escolha racional de teorias no âmbito político. Afinal, é a partir da exata compreensão dessas condições e do papel que desempenham, que se pode avaliar melhor as possibilidades da racionalidade em relação às questões sociais.

E este tratamento mais atento e sistematizado não está presente na obra de Popper. Foi este aspecto que o capítulo 3 da tese procurou mostrar.

Mas, se em relação a algumas condições Popper apresenta uma abordagem satisfatória, ainda que incompleta e assistemática, tudo indica que o desenvolvimento de sua obra não apresentou um aprofundamento no que concerne à questão da necessidade de algo como uma "meta geral" da política.

Como se procurou mostrar no final do capítulo 3 e início do capítulo 4, Popper não trata adequadamente deste tema. Primeiro porque não é dada a devida atenção a um aspecto que parece ser fundamental

para a escolha racional de teorias no âmbito da política. A definição de um "alvo geral" é um requisito fundamental para que possa haver uma escolha racional entre teorias; se não há um critério balizador (no caso um "alvo geral" para a política) a partir do qual se possa julgar as teorias, então não há como se escolher racionalmente entre elas.

Se em relação à Ciência Popper parece estar atento no que se refere ao tema do "alvo geral" (1), certamente suas idéias podem ser complementadas no que diz respeito ao âmbito da política. Como se observou anteriormente (2), a razão de Popper não dar o devido destaque a um aspecto tão decisivo para a escolha racional entre teorias políticas, pode ser creditada ao fato dele ter elegido como principal fator de escolha entre as teorias políticas a questão da compatibilidade com o método científico.

No entanto, como se procurou argumentar aqui, a compatibilidade com o método científico, considerada isoladamente, mostra-se insuficiente como um critério adequado para a escolha entre as teorias no âmbito político. Como se observou, com o critério adotado por Popper "não há nenhuma orientação a respeito da escolha dos males sociais concretos a serem diretamente enfrentados, assim como não se afirma nada a respeito de prioridades, de esforços concentrados em tal ou qual direção ou de limites mínimos ou máximos para as realizações." A escolha entre teorias políticas concorrentes, como se argumentou, deveria ter também como base uma espécie de "meta geral", tal qual Popper afirma ocorrer na Ciência. Somente a partir da definição deste alvo geral é que se estaria em condições de escolher racionalmente en-

tre teorias concorrentes. Apenas com a discussão a respeito desta "meta geral" é que seriam introduzidos, no debate, a questão dos valores tais como a liberdade, a igualdade e a justiça; dando assim uma outra dimensão ao tema e proporcionando uma base mais ampla para uma escolha entre as teorias em disputa.

O que se procurou mostrar foi exatamente este aspecto: a necessidade da discussão em relação à "meta geral" da política, para que se estabeleça um critério balizador a partir do qual se possa julgar as teorias. Popper, ao firmar apenas a cientificidade como o critério de escolha entre as teorias, acabou por dar uma dimensão muito restrita ao problema, estabelecendo assim um critério balizador que não está em condições de cumprir seu papel como base de escolha entre as várias teorias do espectro político.

A partir desta constatação passou-se a questionar a possibilidade de se estabelecer uma "meta geral" da política, que cumprisse integralmente seu papel, e que se adequasse às idéias popperianas. Entre as obras analisadas uma chamou especialmente a atenção; foi o livro "Ensaio de Teoria da Sociedade" de Ralf Dahrendorf, particularmente os capítulos "Liberdade e Igualdade" e "Incerteza, Ciência e Democracia". Nestes textos Dahrendorf aborda o tema de valores tais como a justiça, a liberdade e a igualdade; e o faz de uma maneira que acaba por lançar alguma luz sobre o problema da "meta geral" da política.

Mas, o aspecto mais interessante da abordagem de Dahrendorf, é que o autor está particularmente interessado no problema dos valo-

res na política, e não demonstra uma preocupação explícita em relação ao tema da "meta geral". Apesar disto, uma análise mais pormenorizada pôde mostrar que dos textos de Dahrendorf poderia ser extraída a sua contribuição para a discussão da "meta geral" da política. O resultado mais importante da análise daqueles textos é que a solução dada pelo autor ao problema que estava abordando (a questão dos valores na política), adotava uma solução similar àquela dada por Popper em relação à questão da "meta geral" da Ciência. Um dos aspectos centrais na definição da "meta geral" na política parece ser a questão dos valores, somente a partir de uma visão clara em relação aos valores na política é que se teria condições de uma escolha racional entre as teorias concorrentes, por isso Dahrendorf, ao abordar o problema dos valores na política, acaba, indiretamente, dando uma contribuição para a questão da "meta geral" da política.

As considerações de Dahrendorf a respeito da compatibilidade entre liberdade e igualdade deram origem ao que ele denominou de "princípio geral" (3), que pode ser encarado como uma contribuição para a definição da "meta geral" da política. Esta "meta geral" está definida apenas em seus contornos, e estaria aberta a modificações em razão da incerteza a respeito do que seria a sociedade justa (4).

Deste modo, o "alvo geral" da política passa a cumprir a mesma função do "alvo geral" da Ciência: servir de meta ideal para a ação, ser antes um objetivo ideal a ser sempre perseguido do que uma meta realmente alcançável. E isto tem consequências muito importantes para a teoria política de Popper, pois confirma e dá embasamento à sua

posição de que o universo da política, assim como o da Ciência, é um universo aberto, ou seja, as teorias, na Ciência e na política, nunca são encaradas como definitivas e imutáveis, como se pudessem alcançar a verdade absoluta a respeito dos fatos que procuram explicar.

O estabelecimento deste ponto em comum é o aspecto mais importante na análise da questão da "meta geral" da política, ele nos ajuda a perceber que a abordagem de Dahrendorf está em perfeita sintonia com as idéias de Popper, inclusive na importância que confere à liberdade como fator de garantia para a livre discussão a respeito da "meta geral". Ou seja, tanto na Ciência como na política a própria definição do que é a "meta geral" está aberta à discussão, e isto só se torna possível em vista do importante papel que ambos os autores, de acordo com a tradição liberal da qual são tributários, conferem à liberdade

N O T A S

NOTAS AO CAPITULO 1

1- A esse respeito ver os capítulos II (pp.51 e segs.) e X (pp.275 e segs.) de A Lógica da Pesquisa Científica (especialmente os itens 79, 82, 84 e 85 do capítulo X), a primeira parte de Conhecimento Objetivo (especialmente pp. 18 e 19 e 23 a 33) e o capítulo 2 desta tese. Vale frisar que esta é uma interpretação pessoal de Popper a respeito da Ciência, e que, apesar de sua originalidade e fecundidade, está longe de alcançar a unanimidade (o que, por sinal, seria condenável, segundo o ponto de vista popperiano), coexistindo com outras concepções diferentes de prática científica.

Haveria ainda, em relação à obra de Popper, a polêmica sobre o fato de suas posições pretenderem ser uma descrição real da história da Ciência e da Ciência atualmente existente, ou serem, na verdade, uma descrição de como Popper desejaria que ela fosse. Esta polêmica, por si só, poderia ser tema de uma outra tese, mas, apenas a título de ilustração de um posicionamento, poderia-se dizer que a concepção de Popper talvez descreva adequadamente algumas passagens da história da Ciência, mas com certeza não deve descrever adequadamente tudo que ocorreu ou ocorre na Ciência. Tal pretensão parece não se coadunar com a postura crítica e realista de Popper, especialmente se pensarmos na sua exigência de que os autores das teorias devem ser os primeiros a procurar refutá-las e a encontrar seus pontos fracos.

Uma reflexão a respeito deste ponto talvez ajude a entender que a concepção de Popper tentou, sem dúvida, descrever adequadamente algumas passagens da história da Ciência, mas que, acima de tudo, procurou utilizar esses casos como paradigmas a serem seguidos; seria o

exemplo de funcionamento ideal da Ciência, exemplo que deveria ser seguido para que possa ocorrer, no âmbito da Ciência, o funcionamento e desenvolvimento desejados por Popper.

No item 4 do capítulo 1 de *A Lógica da Pesquisa Científica* (p.39), ao criticar a idéia de que o propósito da Ciência seria a obtenção de enunciados "absolutamente certos" e "irrevogavelmente verdadeiros", Popper apresenta um ponto de vista que reflete a maneira como ele encara suas propostas no campo da Ciência:

"Os objetivos da Ciência, no meu entender, são diferentes dos citados acima. Não procuro justificá-los, todavia, alegando que sejam os verdadeiros e essenciais objetivos da Ciência. Isso equivaleria a uma distorção e a um retorno ao dogmatismo positivista. Só existe *um* meio, até onde me é dado ver, de defender racionalmente as minhas propostas. Consiste, em suma, em analisar-lhe as consequências lógicas: exibir-lhe a fertilidade, ou seja, o poder que as propostas adquirem, quando se trata de elucidar questões da teoria do conhecimento." (*A Lógica da Pesquisa Científica*, p.39).

Em todo caso, este ponto ainda permanece polêmico e aberto ao debate (a esse respeito ver, por exemplo, "La historia de la ciencia y sus reconstrucciones racionales" em *La Metodología de los Programas de Investigación Científica*, p.134, de Imre Lakatos, ou *A Estrutura das Revoluções Científicas*, de Thomas S.Kuhn, especialmente os capítulos 6 e 7, ou ainda a tese de mestrado de Jézio H.B.Gutierrez "A História da Ciência e a Epistemologia de Popper", especialmente o último capítulo e a conclusão.

2- Ver por exemplo, em *Conjecturas e Refutações*, "A opinião pública e os princípios liberais", p.379, "Utopia e violência", p.387 e "A História do nosso tempo: uma visão otimista", p.397

3- Como se observou na nota 1, essa é uma interpretação pessoal de Popper a respeito de certas características da Ciência.

4- Originalmente uma conferência dada na "Annual Philosophical Lecture" da British Academy, em 20 de janeiro de 1960 (em *Conjecturas e Refutações*, p.31).

5- A esse respeito ver *Conjecturas e Refutações*, p.32.

6- Ver nota 5.

7- *Conjecturas e Refutações*, p.34.

8- Ver *Conjecturas e Refutações*, p.35.

9- Em relação a Descartes ver "Meditações", principalmente a primeira e a quarta meditação, em *Obra Escolhida*, p.117 e segs. e p.158 e segs. Em relação a Bacon ver *Novum Organum*, principalmente do aforismo XXXVII em diante, em *Os Pensadores* (Francis Bacon, vol.13), p.26 e segs.

10- Ver *Conjecturas e Refutações*, p.38

11- *Conjecturas e Refutações*, p.42. A esse respeito ver Bacon, *Novum Organum*, aforismo XXXVII em diante, em *Os Pensadores*, p.26 e segs.

- 12- A esse respeito ver Descartes, "Meditações", primeira e segunda meditações, Obra Escolhida, p.117 e segs. e p.124 e segs.
- 13- Ver Conjecturas e Refutações p.43
- 14- A respeito do que Popper denomina "problema da indução de Hume" ver Investigação Acerca do Entendimento Humano, seção IV, p.29 e segs, especialmente p.41.
- 15- Conhecimento Objetivo p.15.
- 16- Conhecimento Objetivo p.16.
- 17- Conhecimento Objetivo p.16
- 18- A esse respeito ver A Lógica da Pesquisa Científica, especialmente os capítulos I,II,IV e X ; e Conhecimento Objetivo, especialmente a primeira parte, itens 7,8 e 9.
- 19- Ver o item 6 do capítulo I, em A Lógica da Pesquisa Científica, p.41 e segs.
- 20- Trata-se do capítulo IV, denominado "Falseabilidade", em A Lógica da Pesquisa Científica, p.82 e segs.
- 21- Thomas Kuhn, A Estrutura das Revoluções Científicas, especialmente pp. 244 a 251. A esse respeito ver também os textos "Lógica

da "Descoberta ou Psicologia da Pesquisa?", p.5 e "Reflexões sobre os meus Críticos", p.285 em *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento* de Lakatos e Musgrave.

22- Ver, por exemplo, "La falsación y la metodología de los programas de investigación científica" em *La Metodología de los Programas de Investigación científica*, p.17.

23- Ver sua obra *Contra o Método*, p.87 e segs., p.272,278 286,289 e 458. Ver também o artigo "Consolando o especialista" em *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*, p.244.

24- A esse respeito ver *Conhecimento Objetivo*, p.16 e 31.

25- Ver *Conhecimento Objetivo*, p.18.

26- Sobre isto ver *Conhecimento Objetivo*, segunda parte, item 28, p.94 e segs.

27- A esse respeito ver Kant, *Prolegômenos a Toda a Metafísica Futura*, especialmente a "Segunda parte da questão transcendental capital: como é possível a Ciência pura da natureza", p.65 e segs.

28- Ver *Conhecimento Objetivo*, p.95, e *Prolegômenos a Toda a Metafísica Futura*, primeira e segunda parte da questão transcendental capital, p.47 e segs. e p.65 e segs.

29- Conhecimento Objetivo, p.20.

30- Esta postura de Popper, de considerar a verdade como uma "meta ideal" a ser sempre perseguida, encontra ainda hoje a resistência de vários opositores. Entre eles, todos aqueles que Popper considera terem uma posição dogmática e autoritária sobre a origem e veracidade das teorias científicas. E sob esta qualificação se enquadrariam todos aqueles que sempre buscaram uma base sólida, segura e inquestionável para a Ciência, e que a encararam como um ramo do saber onde a verdade, em sua forma definitiva e irrefutável, poderia ser estabelecida. Ou seja, de acordo com a concepção de Popper, os autores identificados com o racionalismo e empirismo clássico e seus seguidores.

31- Sobre isto ver A Lógica da Pesquisa Científica, capítulo X, especialmente itens 84 e 85, e Conhecimento Objetivo, primeira parte, especialmente itens 7,8 e 9.

32- Ver A Lógica da Pesquisa Científica, capítulo IV, p.82.

33- A esse respeito ver A Lógica da Pesquisa Científica, capítulo X, item 84, p.302.

34- A esse respeito ver Conjecturas e Refutações, p.32 e segs.

35- Ao reconhecer a influência de fatores de ordem pessoal na elaboração das teorias científicas, Popper coloca a possibilidade da

objetividade na Ciência como decorrente do processo de discussão inter-subjetiva das teorias, ou seja, ela seria o resultado do debate e da avaliação crítica que ocorreria nos vários ramos da Ciência.

No entanto, quando se trata de reconhecer a influência dos fatores de ordem pessoal na avaliação dos "enunciados básicos", que seriam os potenciais falseadores das teorias científicas, a questão se torna mais complexa e difícil.

Popper admite que todo nosso conhecimento é impregnado de teoria, o que ocorreria inclusive com as nossas observações (a esse respeito ver Conhecimento Objetivo, segunda parte, item 18, p.75). Entretanto, apesar de reconhecer este ponto e inclusive admitir que nossa decisão em aceitar ou não os enunciados básicos está relacionada com a nossa experiência (sobretudo as experiências perceptuais, ver A Lógica da Pesquisa Científica, pp. 112 e 113), Popper coloca como fundamental, para a sobrevivência da Ciência, a possibilidade de acordo sobre os enunciados básicos. A esse respeito afirma:

"Caso, algum dia, não seja mais possível, aos observadores científicos, chegar a um acordo acerca dos enunciados básicos, equivaleria isso a uma falha da linguagem como veículo de comunicação universal. Equivaleria a uma nova "babel": a descoberta científica ver-se-ia reduzida ao absurdo. Nessa nova babel, o imponente edifício da Ciência logo se transformaria em ruínas." (A Lógica da Pesquisa Científica, p.112).

O reconhecimento de que nossas teorias, e mesmo as nossas observações e enunciados básicos, estão impregnados de teoria resulta, para alguns epistemólogos, em posições diferentes da assumida por Popper. Seja em uma concepção que coloca a impossibilidade de acordo sobre os enunciados básicos, defendendo a incomensurabilidade dos paradigmas científicos (como no caso de Thomas Kuhn); seja nas concepções

que defendem o que qualificam como formas mais elaboradas ou menos ingênuas de falseacionismo (como no caso de Imre Lakatos e Paul Feyerabend).

36- A esse respeito ver *Conjecturas e Refutações*, p.388.

NOTAS AO CAPITULO 2

1- Originalmente uma conferência para o Congresso Internacional de Filosofia da Ciência, em Stanford, agosto de 1.960, em *Conjecturas e Refutações*, p.241.

2- Em *Conjecturas e Refutações*, p.241.

3- A respeito destas observações de Popper sobre Comte e Mill ver *A Miséria do Historicismo*, p.119.

4- A esse respeito ver *A Miséria do Historicismo*, p.122.

5- Ver *A Miséria do Historicismo*, p.123. Para uma abordagem mais detalhada da crítica de Popper à lei histórica de progresso ver a obra citada p.119 e segs.

6- *Conjecturas e Refutações*, p.243.

7- *Conjecturas e Refutações*, p.243.

8- No item 11 do capítulo 2 de Conhecimento Objetivo (p.63), Popper observa que sua idéia de verossimilitude tem sido às vezes mal compreendida. Como no caso daqueles que pensam que seu objetivo é a exatidão ou precisão, procurando encontrar uma função numérica que pudesse ser aplicada às teorias e que definisse, em termos numéricos, qual sua verossimilitude.

Para Popper as teorias podem ser comparadas quando visam resolver os mesmos problemas, e tal comparação se dá em termos qualitativos ou de lógica geral, no sentido de se comparar teorias concorrentes mais fortes e mais fracas (a respeito desta questão ver Conhecimento Objetivo, pp. 63, 64 e 65)

A idéia de verossimilitude, segundo Popper, é também mal compreendida por aqueles que a relacionam e a confundem com a idéia de probabilidade. A esse respeito afirma:

"A diferenciação entre as duas idéias é ainda mais importante pelo fato de que têm sido confundidas; porque ambas se relacionam estreitamente à idéia da verdade, adotando o conceito de uma aproximação à verdade por graus. A probabilidade lógica (não estamos considerando aqui a probabilidade física) representa a noção de aproximação da certeza lógica, ou verdade tautológica, por meio de uma diminuição gradual do conteúdo informativo. A verossimilhança, de outro lado, representa a idéia de aproximação da verdade compreensiva. Combina, portanto, a verdade com o conteúdo, enquanto a probabilidade combina a verdade com a falta de conteúdo." (Conjecturas e Refutações, p.263)

Para uma abordagem clara e sucinta desta questão ver o item 3 do capítulo 10 de Conjecturas e Refutações, p.254 e segs.

9- Conhecimento Objetivo, p.62.

10- Conhecimento Objetivo, p.63.

11- No texto "Verdade, Racionalidade e a Expansão do Conhecimento Científico", em *Conjecturas e Refutações*, p.257.

12- Popper afirma (*Conjecturas e Refutações*, p.257) que no início, sempre que se referia à idéia de aproximação da verdade, achava que deveria escrever "Verdade" com "V" maiúsculo, para esclarecer que se tratava de uma noção vaga e metafísica, diferente da "verdade" de Tarski, e que se poderia escrever de forma ordinária sem problemas de consciência. Segundo Popper preocupação semelhante foi manifestada por Quine ao criticar Peirce por trabalhar com a idéia de aproximação da verdade (W.V.O.Quine, *Word and Object*, p.23).

De acordo com Popper (*Conjecturas e Refutações*, p.257) não haveria qualquer problema em se empregar o conceito de verdade de Tarski quando se está pensando na idéia de aproximação da verdade. Segundo Popper "...não há realmente qualquer barreira - como parecia à primeira vista - entre *verdade* no sentido de Tarski e "Verdade"." (*Conjecturas e Refutações*, p.257).

13- *Conjecturas e Refutações*, p.258.

14- Segundo Popper (*A Lógica da Pesquisa Científica*, p.35) os positivistas antigos procuravam admitir como científicos somente os conceitos que afirmavam derivar diretamente da experiência. Deste modo, qualificavam como científicos apenas aqueles conceitos "...que acreditavam ser logicamente redutíveis a elementos da experiência sen-

sorial, tais como sensações (ou dados sensoriais) impressões, percepções, lembranças visuais ou auditivas, e assim por diante." (A Lógica da Pesquisa Científica, p.35).

Para Popper, os positivistas modernos, partindo da constatação de que a Ciência é um sistema de enunciados e não de conceitos, pretendem tomar como científicos somente aqueles enunciados reduzíveis a enunciados elementares da experiência, também denominados de "juízos de percepção", "proposições atômicas" ou "sentenças protocolares".

De acordo com Popper esta tentativa de resolver o problema da demarcação entre Ciência e não Ciência parte de um ponto de vista naturalista, pois acredita poder descobrir uma diferença entre metafísica e Ciência que decorreria de suas próprias naturezas.

Popper critica essa concepção porque, em primeiro lugar, rejeita a Lógica Indutiva (nega que existam "processos indutivos" ou "inferências indutivas"), que está subjacente para aqueles que somente admitem como científicos os enunciados reduzíveis a enunciados elementares. Para estes, as teorias científicas se estabeleceriam através de induções seguras a partir dos enunciados elementares ou proposições atômicas. Em segundo lugar, Popper encara o problema da demarcação de maneira não naturalista, ou seja, no seu entender trata-se de propor uma convenção adequada (A Lógica da Pesquisa Científica, pp. 36,38 e 39).

15- Ver A Lógica da Pesquisa Científica, capítulo 1, pp.34 a 40 e "As Origens do Conhecimento e da Ignorância", p.44 e seqs, em Conjecturas e Refutações)

16- A exigência em relação a esta condição parece (até onde se conhece) ser unânime entre todos aqueles que consideram como tarefa da Ciência a busca de explicações para os fenômenos naturais e sociais.

17- Para uma demonstração desta afirmação ver a nota da página 96 de *A Lógica da Pesquisa Científica*.

18- A esse respeito ver, por exemplo, as páginas 126 e 127 de *Conhecimento Objetivo*.

19- A esse respeito ver *A Lógica da Pesquisa Científica*, pp.27 a 44 e *Conhecimento Objetivo*, pp.13 a 40.

20- Ver *A Lógica da Pesquisa Científica*, p.42, nota 3.

21- *A Lógica da Pesquisa Científica*, pp. 82 e segs.

22- Ver *A Estrutura das Revoluções Científicas*

23- Ver *La Metodología de los Programas de Investigación Científica*, capítulo 1, ítem 2 "Falibilismo y falsacionismo", pp.20 a 64 e *Contra o Método*.

24- *Conjecturas e Refutações*, p.241 e segs.

25- A esse respeito ver *Conhecimento Objetivo*, p.181.

- 26- A esse respeito ver A Lógica da Pesquisa Científica pp. 74 e 75.
- 27- Conhecimento Objetivo, p.319.
- 28- Conjecturas e Refutações, p.155.
- 29- Conjecturas e Refutações, p.159.
- 30- A esse respeito ver Conjecturas e Refutações, p.158.
- 31- Ver, por exemplo, Conjecturas e Refutações, p.155, 241, 255, 267 a 269 e 288; Conhecimento Objetivo, p.63; A Lógica da Pesquisa Científica, p.36, 56 e 96 a 97 e A Miséria do Historicismo, pp. 120 e 121.

NOTAS AO CAPÍTULO 3

- 1- A esse respeito ver o capítulo anterior.
- 2- Trata-se do texto "Utopia e Violência" do livro Conjecturas e Refutações, p.387 e segs.
- 3- O debate de Popper com aqueles que denomina de reformistas sociais radicais e revolucionários é uma das oportunidades em que melhor se esclarecem suas idéias políticas. Este debate parece ser, in-

clusive, a forma predileta de Popper apresentar suas concepções e propostas políticas. E através deste debate que suas idéias políticas são expostas, por exemplo, em *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*, *A Miséria do Historicismo* e vários outros textos como "Previsão e Profecia nas Ciências Sociais" e "Utopia e Violência" do livro *Conjecturas e Refutações*, e "Razão ou Revolução" do livro *A Lógica das Ciências Sociais*.

4- A esse respeito ver o capítulo anterior desta tese.

5- Ver, por exemplo, *Conjecturas e Refutações*, p.384.

6- *O Racionalismo Crítico na Política*, pp. 71 e 72.

7- A esse respeito ver o capítulo anterior desta tese, item "Outras Condições de Caráter Interno".

8- A esse respeito ver a seção 29 de *A Miséria do Historicismo*, denominada "Unidade de Método", p.101 e segs. A questão da unidade de método entre Ciências Naturais e Ciências Sociais é bastante polêmica, e a posição assumida por Popper acha-se em confronto com aqueles que consideram a política como dotada de uma estrutura metodológica própria, ou mesmo como incompatível com a abordagem científica. A esse respeito ver as considerações na tese logo a seguir.

9- A esse respeito ver *A Miséria do Historicismo*, p.101 e segs. Ver também as considerações feitas logo a seguir nesta tese.

10- Conjecturas e Refutações, p.269.

11- A esse respeito ver, por exemplo, A Miséria do Historicismo e A Lógica das Ciências Sociais de Popper, Explanation and Understanding de von Wright, Scientism and the Study of Society de von Hayek.

12- Poderia-se citar aqui todos aqueles classificados sob o rótulo de hermenêutica por von Wright (Explanation and Understanding, p.5), como estando em oposição à idéia de unidade de método entre Ciências Naturais e Sociais. Entre eles estariam J. G. Droysen, W. Dilthey, G.Simmel, Max Weber, W. Windelband, B.Croce e R.G.Collingwood E mais recentemente autores como Peter Winch, Willian Dray, Elizabeth Anscomb e o próprio von Wright

13- A esse respeito ver von Wright, Explanation and Understanding, pp.3 e 4.

14- von Wright, apesar das ressalvas, classifica Popper como herdeiro do positivismo; a esse respeito ver Explanation and Understanding, pp.174 e 175, nota 34.

15- A esse respeito ver, por exemplo, A Miséria do Historicismo, pp. 101 a 119 e A Lógica das Ciências Sociais, pp.13 a 34.

16- Trata-se do texto "A Grande Sociedade e a Sociedade Aberta: O Liberalismo de Hayek e Popper", revista Documentação e Atualidade

Política, número 10, maio de 1980, Universidade de Brasília.

17- Em relação a essas características da Sociedade Fechada, ver *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*, volume I, especialmente os capítulos 4 (p.48 e segs), 6,7,8 e 9 (p.100 e segs).

18- Richard Vernon, *Documentação e Atualidade Política*, p.41.

19- Ver *A Miséria do Historicismo*, especialmente item 21, p.51 e segs e item 29, p.101 e segs.

20- Ver *A Miséria do Historicismo*, item 23, p.60.

21- A respeito do objetivo das teorias científicas ver, por exemplo, *Conjecturas e Refutações*, pp.390 e 393.

22- A esse respeito ver a importante passagem de "Conjecturas e Refutações" p.393, último parágrafo, onde Popper afirma:

"Que há de errado, então, com o argumento aparentemente racional que apresentei, ao falar sobre a visão utópica? Acredito verdadeiro que só podemos julgar a racionalidade de um ação tendo como ponto de referência algum objetivo determinado. Mas isso não quer dizer necessariamente que a racionalidade de uma ação política só possa ser julgada com relação a um fim *histórico*; não quer dizer, seguramente, que devemos considerar qualquer ação social ou política do ponto de vista de um alegado objetivo final do desenvolvimento histórico." (*Conjecturas e Refutações*, p.393).

23- Esta postura crítica aparece com igual ênfase em outras obras suas como por exemplo "*A Sociedade Aberta e seus Inimigos*" (es-

pecialmente os capítulos 6 a 10 do 1 volume, e os capítulos 18 a 21 do 2 volume) e em "A Miséria do Historicismo" (especialmente os itens 21 a 26 da 3 parte).

24- A esse respeito ver Conjecturas e Refutações, p.393.

25- Conjecturas e Refutações, p.393.

26- A esse respeito ver Conjecturas e Refutações, pp.392 e 393.

27- A esse respeito ver o capítulo 2 e o primeiro item do capítulo 3 desta tese.

28- Sobre isto ver Conjecturas e Refutações, pp. 390 e 393.

NOTAS AO CAPÍTULO 4

1- Ver, por exemplo, "A Miséria do Historicismo", Itens 21 a 26 da 3 parte, especialmente Item 26 ou "A Sociedade Aberta e seus Inimigos" capítulos 6 a 10 do 1 volume e capítulos 18 a 21 do 2 volume, ou ainda os textos "Previsão e profecia nas Ciências sociais" e "Utopia e violência" do livro "Conjecturas e Refutações".

2- Sobre o conceito de discussão racional ver as páginas 58 e 59 do capítulo 2 e as páginas 72,73 e 74 do capítulo 3 desta tese.

3- A respeito da importância de um "alvo geral" para que possa haver uma discussão racional das teorias políticas ver o último item do capítulo 3 desta tese.

4- Conjecturas e Refutações, p.383.

5- Grifo nosso, Conjecturas e Refutações, p.383.

6- Conjecturas e Refutações, p.383.

7- Ralf Dahrendorf, Ensaios de Teoria da Sociedade, p. 204 e segs.

8- A respeito da posição desses autores sobre o tema em questão ver Ensaios de Teoria da Sociedade, p.204 e segs.

9- A esse respeito ver Ensaios de Teoria da Sociedade, p.207.

10- Ver Ensaios de Teoria da Sociedade, p.207.

11- Ver Ensaios de Teoria da Sociedade, pp. 210 e 211.

12- Ensaios de Teoria da Sociedade, p.211.

13- Segundo Dahrendorf, a maioria dos autores citados no texto, assim como a maioria dos não citados, estariam identificados com o "conceito problemático da liberdade"; Ensaios de Teoria da Sociedade,

p.211

14- Ensaios de Teoria da Sociedade, p.211.

15- A esse respeito ver Ensaios de Teoria da Sociedade, p.212.

16- Ensaios de Teoria da Sociedade, p.215.

17- A respeito dos ataques à igualdade natural de categoria e da defesa de Dahrendorf ver Ensaios de Teoria da Sociedade, p.216 e segs.

18- Ensaios de Teoria da Sociedade, p.240.

19- A esse respeito ver Ensaios de Teoria da Sociedade, pp. 229, 239 e 240

20- Ver Ensaios de Teoria da Sociedade, pp. 228 e 229.

21- Ver a página anterior desta tese, ou Ensaios de Teoria da Sociedade, p.239.

22- A esse respeito ver Conhecimento Objetivo, p.58.

23- Ensaios de Teoria da Sociedade, p.280.

24- A esse respeito ver Ensaios de Teoria da Sociedade, p.239.

NOTAS A CONCLUSÃO

1- A esse respeito, ver Conhecimento Objetivo, p.65, Conjecturas e Refutações, p.255 e o Item "A necessidade de um alvo geral" no capítulo 2 desta tese.

2- Ver o último item do capítulo 3 desta tese, "A necessidade de uma "meta geral" ".

3- Ver Ensaios de Teoria da Sociedade, p.239.

4- A esse respeito ver o texto "Incerteza Ciência e Democracia" em Ensaios de Teoria da Sociedade, p.262.

B I B L I O G R A F I A

B I B L I O G R A F I A

- ALBERT, HANS O Tratado da Razão Crítica. Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro, 1976.
- BACON, FRANCIS Novum Organum. Coleção "Os Pensadores" São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1973
- BERKSON, WILLIAM "Testability in the Social Sciences" *Philosophy of the Social Sciences*, n 19 1989.
- BOUVERVESSE, JACQUES À Filosofia das Ciências de Karl Popper Brasília, Revista Humanidades, vol. II N.5 1983 pp. 55-64
- BURKE, T.E. The Philosophy of Popper. Manchester Manchester University Press, 1983
- CAPONI, GUSTAVO A. "O Racionalismo Crítico e a Imagem Popperiana da Tradição Gnoseológica". Tese de Mestrado, Unicamp, Campinas, 1989.
- CURRIE, G. Popper and the Human Sciences. Currie, G. and Musgrave, A. (ed.), Martinus Nijhoff, Dordrecht 1985

- DAHRENDORF, RALF A Nova Liberdade. Brasília, Ed. UNB, 1978
- DAHRENDORF, RALF "As Funções dos Conflitos Sociais". Brasília, Documentação e Atualidade Política, n.10. Maio de 1980
- DAHRENDORF, RALF Sociedade e Liberdade. Brasília, Ed. UNB, 1981
- DAHRENDORF, RALF Ensaio de Teoria da Sociedade. Rio de Janeiro, São Paulo, Ed. Zahar/Edusp, 1974
- DAHRENDORF, RALF As Classes e Seus Conflitos na Sociedade Industrial. Ed. UNB, 1982
- DESCARTES, RENE Obra Escolhida. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.
- FEYERABEND, PAUL Contra o Método. Rio de Janeiro Ed. Francisco Alves, 1977.
- FLEW, ANTONY "Popper and Historicist Necessities" Philosophy, vol.65, n 251, 1990
- GABBI JR., OSMYR F. "Critério Popperiano de Cientificidade" São Paulo, "O Estado de São Paulo"

Suplemento Cultural, 11/5/80

- GUTIERRE, JEZIO H.B. "A História da Ciência e a Epistemologia de Popper". Tese de mestrado, Unicamp, Campinas, 1987.
- HUME, DAVID Investigação Acêrca do Entendimento Humano
São Paulo, Ed.Nacional/ EDUSP, 1972.
- KANT, IMMANUEL Prolegômenos a toda a Metafísica Futura
Lisboa, Edições 70, 1982.
- KUHN, THOMAS S. A Estrutura das Revoluções Científicas.
São Paulo, Ed.Perspectiva, 1975.
- LAKATOS, IMRE La Metodología de los Programas de Investigación Científica. Madri, Alianza Editorial, 1983.
- LAKATOS, I; MUSGRAVE, A. (org.) A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento. São Paulo, Ed.Cultrix, 1979
- MAGGE, B. As Idéias de Popper. São Paulo, Ed.Cultrix, s.d.
- MALIANDI, GABRIELA F. "Popper, Nelson and Kant"
Revista Manuscrito, vol.XIV n 1, Campinas, 1991.

- MONTEIRO, JOAO PAULO A Evolução da Ciência , O Estado de São Paulo . São Paulo, 7/11/76, Suplemento Cultural.
- MONTEIRO, JOAO PAULO A Prova da Verdade , O Estado de São Paulo . São Paulo, 26/12/76, Suplemento Cultural.
- PELUSO, LUIS ALBERTO Metodologia Científica: O Problema da Análise Social, Peluso, L.A. e Faccina, Carlos R., São Paulo, Ed. Pioneira, 1984
- PERA, MARCELO "A Crítica é o Fundamento da Sociedade Aberta" São Paulo, O Estado de São Paulo, 26/6/1979.
- POPPER, K.R. A Miséria do Historicismo, São Paulo, Cultrix / Edusp, 1980
- POPPER, K.R. Lógica das Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Brasília, Ed. Tempo Brasileiro, Ed. UNE, 1978
- POPPER, K.R. A Lógica da Pesquisa Científica, São Paulo

- POPPER, K.R. À Sociedade Aberta e seus Inimigos. Belo Horizonte, São Paulo, Ed.Itatiaia/Edusp s.d.
- POPPER, K.R. Conhecimento Objetivo. Belo Horizonte, São Paulo Ed.Itatiaia/Edusp , 1975
- POPPER, K.R. The Positivist Dispute in German Sociology, With T.Adorno, Hans Albert, Ralph Dahrendorf, J.Habermas, H.Pilot, London, Heinemann, 1976
- POPPER, K.R. Pós-escrito à Lógica da Descoberta Científica, vol.I, O Realismo e o Objetivo da Ciência, vol.II, O Universo Aberto. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988.
- POPPER, K.R. O Futuro Está Aberto. Lisboa, Editorial Fragmentos.
- POPPER, K.R. O Racionalismo Crítico na Política Brasilia, Ed.UNB, 1981.
- QUINE, W.V.O. Word and Object. The Massachusetts Institute of Thecnology Press, 1969.
- SCHILFF, PAUL A. (Edit.) The Philosophy of Karl Popper The Library of Living Philosophers, vol.14, The Open Court Publishing Company, Illinois, 2 vol., 1974

SCHMID, MICHAEL "The idea of rationality and its relationship to Social Science: comments on Popper's philosophy of the Social Sciences. Inquiry, n^o 31, 1988.

TRINDADE FERNANDO C. "O Problema da Unidade Metodológica da Ciência em Karl Popper", Rio de Janeiro texto apresentado na V Semana Internacional de Filosofia, 1979

VERNON, R. "A "Grande Sociedade" e a "Sociedade Aberta": O Liberalismo de Hayeck e Popper". Brasília, UNB Documentação e Atualidade Política, n.10 pp.37-47 1980

VON WRIGHT, G.H. Explanation and Understanding Ithaca, New York, Cornell University Press, Third printing 1981.

REVISTA MANUSCRITO Número especial dedicado a Popper vol. IX, n^o 2, outubro de 1986, Campinas.